

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Andressa França Amorim

**A PATERNAGEM DO PAI ADOLESCENTE:
novas configurações das relações de gênero nos cuidados parentais**

Belo Horizonte

2016

Andressa França Amorim

**A PATERNAGEM DO PAI ADOLESCENTE:
novas configurações das relações de gênero nos cuidados parentais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dr^a. Alessandra Sampaio Chacham
Linha de Pesquisa: Metrôpoles, Trabalho e Desigualdades

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A524p Amorim, Andressa França
A paternagem do pai adolescente: novas configurações das relações de gênero nos cuidados parentais / Andressa França Amorim. Belo Horizonte, 2016.
148 f. : il.

Orientadora: Alessandra Sampaio Chacham
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Paternidade - Adolescência. 2. Identidade de gênero. 3. Divisão do trabalho por sexo. 4. Responsabilidade dos pais. 5. Família - Aspectos sociais. I. Chacham, Alessandra Sampaio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 362.85

Andressa França Amorim

**A PATERNAGEM DO PAI ADOLESCENTE:
novas configurações das relações de gênero nos cuidados parentais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Prof^a. Dr^a Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Paula Miranda Ribeiro – CEDEPLAR/UFMG (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a Maria Carolina Tomás – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2016.

Dedico este trabalho a todas as mulheres apaixonadas pelo conhecimento, às quais condições entre as relações de gênero-raça-classe não permitiram que esse espaço fosse imaginado ao menos como uma possibilidade de um sonho.

AGRADECIMENTOS

Enfrentar as condições de classe e gênero para chegar até aqui foi uma (des)construção árdua que levou um longo tempo para se tornar possível. Ao longo desse tempo muitas pessoas contribuíram para que eu pudesse “passar pelos espaços entre as pedras do caminho”.

Em primeiro lugar, quero agradecer à FAPEMIG, que proporcionou as condições materiais que permitiram a realização deste estudo.

Agradeço também à Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, pela concessão do afastamento de trabalho para frequentar o curso de mestrado.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que gentilmente contribuíram com meu crescimento acadêmico: à Léa Souki, que me resgatou a paixão pela teoria política; à Candice Vidal, que me apontou o caminho sedutor da antropologia; à Regina Medeiros, que, com apenas uma frase, fez tudo fazer sentido. À Juliana Jayme, ao André Junqueira e ao Carlos Aurélio, que muito contribuíram, aparando algumas arestas no seminário de dissertação. Um agradecimento especial à Maria Carolina, que tem uma enorme participação neste trabalho, pela contribuição na qualificação, pela atenção que sempre dispensou durante nossas conversas informais acerca do tema e pela participação crucial na defesa. À Prof^a Dr^a Paula Miranda Ribeiro, pela disponibilidade e atenção em participar da defesa.

À minha querida orientadora, Alessandra Chacham, são vários agradecimentos, por ter se interessado pelo meu projeto, pela profunda e singular contribuição teórica, pela paciência e por me trazer para o foco nas horas das minhas “viagens”. Pela compreensão, tranquilidade, sabedoria, experiência, militância, exemplo, enfim, são muitos adjetivos que a tornam uma pessoa e uma professora especial, de quem todos querem um pouquinho de sua atenção.

A todas (os) colegas da turma de 2014, foi uma turma muito especial pelo coleguismo e amizade. Pelas trocas de experiências, momentos de tensão e descontração, trocas de bibliografias em versão *on-line*, facilitando a vida de todo mundo e espalhando o conhecimento, a “nuvem” é o limite. “*Girl and Chicas*”: continuaremos...

Aos pais desta pesquisa, que continuem contribuindo e dando o exemplo de paternagem. Aos colegas do Programa Bolsa Família de Contagem, pelo apoio na prestação de informações. Ao meu irmão Ielon, que foi meu primeiro caso conhecido de paternagem. E a meu pai que, com a dor de sua partida, levou-me a investigar a paternidade.

Aos meus colegas de trabalho, pela compreensão e paciência, e ao Diretor do nosso DECADI (Departamento de Diversidade e Ações Afirmativas) e meu chefe, que muito

colaborou com sua compreensão nessa reta final, sem essa compreensão não teria conseguido em tempo. Agradeço também ao Dr. Flávio, por ter me “ajeitado” no mundo.

Agradeço, a todas as deusas que me deram a força para que eu conseguisse elaborar estratégias de conciliação entre a “dependência compulsiva” nas relações pessoais e os estudos.

À minha família, Bárbara, Glauber e minha mãe, pela paciência, impaciência, oscilação entre compreensão e incompreensão típicos das relações humanas. E mais especificamente à minha filha Bárbara Amorim, por todo o apoio técnico.

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi investigar a percepção de jovens pais do sexo masculino acerca de sua paternagem que, ao contrário do que acontece com a maternidade na adolescência, tem sua existência frequentemente ignorada. Mais especificamente, focamos aqui nos sentidos da paternagem para o adolescente e suas experiências nas atividades do cuidado, ou seja, exemplos de situações em que possivelmente há uma maior divisão das tarefas no ambiente doméstico entre homens e mulheres. A fim de coletar os dados necessários à nossa análise, fizemos entrevistas em profundidade com jovens que foram pais na adolescência e que assumiram, parcial ou integralmente, os cuidados com os filhos. O acesso a pais adolescentes com esse perfil revelou-se muito problemático, e diferentes estratégias foram empregadas com o intuito de recrutar os jovens para a pesquisa. Ao final, seis jovens foram entrevistados, todos provenientes de famílias com baixa renda e com baixo nível de escolaridade. Partindo de uma abordagem analítica baseada em teorias feministas, buscamos identificar como a desigualdade de gênero se manifesta na divisão sexual do trabalho nos espaços públicos e domésticos. A expansão da presença da mulher no mercado contribuiu para que esses jovens iniciassem a participação em atividades domésticas e do cuidado com as/os filhas/os. A maioria dos jovens entrevistados para esta pesquisa se responsabilizou, em algum momento da vida, por tarefas domésticas e cuidados com irmãos, em situações nas quais os antigos papéis homem-provedor e mulher-cuidadora não se constituíram de forma rígida. Também pudemos observar que, para os entrevistados, devido às limitadas alternativas de vida disponíveis para os jovens de sua classe social, a paternagem significou um modo de entrar no mundo dos adultos, obter reconhecimento social, e um suporte na tentativa de não recorrer à criminalidade.

Palavras-chave: Relações de gênero. Paternagem. Adolescência. Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

The aim of this work was investigating young parents male awareness about their fathering which, differently from what happens with pregnancy in adolescence, is frequently ignored. We focused, more specifically, on the senses fathering has for adolescence and on their experience with childcare activities, i.e., examples of situations where there is possibly a division of domestic chores between man and woman. With the purpose of collecting data necessary to our analysis, we interviewed youth who were fatherhood in their adolescence and who took responsibility, either in part or wholly, of caregiving of their children. Accessing fathers with that profile revealed to be difficult, and diverse strategies were used with the purpose of recruiting them to this research. At the end, we interviewed six young fathers, all from low-income families and with low schooling. Departing from an analytical approach based in feminist theories, we sought identifying how gender inequality is manifest in the sexual division of labor both in public and domestic venues. The expansion of women's presence in the workplace has contributed to the participation of these youth in domestic and childcare activities. Most of the youth interviewed for this research became in charge, at some point of their lives, of domestic activities and caregiving of siblings, in situations where the former roles of man-provider and woman-caregiving were not rigidly established. We also noted that, for interviewees, due to the limited alternatives of life available for young people in their social class, fathering meant a way of entering the adult world, obtaining social recognition, and support in the attempt of not entering criminality.

Keywords: Gender relations. Fathering. Adolescence. Sexual division of labor.

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2013	105
--	-----

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - Características gerais dos entrevistados	42
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Arranjos familiares no Brasil 2013.....	89
GRÁFICO 2 - Tipo de arranjo familiar segundo o sexo da pessoa de referência, Brasil, 2013...90	
GRÁFICO 3 - Arranjos monoparentais com filhos (pessoa de referência por sexo) 2013	106
GRÁFICO 4 - Mulheres de 10 a 19 anos com filhos vivos por cor, Brasil, 2010.....	114

LISTA DE SIGLAS

ACE	Agente Comunitária de Saúde
COMPETI	Conselho Municipal de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil
CRAS	Centro Regional de Assistência Social
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GRAVAD	Gravidez na adolescência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios
SEDUC	Secretaria Municipal de Educação de Contagem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
1 A PATERNAGEM DE JOVENS DE CAMADAS POPULARES	39
1.1 Onde estão os pais adolescentes?.....	39
1.2 Breve descrição do contexto	40
2 PATERNAGEM SOB O PONTO DE VISTA DO GÊNERO	43
2.1 Paternar é cuidar	43
2.1.1 De “fathering” à paternagem.....	45
2.2 O conceito de gênero.....	49
2.3 Gênero e masculinidade	57
2.4 Masculinidade e Paternidade: apenas produzir filhos?.....	66
2.4.1 O estado e as instituições na produção da paternagem	70
3 OS DISCURSOS PRODUZEM A ADOLESCÊNCIA E A ADOLESCÊNCIA SE REPRODUZ	75
3.1 As socializações e as “Adolescências”	75
3.1.1 “Adolescências” e sexualidade	75
3.2 Adolescentes e família – Quem pode ter o <i>status</i> de família?	86
3.3 Gravidez na adolescência: “pulando” fases?	92
3.3.1 O mundo dos adultos? Ou o “poder” possível?	95
4 AS NORMATIZAÇÕES DE GÊNERO QUE SE TRANSFORMAM	99
4.1 Gravidez na adolescência x casamento	99
4.2 As normatizações na distribuição de papéis: divisão sexual do trabalho.....	99
4.2.1 A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero	103
4.2.2 Interseccionalidade: a reprodução das desigualdades	111
4.3 A percepção do pai adolescente de sua paternagem: um caminho para equidade?.	116
4.4 Rede de cuidados: o “paradigma da parceria”	121
4.5 Mudanças e expectativas.....	124
4.5.1 Festa do interior: o sonho é o êxodo urbano	126
4.6 Reconhecimento	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129

REFERÊNCIAS..... 133

APÊNDICE A145

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é investigar a paternagem a partir da percepção de jovens do sexo masculino acerca da experiência de ser pai na adolescência e sua participação no cuidado da criança, um fenômeno que, ao contrário do que acontece com a maternidade na adolescência, tem sua existência frequentemente ignorada nas pesquisas científicas e nas políticas de saúde e direitos reprodutivos. Mais especificamente, focamos aqui nos sentidos da paternagem para o adolescente e nos processos de socialização que, de algum modo, possibilitaram aos pais adolescentes paternarem e desafiarem a divisão tradicional de papéis entre pai provedor/mãe cuidadora.

A questão que colocamos é: como os jovens que foram pais na adolescência percebem sua experiência da paternagem? Essa questão nos leva a indagar o fenômeno de forma mais detalhada como: quais motivações desses jovens atribuem na iniciativa de exercerem o papel do cuidado? Como se constrói a relação provedor-cuidador na percepção desses jovens? Como eles percebem suas relações de gênero?

Por meio da narrativa desses jovens acerca de sua paternagem, temos como objetivos investigar as influências que estimularam estes jovens a paternar, como a divisão sexual do trabalho está organizada entre jovens casais e como ocorrem as novas relações de gênero quando aparece o evento da gravidez na adolescência. Entretanto, não discutimos paternidade e maternidade, nossa preocupação é com a ação do cuidado propriamente dito; como cuidar é uma ação, então utilizaremos o termo paternagem, para deslocá-lo de todo o simbolismo cultural da paternidade.

“Paternagem” é um termo recente e ainda pouco usual. O significado que damos à paternagem são as ações do cuidado realizadas pelo pai, apoiando-nos nos apontamentos de Jean Le Camus, citado por Laurent (2005), que se refere ao lugar de cuidador que o pai deve ocupar desde o momento do nascimento da criança e nas semanas e meses seguintes, ressaltando a necessidade de chamar essas atividades de “paternagem (*caregiving* ou *parenting*, em língua inglesa)”. (LAURENT, 2005, p. 103).

A paternagem então, se configura nas relações de gênero, e como entendemos que gênero é um verbo que se produz na ação (BUTLER, 2003b), adaptamos o substantivo paternagem ao verbo paternar. Paternar, aqui neste trabalho, refere-se ao verbo que identifica as principais ações do cuidado com a criança sendo realizadas pelo pai.¹ Ou seja, paternar é

¹ Partimos do entendimento de que pai é o sujeito que se identifica como tal, independentemente da situação biológica.

cuidar, o pai realizando as ações dos cuidados básicos de que uma criança necessita durante os períodos da infância e da adolescência. As principais atividades que identificamos como paternas são o cuidado com a alimentação, a troca de fraldas, o banho e a higienização, a educação, a responsabilização pelos horários e o zelo pela saúde da criança, ações que foram, antes, naturalizadas como femininas.²

Além da naturalização citada acima, na sociedade urbanizada não nos causa estranheza as mulheres trabalharem também fora de casa. As ideologias advindas da preocupação com o capital estão criando novos modelos de mulheres que “dão conta” de várias atribuições, inclusive utilizando argumentos da diferença biológica determinista entre homens e mulheres. Pretendemos contribuir para a desconstrução desses estereótipos que engessam a vida de muitas pessoas e causam transtornos devido ao desequilíbrio da distribuição de tarefas no espaço doméstico.

A distribuição de tarefas no espaço doméstico começa a sofrer algumas mudanças pela ausência da mulher neste lugar, timidamente, os homens começam a participar. Mas, quando essas mudanças ocorrem para famílias que se constituíram no período da adolescência do pai, instiga-nos a conhecer acerca dessas situações, pois, no modelo hegemônico de adolescência, a paternidade nesse período é avaliada como algo negativo e que estes jovens não estão em condições de amadurecimento para tal responsabilidade. Essas experiências aqui apresentadas na versão de seus agentes podem contribuir para exemplos de relações de gênero mais equilibradas entre as funções de provedor/cuidador da criança avançando rumo à equidade de gênero no espaço doméstico, como propõe Barker (2010):

[...] nós temos ainda que explorar plenamente o interesse dos homens por mudanças próprias, especialmente nas experiências positivas que os homens geralmente relatam quando tornam-se mais envolvidos no oferecimento de cuidado e nas relações familiares. Essas afirmações, é claro, são mais fáceis de falar do que de realizar, mas eles são o caminho a seguir para envolver homens em ações coletivas – sempre em ações aliadas às mulheres. (BARKER, 2010, p. 137).

A pesquisa aqui apresentada se torna relevante para as Ciências Sociais, na medida em que mostra como alguns jovens percebem suas paternagens, alterando os papéis sociais. Também pretendemos acrescentar uma pequena contribuição ao debate acerca das relações de gênero, as quais muitos estudos focam nas experiências vividas. As relações de gênero têm recebido destaque no campo das Ciências Sociais, mais especificamente na microssociologia

² É necessário fazermos a observação de que as realizações dessas ações variam de acordo com as normas ou rituais de pureza diferentes no tempo e espaço.

da família. É relevante também o destaque que demos à fase da adolescência, pretendemos assim dar uma pequena contribuição para o entendimento das relações juvenis que, muitas vezes, são normatizadas por um modelo hegemônico. A expansão da mulher no mercado de trabalho proporcionou grandes mudanças nos papéis parentais,³ trazendo várias consequências na divisão sexual do trabalho. Entretanto, o quadro que se destaca ainda é a mulher como a principal responsável pelas atividades do cuidado, fato que, para muitas, resulta em acúmulo de jornadas.

As nossas percepções, sensações, experiências e vivências da intensa desigualdade nas relações de gênero que se apresenta ainda de maneira sólida na sociedade, sobretudo em consequência da divisão sexual do trabalho, inspiraram-nos na construção deste estudo. Como as relações de gênero se constroem por meio das relações de poder, a paternagem na adolescência poderá lançar pistas de como essas relações se constituíram nas famílias investigadas.

Entender o caráter contingente das relações de gênero abre-nos a possibilidade de modificá-las de forma a resistirmos ou libertarmos-nos das opressões que as relações de poder abarcam. Partimos da ideia de que essas opressões ocorrem tanto para mulheres como para homens. Uma das formas de entender o caráter contingente nas relações de gênero é analisar as alterações dos papéis, significados e valores entre as diferentes gerações e as relações de socialização, nas quais os agentes estão inseridos, que proporcionaram essas mudanças.

Entendemos também que as relações de gênero se alteram no tempo e no espaço, justificamos então que, para entender essas mudanças, é preciso entender como seus atores as entendem, como aponta Peters (2011):

Se os atores constroem e reconstroem a realidade social com base nos esquemas simbólico-cognitivos que mobilizam para orientar-se, prática e cognitivamente, em relação a ela, o primeiro passo para compreender a realidade social é compreender como a compreendem os atores que a habitam e vivificam. (PETERS, 2011, p. 85).

Portanto, damos voz aos jovens pais para, a partir de suas percepções, entender um pouco a mudança nesses papéis. Questionamos os papéis de gênero naturalizados pela cultura à luz das mais recentes teorias de gênero que superam a dicotomia natureza/cultura e, hoje, já consideram uma variedade de fatores que contribuem para a expressão do gênero (BUTLER, 2003b, 2014; SCOTT, J. 2005).

³ Heilborn (2006), citando seu trabalho de 1993, traz o neologismo de “parentalidade”, que engloba as ideias de paternidade e maternidade, pois, segundo a autora, não temos uma palavra em português para a tradução de *parenthood* na língua inglesa. (HEILBORN, 2006, p. 30).

Escolhemos como sujeitos da pesquisa pais adolescentes⁴ que paternam ou paternaram, investigando como as gerações mais jovens negociam a relação provedor(a)/cuidador(a). No Brasil, os dados da gravidez na adolescência são mais altos do que a média mundial,⁵ e percebemos, na sociedade, nas políticas e na literatura, que esse tema é protagonizado pelas meninas (LEVANDOWSKI, 2001a e b; LYRA E MEDRADO, 2000; LYRA, 1997a e b; MEDRADO; LYRA-DA-FONSECA; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2008; MEDRADO; LYRA 2000 e 2008). O pai adolescente torna-se quase invisível quando a gravidez na adolescência é abordada. Exemplo disso ocorreu neste trabalho, devido à dificuldade de encontrarmos a paternagem entre os meninos adolescentes. Essa dificuldade pode se explicar pelo reflexo da divisão sexual do trabalho, que ainda permanece arraigada nas relações de gênero.

Muitas abordagens acerca da gravidez na adolescência ainda são apontadas como um problema. A investigação da paternidade na adolescência traz elementos da vida de jovens das camadas populares que podem contribuir com as políticas públicas e políticas de saúde reprodutiva dessa população. Quando nos deparamos com jovens que foram pais na adolescência, percebemos a ausência de políticas que possibilitam alternativas de vida para seu campo de percepção e escolha. Encontramos, neste trabalho, jovens das classes populares que relatam perceber duas alternativas de vida: construir uma família ainda jovens ou ir para a criminalidade, além disso, alguns atribuem a não participação no crime ao fato de terem sido pais. Nesse momento, agência e estrutura se fundem, mostrando-nos que as condições sociais limitam a percepção e, conseqüentemente, a percepção limita a ação.

Nossa fundamentação teórica aborda a teoria feminista que desconstrói a naturalização dos papéis sociais, iniciando com os estudos de Rubin (1975), que formula sua crítica no que ela denomina de sistema sexo-gênero; Scott (1990, 2005) aponta-nos que o poder adquire seu primeiro significado por meio das relações de gênero; e Butler (2003a-b, 2014, 2015), que também aborda as relações de gênero como relações de poder e embasa-nos na desconstrução do paradigma sexo-natureza e gênero-cultura que permeou os primeiros debates feministas. Butler expõe em sua teoria o caráter performativo do gênero que se reproduz pelas ações, por meio das quais podemos subverter as normas. Entendemos então que são as ações que possibilitam as mudanças nas normatizações, criando novas possibilidades de paternidades, pois Butler (2015) refere-se à masculinidade e à paternidade como “um conjunto de práticas culturais desarticuladas variadas e variavelmente significativas” (BUTLER, 2015, p. 167). É na

⁴ Adotamos o critério do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para delimitarmos a idade dos sujeitos da pesquisa, nesse caso, o ECA demarca a fase da adolescência até os dezoito anos de idade.

⁵ Apresentaremos esses dados no Capítulo 3.

perspectiva da variabilidade que a paternagem pode ser pensada como uma prática cultural que ressignifica a masculinidade e a paternidade.

Este trabalho busca experiências de paternagem que possam contribuir para a desnaturalização da relação do cuidado ligadas ao feminino. Uma abordagem construcionista é importante para explicar a situação que ocorre nas relações de poder atualmente, sobretudo na atual divisão sexual do trabalho, onde apontamos sua desconstrução. Mas, para além da denúncia desse caráter de construção do gênero por meio das relações de poder, queremos avançar na construção de novas possibilidades, como propõe Haraway: “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro.” (HARAWAY, 1995, p. 16). Em busca dessa possibilidade de futuro escolhemos adolescentes, sujeitos que estão na fase da vida considerada como um período transitório e que, estando fora do modelo hegemônico de ideal de adolescente,⁶ tornaram-se pais que exercem cuidados parentais, ou seja, paternam.

Não se encontra no nosso debate a proposta da criação de modelos de como o pai da criança deve agir, queremos mostrar alternativas para o papel do pai, entendendo que é necessária uma pessoa do sexo masculino e uma pessoa do sexo feminino para acontecer a reprodução, e o nascituro demandará cuidados e alguém que o proveja. A paternagem é um exemplo de como essas funções começam a ser articuladas de forma flexível entre as pessoas responsáveis pela criança.

Se esses papéis de gênero são relacionais, precisamos investigar ambos os lados da relação, entretanto, na perspectiva de que os homens também são afetados por essas normas nas relações de gênero (ALMEIDA, 1995; 1996). As masculinidades são investigadas com o objetivo de entender a relação entre os cuidados sendo exercidos por meninos e estes em fase de afirmação da masculinidade que é o período da adolescência.

Tanto nas teorias, como nas pesquisas empíricas, percebemos a influência das intersecções de classe e raça nas relações de gênero. No Brasil, essas relações não se configuram de forma desarticulada, elas formam hierarquias entrecruzadas, e não há como compreender uma sem entender suas articulações com as outras.

Se o gênero “é a primeira forma de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990) essas relações permeiam todas as outras relações humanas, gerando desigualdade. Para exercerem poder, os agentes criam as normas por meio de significados e valores atribuídos às

⁶ Discutiremos esse modelo no Capítulo 2.

ações. As relações sexuais e o evento da reprodução foram originando as famílias, “a família é sempre resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo não há família”⁷ (THERBORN, 2002, p. 12). O corpo e as consequências da reprodução adquirem significados por meio da linguagem, e “inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família” (THERBORN, 2002, p. 12), os quais, muitas vezes, geram desigualdade e opressão. Esses direitos e obrigações se estabeleceram de forma binária, construindo os significados de masculino e feminino. A repetição das ações perpetua as normas, mas essas repetições são uma paródia da normatização que é assimilada e reproduzida pelos agentes (BUTLER, 2003b). Então, as relações de poder podem alterar os significados e valores por meio da ação, por isso, estes variam no espaço e no tempo, criando uma diversidade cultural contingente e abrindo caminho para novas configurações das relações de gênero rumo à equidade:

É um princípio da justiça social que supõe o respeito às diferenças como condição para se atingir a igualdade. Esse princípio permite demonstrar que igualdade não significa homogeneidade, isto é, o não reconhecimento de diferenças entre as pessoas. Por exemplo, não se pode pensar que tratar do mesmo modo uma criança, um adulto, ou um idoso seja igualdade. Obter igualdade exige a disposição de reconhecer o direito de cada um em ter reconhecidas suas necessidades. O direito em ter diferenças reconhecidas é que constitui a equidade. (SPOSATI, 2010, p. 1).

É na perspectiva da equidade que orientamos este trabalho, pensando que todas as pessoas são diferentes e todas as relações são diferentes, não propomos um modelo de relações de gêneros, descrevemos experiências que podem levar à equidade de gênero. Essas experiências podem demonstrar novas possibilidades de vidas vivíveis.

Métodos e percurso: encontros e desencontros

Partindo do nosso objetivo, no qual o foco principal é investigar as experiências da paternagem por meio da percepção de jovens,⁸ que se tornaram pais no período em que se encontravam na adolescência, não cabe outro caráter senão o qualitativo para responder nossa questão de investigação. A escolha do método qualitativo e da entrevista em profundidade para coleta de dados justifica-se na medida em que este é o melhor método para compreendermos as relações sociais, segundo Bauer et al. (2002):

A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a

⁷ No sentido de procriação.

⁸ Esta pesquisa foi realizada com jovens do sexo masculino que experimentaram a gravidez na adolescência e participaram, em certa medida, dos cuidados da criança.

compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (BAUER et al. 2002, p. 65).

Essas entrevistas foram semiestruturadas e individuais, realizadas com auxílio de um roteiro temático – em anexo –, levando os jovens a descreverem acerca de suas percepções das experiências que tiveram ao exercerem os cuidados parentais. No primeiro momento, os participantes foram informados sobre o trabalho e assinaram um termo de consentimento.

A abordagem das entrevistas ocorreu com questões iniciais referentes aos dados familiares de escolaridade, renda e um histórico da organização de sua família na questão de provedor/cuidador baseados nas memórias dos entrevistados. Exploramos a percepção dos indivíduos acerca de seu modo de vida, suas experiências com relação à criação que tiveram, os modelos de provedor(a)/cuidador(a) e a relação dessas funções para atribuição dos sentidos que esses jovens dão à masculinidade/feminilidade e maternidade/paternidade, os exemplos em que eles acreditam ter se inspirado para realizarem suas práticas, bem como o reflexo dessa ação no seu sentimento de pertencer à categoria de masculino, ao reconhecimento social, sonhos e expectativas e à percepção que estes jovens têm sobre suas experiências de paternarem. Também abordamos questões que nos proporcionaram identificar a percepção desses jovens com relação ao machismo e à homofobia.

Contudo, apesar de uma estrutura base para as entrevistas,⁹ estas não ocorreram de maneira sistematizada, pois a história de cada adolescente apresentou grande variedade, o que fazia com que os elementos abordados não seguissem uma ordem rígida. Algumas questões pertinentes foram aparecendo ao longo das entrevistas, que estão apresentadas na seção de resultados. As entrevistas foram transcritas na íntegra e selecionamos o conteúdo que mais respondia nossas questões de pesquisa.

Recrutamento dos participantes

Participaram deste estudo seis jovens que viveram a experiência da paternidade na adolescência e que participaram ativamente dos cuidados com a criança, ou seja, paternaram. A princípio, o estudo seria com adolescentes que paternam atualmente, mas, não encontrando esses sujeitos, a pesquisa foi realizada com participantes maiores de dezoito anos que contaram

⁹ Roteiro em anexo.

como perceberam a sua paternagem na adolescência. O método bola de neve também foi planejado sem sucesso, nenhum pai teve conexão com o outro.

Apesar de não ter sido critério preestabelecido, o resultado mostra que todos os participantes são moradores da cidade de Contagem/MG, pertencentes às classes populares. O número de pais participantes obedeceu à limitação do campo, ao tempo para sua conclusão e à impossibilidade de entrevistar alguns pais por falta de horários e locais disponíveis. A delimitação das características dos sujeitos obedeceu apenas ao critério de terem sido pais na adolescência e a participação no cuidado com a(o) filha(o).

A seleção desses pais ocorreu por diversas maneiras. Primeiro, foi feito contato com as instituições de ensino em Contagem, onde não encontramos nenhum caso. O contato com o setor responsável pelo programa Bolsa Família forneceu-nos dados de nove possíveis pais adolescentes. Por meio de contato via telefone, apenas um participou da pesquisa, os demais não atendiam o telefonema, dois não eram pais, e um pai que atendeu não demonstrou interesse em participar da entrevista.

Seis contatos foram realizados por meio da nossa rede de convívio profissional (na SEDUC – Secretaria Municipal de Educação de Contagem), destes, conseguimos entrevistar apenas dois. Conseguimos dois rapazes, por meio de abordagens aleatórias, um em um centro comercial indicado pelo irmão, e o outro numa vila na qual saímos abordando os moradores que se encontravam pelas ruas. Conseguimos o contato do outro pai por meio de sua esposa, que é agente comunitária de saúde.

As tentativas frustradas

Apresentamos a seguir os contatos que fizemos, porém não tivemos sucesso no recrutamento dos participantes, por não terem indicações ou por não conseguirmos acionar o contato:

- a) Contatos pessoais e via ligações telefônicas com dirigentes escolares (houve a tentativa de encaminhar *e-mails* para todas as escolas públicas da rede municipal de Contagem, mas fomos desaconselhados pela diretora do setor de trabalho): não recebemos nenhuma indicação.
- b) *E-mails* para instituições que abordam a paternagem na adolescência (PUC-Betim/MG e Instituto Papai – Recife/PE): não obtivemos respostas da PUC-Betim/MG, e o Instituto Papai nos respondeu acerca de informações bibliográficas, não forneceram indicações.
- c) Abordagens às pessoas de nossa relação pessoal, profissional e pessoas aleatórias: das

diversas abordagens, conseguimos apenas quatro participantes.

- d) Visitas a equipamentos de Educação Infantil no Bairro Eldorado, em Contagem; visitamos quatro equipamentos, conversamos com as funcionárias para prováveis indicações, ficamos esperando a saída das crianças e abordamos os pais, mães e responsáveis que as buscavam na escola, mas não conseguimos nenhum contato com o perfil desejado.
- e) Contatos via telefone com CRAS (Centro de Referência da Assistência Social): sem indicação.
- f) Contato pessoal com representantes do COMPETI (Conselho Municipal de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil): sem indicação.
- g) Contatos pessoais com conselheiros tutelares (aproximadamente 8 conselheiros): sem indicação.
- h) Contato com as mulheres participantes de um grupo de debates, que ocorre mensalmente no escritório de uma deputada estadual mineira: uma participante do grupo indicou seu filho que estava com dezesseis anos e a namorada com 30, porém a criança ainda não havia nascido, a previsão era para o fim do ano de 2015 ou início de 2016.
- i) Visitas em três equipamentos de saúde em dias de atendimento de pediatras, para possível contato com pais adolescentes que poderiam levar a criança ao médico: não encontramos nenhum jovem com o perfil procurado.
- j) Duas indicações de agentes comunitárias de saúde: conseguimos um contato, o outro adolescente havia se mudado para o interior.

Encontramos mais seis rapazes que atendiam aos nossos critérios, porém não conseguimos conciliar os horários e locais para as entrevistas.

Local e período das entrevistas

As entrevistas também variaram de lugar, a critério do entrevistado. Das seis entrevistas, quatro foram realizadas nas próprias casas dos sujeitos. Uma entrevista foi realizada em praça pública e a outra foi realizada em uma lanchonete próxima ao local de trabalho do entrevistado. As entrevistas duraram, aproximadamente, 40 minutos cada uma e foram realizadas durante o segundo semestre de 2015. Os dados são analisados à luz das teorias de gênero discutidas adiante. Todos os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, preservando suas identidades.

Interpretação dos dados

[...] a pesquisa feminista e a de gênero têm trazido importantes contribuições no sentido de desmistificar a ciência e situá-la como prática social, atravessada por questões de poder que têm como consequência a hierarquização por gênero e a cristalização da diferença. (SPINK, 2013, p. 52)

Os dados foram interpretados no formato de análise de conteúdo das narrativas dos protagonistas da pesquisa após suas transcrições. As teorias de gênero deram suporte à análise do conteúdo das narrativas das percepções dos sujeitos que descreveram suas experiências. Como em todas as seções deste trabalho, utilizamos a perspectiva feminista para a interpretação dos dados. Pesquisamos alguns trabalhos empíricos e dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas)¹⁰ para darem suporte à nossa argumentação.

Adotamos a técnica de análise de conteúdo, a fim de descobrir “o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. (MINAYO, 2002, p. 74). Esclarecemos que este estudo foi construído de forma contingente, sendo desenhado e modificado no decorrer do caminho percorrido, como explica Spink acerca desse tipo de estudo: “Os resultados desses estudos apontam para a característica contingente da atividade científica, sendo esta circunscrita às condições e oportunidades locais.” (MINAYO, 2002, p. 74). As experiências obtidas na pesquisa são apresentadas ao longo dos quatro capítulos da dissertação articuladas com as teorias de gênero, com dados e outras pesquisas empíricas.

No primeiro capítulo, apresentamos descrição geral dos adolescentes, a fim de contextualizá-los.

No segundo capítulo, iniciamos com a problematização das questões atuais acerca do cuidado, apresentamos a construção do conceito de paternagem embasados nas teorias de gênero, os debates atuais acerca da masculinidade e suas relações com a paternidade/paternagem e as questões sociais no desenvolvimento dessas relações.

No terceiro capítulo, discutimos as “adolescências”, a normatização social que produz os discursos acerca dessa fase da vida, os estereótipos que envolvem as expectativas sociais relacionadas ao comportamento e às escolhas dos adolescentes, os modelos de famílias e o “problema” da gravidez na adolescência para as instituições, para a academia e para os próprios pais adolescentes.

¹⁰ IBGE (2010; 2013; 2014)

No quarto capítulo, procuramos demonstrar algumas mudanças nas normatizações das relações de gênero, sobretudo o evento do casamento. Também discutimos as desigualdades reproduzidas nas relações de gênero por meio da divisão sexual do trabalho interseccionadas com outras formas de desigualdade. A partir das experiências dos jovens que paternaram na adolescência, procuramos evidenciar novas relações de gênero e as perspectivas de jovens que foram pais na adolescência e como esse fato contribui para se sentirem reconhecidos socialmente.

Por fim, no último capítulo, fizemos nossas considerações finais acerca das experiências dos pais entrevistados. Percebemos um pequeno avanço para a equidade de gênero para essas famílias por meio dos relatos dos pais. A questão da desocupação da mulher no espaço doméstico, por diferentes motivos, abriu um espaço para esses jovens ocuparem. A paternagem, propriamente dita, simbolizou a entrada no mundo dos adultos e uma das poucas escolhas de vida que a maior parte destes jovens perceberam ter como possibilidades para seu futuro, sugerindo a urgência de políticas públicas que ampliem os campos de possibilidades para escolherem seus projetos de vida. A paternagem é realizada ainda com uma figura feminina “por perto” e o papel de provedor ainda possui significado importante para os jovens pais.

Este estudo é uma pequena contribuição nos estudos das relações de gênero, não se encerrando aqui. Há muito ainda o que se investigar acerca da paternagem, pois, em busca de algumas respostas, encontramos muitas perguntas que nos levariam a vários outros trabalhos.

1 A PATERNAGEM DE JOVENS DE CAMADAS POPULARES

1.1 Onde estão os pais adolescentes?

Para este trabalho, entrevistamos seis pais que experimentaram o evento da gravidez na adolescência e que paternaram, ou ainda paternam suas crianças, ainda que não tenham sido os principais responsáveis pelos cuidados com elas. A grande dificuldade para localizar jovens com esse tipo de trajetória pode ser considerada um reflexo da imensa desigualdade de gênero que persiste quando se trata de cuidados com os filhos, e que aparentemente é ainda maior em relação à experiência da paternagem na adolescência. Durante todo o processo de coleta de dados, no qual entramos em contato com vários tipos de equipamentos públicos, como centros de saúde, de educação ou de assistência social, para recrutar possíveis entrevistados, a tentativa, na maioria das vezes, foi sem sucesso. A resposta era sempre a mesma: “Gravidez na adolescência? É o que mais temos... Ah, não! O menino? Não conhecemos, temos muitas meninas, por que você não faz sua pesquisa com meninas? Você vai encontrar um monte!”

As falas dos funcionários que abordamos refletem uma percepção fragmentada da gravidez na adolescência. Sabemos que, neste evento, uma das partes pode não ser adolescente, mas, também, ocorre que, em muitos casos, o pai pode ser adolescente. Ignorar a existência desses pais em equipamentos públicos que tratam desses casos já revela um indício de desigualdade de gênero na percepção dessas pessoas.

O alto índice de fecundidade na adolescência no Brasil – 60,5 por mil mulheres de 15 a 19 anos com filhos em 2014 (IBGE, 2014) – contrasta com a nossa pesquisa, na qual tivemos muita dificuldade em encontrar pais adolescentes. Esse fato também pode ser explicado pela desigualdade de gênero que direciona as responsabilidades parentais para a mulher. Mas, apesar de todas as dificuldades, já descritas em mais detalhes no nosso capítulo introdutório, encontramos seis homens jovens, que foram pais na adolescência, paternaram e concordaram em conceder entrevistas.

O primeiro meio pelo qual conseguimos chegar a um adolescente que paterna foi por indicações de colegas de trabalho (na Secretaria de Educação de Contagem) e de funcionários de equipamentos do Estado. Seis jovens foram indicados por esses colegas. O primeiro aceitou nossa proposta e foi entrevistado, os dois seguintes aceitaram participar, mas, depois de vários telefonemas e desencontros, desistimos, devido ao tempo limite do trabalho. A segunda entrevista precisou ser descartada, pois a família do rapaz fez várias interrupções, comprometendo nosso objetivo, que é a percepção da paternagem pelo jovem pai. Após

insistentes ligações telefônicas, conseguimos mais uma entrevista obtida por indicações de companheiras de trabalho. Entramos em contato pelo WhatsApp com a última indicação, porém não obtivemos sucesso.

Servidores da unidade do Programa Bolsa Família em Contagem/MG forneceram-nos uma listagem com nove contatos de possíveis pais adolescentes selecionados por meio de uma triagem. Entre estes, obtivemos a participação de apenas um sujeito. Os outros ou não atenderam ao telefonema, ou não se encaixavam no nosso recorte. Houve, em uma dessas tentativas de contato, uma “queima de campo” ao realizarmos o telefonema para um integrante da lista, a situação foi de um casal que aparentemente ficou desconfiado devido ao nosso interesse de entrevistar apenas o pai. Esse ocorrido nos leva a sugerir que, em situações semelhantes, a entrevista seja realizada com o casal, mesmo que uma das entrevistas seja descartada.

As outras três entrevistas foram obtidas por: abordagens aleatórias em um centro comercial; indicação de uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) – marido de uma das agentes da unidade; e conversa com moradores da vila.

1.2 Breve descrição do contexto

André declarou-se branco – o único da pesquisa –, atualmente com vinte anos de idade. A gravidez ocorreu quando André tinha apenas catorze anos e sua namorada era quatro anos mais velha. André é o único dos rapazes que possui uma pessoa da família com curso superior – sua mãe – e também apresenta uma renda familiar pouco mais alta que a dos demais. Hoje, André mora com os pais e irmãos, e sua companheira e mãe de seu filho mora no mesmo lote; a criança mora com a mãe, mas circula constantemente nas duas casas. Sua entrevista foi tranquila, não se incomodou com nenhuma das questões abordadas, respondendo com eloquência. Trabalha em um supermercado.

Vinicius foi pai aos dezesseis anos, quando sua namorada – irmã de um amigo – tinha apenas doze. Ambos estudaram até a sexta série do Ensino Fundamental, hoje denominado “sétimo ano da Educação Básica”. Ainda namoram e o filho deles tem hoje três anos de idade. Vinicius nunca teve um emprego e mora com sua mãe e um irmão de 30 anos. As condições de moradia são aparentemente precárias, o bairro é de periferia, o barraco alugado possui três cômodos, ele é negro e o mais pobre dos rapazes desta pesquisa. Seus pais são separados. Foi a entrevista mais difícil de conseguir profundidade, devido às respostas “sim”, “não” e “porque

foi bom?”. Mas, explicando as perguntas e com o desenrolar da entrevista, as respostas foram aparecendo.

Ao contrário de Vinicius, a entrevista com José foi se desenvolvendo de forma tranquila. Ele foi pai, aos dezessete anos, de uma menina que tinha acabado de completar um ano de idade na data da entrevista. Ele e a filha moram com sua avó materna em um bairro de periferia próximo a uma favela. Sua mãe tinha apenas quinze anos quando ele nasceu e seu pai biológico, um traficante, só o conheceu aos nove anos de idade. Foi registrado e criado pelo padrasto, um militar, que teve três filhos com sua mãe. Apesar de ter estudado em escola militar, por meio do seu padrasto, não completou o Ensino Fundamental e também foi traficante, mas hoje trabalha em um emprego formal em uma empresa de máquinas. O relacionamento com a mãe de sua filha terminou, mas lutou pela guarda. Relatou-nos o sofrimento que viveu no período em que não estavam juntos.

Marcos, pardo, com 25 anos, é o mais velho e o mais estável economicamente entre os entrevistados, possui, juntamente com sua mãe e irmãos, um comércio de roupas em uma feira fixa, comprou seu apartamento alguns anos depois que a filha nasceu, e sua esposa está terminando o curso de Direito. Abriu mão dos estudos e cuida da casa e da filha para a esposa terminar o curso superior, a gravidez não foi fator de interrupção nos estudos para a esposa e sim para ele. Escolheram de forma racional, ele não gosta de estudar e ela gosta, influência também dos pais dela, ambos com Ensino Superior. Marcos tem muito orgulho de sua esposa, foi pai aos dezesseis anos e sua filha tinha oito na data da entrevista.

Wesley tem um filho com doze anos de idade na data da entrevista. Foi pai aos catorze anos com sua companheira um ano mais velha. Casaram-se oficialmente depois de um tempo morando juntos. Mora em uma vila, sua esposa é agente de saúde e ele disse trabalhar na área comercial. Quando engravidaram, Wesley herdou de seus pais um barraco em uma vila, onde moram até hoje e, agora, esperam mais um filho.

Leandro foi o único que declarou ter desejado ter filhos quando estava com quinze anos de idade e, apesar de não ter morado junto com a filha em seus primeiros anos de vida, passava os finais de semana com ela. Hoje, orgulha-se de ter um emprego, casa e família, mesmo morando em uma vila. Também herdou um barraco de seus parentes. Filho de pais separados, e neto mais velho, cuidou um pouco dos primos e do irmão mais novo. Durante a infância, encontrava-se com seu pai biológico esporadicamente. Com irmãos e primos mais jovens, Leandro se sentia responsável por eles e, aparentemente, quis ter uma vida de “adulto”, ainda muito jovem.

O quadro a seguir apresenta o perfil geral dos sujeitos da pesquisa:

QUADRO 1 - Características gerais dos entrevistados

Característica gerais:	ANDRÉ	VINÍCIUS	JOSÉ	MARCOS	WESLEY	LEANDRO
Idade	20	19	18	25	26	22
Idade da parceira	24	16	22	26	27	22
Idade que teve filhos	15	16	17	16	14	16
Escolaridade	Médio completo	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto
Escolaridade da parceira	Médio completo	Fundamental incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto
Idade da criança	5	3	1	8	12	6
Sexo da criança	Menino	Menino	Menina	Menina	Menino	Menina
Cor	Branca	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda
Religião	Católico	Evangélico	Evangélico	Não tem	Cristão	Católico
Renda	5000 reais	Ainda não possui renda	Não sabe	3500 reais	3500 reais	2500 reais
Irmãs	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Apenas por parte de pai, não tem muito contato
Situação familiar atual	Namora a mãe da criança, moram no mesmo lote, ela com a mãe e irmão e ele com pai, mãe e irmão. A criança vive nas duas casas,	Namora a mãe da criança. Ele mora com a mãe e irmão e ela mora com os pais. A criança mora com a mãe e avós maternos.	Mora com a criança e com sua avó materna. Convive com a mãe da criança mas não tem relacionamento sério.	Família nuclear. Casado com a mãe da criança.	Família nuclear. Casado com a mãe da criança.	Família nuclear. Casado com a mãe da criança.
Situação funcional	Emprego fixo	Está procurando emprego	Emprego fixo	Proprietário de estabelecimento comercial (em uma feira fixa).	Emprego fixo	Emprego fixo

2 PATERNAGEM SOB O PONTO DE VISTA DO GÊNERO

2.1 Paternar é cuidar

Uma das necessidades básicas do ser humano é o cuidado. Diferentemente das outras espécies, os seres humanos possuem maior dependência de seus semelhantes, sobretudo em fases consideradas de maior fragilidade, a infância e a velhice. Com o aumento da expectativa de vida, há uma grande demanda por cuidadores nessa última fase. Na infância, os modelos sociais “de cuidado” com as crianças se tornaram hoje mais elaborados, especializados, normatizados e prolongados, o que gera uma grande demanda para a família, o estado e a sociedade. Na perspectiva feminista, Bengoa (2013) sugere a economia do cuidado como a espinha dorsal para uma nova economia, pois o modelo econômico capitalista não se preocupa com as questões dos cuidados, delega-os a uma classe cujas próprias mulheres exploram outras mulheres.¹¹ Bengoa (2013) propõe:

O desafio político é aceitar que determinada sociedade como um todo deve cuidar de seu povo e não atribuí-lo a um setor da população de mulheres, transferindo-se assim, para as famílias, todo o estresse associado com a gestão do cuidado. É a sociedade quem deve assumir o controle de organizá-lo de forma a responder às necessidades humanas, sem a qual as pessoas que exercem os cuidados são determinadas por uma categoria social como classe, gênero ou raça. O argumento é que a responsabilidade pelo cuidado não deve ser privada ou individual, mas social e política.¹² (BENGOA, 2013, p. 52, tradução nossa).

A política institucionalizada tem se preocupado com o cuidado de forma generalizada para as fases inicial e final do ciclo de vida da população. No Brasil, o Plano Nacional de Educação¹³ tem como meta universalizar a oferta de atendimento para crianças a partir dos quatro anos de idade até 2016. Mas a institucionalização do cuidado não confere a ele uma dimensão política, no que Bengoa (2013) sugere que toda a sociedade cuide do seu povo. Os modelos de cuidado institucionalizado são apenas uma delegação de serviço, ainda predominantemente ocupado por mulheres. Esses modelos também não atendem todas as

¹¹ Discutiremos essa questão no Capítulo 4.

¹² *El desafío político se concreta en aceptar que es la sociedad en su conjunto la que debe asumir el cuidado de su población y no asignarlo a un sector de la población -las mujeres-, desplazando con ello hacia los hogares toda la tensión que conlleva la gestión del cuidado. Es la sociedad quien debe hacerse cargo de organizarlo de tal manera de dar respuesta a las necesidades humanas, sin que las personas que ejerzan de cuidadoras estén determinadas por alguna categoría social como clase, sexo o raza. Se plantea que la responsabilidad del cuidado no debería ser privada ni individual, sino social y política.*

¹³ BRASIL, 2014a.

demandas de que uma criança necessita, parte do tempo da criança demanda cuidados parentais. Mas o que é o cuidado?

No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra “cuidado” é usada para designar a atitude; mas é o verbo “cuidar”, designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra *care*. Assim, se é certo que “cuidado”, ou “atividade do cuidado”, ou mesmo “ocupações relacionadas ao cuidado”, como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de “cuidar” ou de “tomar conta” têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou “dos pais”, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente). (GUIMARÃES; HIRATA; KURUMI, 2011, p. 154)

Para as autoras, o cuidado expressa uma ação praticada, a ação de cuidar. É essa perspectiva de “ações do cuidado” que orienta nosso estudo. As autoras também apontam um problema brasileiro para o significado da palavra “cuidado”, ou seja, o caráter de subalternidade e feminilidade para essas atividades. Em outras palavras, nossa cultura, subvaloriza as atividades do cuidado e ainda as naturaliza como atividades femininas. Para a equidade de gênero fora de casa, é fundamental a equidade de gênero dentro de casa, pois as atividades do cuidado ficando a cargo exclusivamente das mulheres deixam-nas em condição de desvantagem ao concorrerem com os homens no mercado de trabalho. O primeiro passo para uma dimensão política com relação ao cuidado, a qual propõe Bengoa (2013), é desnaturalizar o cuidado como questão feminina.

Nancy Chodorow produziu um dos mais significativos questionamentos sobre a forma como as meninas são criadas para exercerem o cuidado, ela desnaturaliza essas habilidades e mostra como a sociedade treina as mulheres para tal atividade desde a mais tenra idade. Para essa desnaturalização, Chodorow (1999) introduz o neologismo “*mothering*”,¹⁴ diferenciando de *motherhood*, justamente para destacar a diferença entre a ampla dimensão que o conceito de maternidade propõe e o recorte dos cuidados com a criança, dando a este último a perspectiva de ação, e, se o cuidar é uma ação, esta ação precisa de um corpo para praticá-la, independentemente dos órgãos sexuais.

Traduzindo para o português, maternar define uma ação que Chodorow (1999) inaugura para identificar o cuidado com as/os filhas/os. Quando percebemos essas atividades como ação,

¹⁴ Maternar em português.

desnaturalizamos a normatização que confere à mulher habilidades naturais para o cuidado. Mesmo a questão da amamentação, que é uma ação exclusiva da mulher, Badinter (1985) citando Rousseau, sugere que essa ação ocorreu por necessidade biológica da mãe de aliviar o seio, e então “A repetição do ato cria o hábito de um contato regular com o filho. E desse hábito nasce a ternura materna.” (BADINTER, 1985, p. 166). Então, abre-se o caminho para o pai também exercer o cuidado, ou seja, paternar, já que as ações podem ser aprendidas.

Segundo Guimarães, Hirata e Ku-Rumi (2011), a partir do momento em que o mercado exigiu uma remuneração para atividades do cuidado, o caráter de servidão que ocorria no trabalho doméstico começou a ser questionado, e a partir daí sua relação com a natureza feminina também passa a ser desnaturalizada. As feministas na década de 1960 e 1970 começaram o movimento para essa desnaturalização.

Como vimos, o *care* adquire significado de ação na língua portuguesa, então trabalharemos uma continuidade do que iniciou Chodorow (1999) com o conceito de *mothering*, esse conceito nos possibilita pensar acerca das ações do cuidado com a criança deslocado de significado do que é ser pai e do que é ser mãe. Não estamos buscando respostas para essa questão, tampouco criando “tipos ideais”, nossa preocupação é identificar uma possível mudança na divisão sexual do trabalho nas novas gerações a partir do contexto de um pai adolescente que cuida. Por cuidado entendemos os cuidados básicos de que uma criança necessita, paternar, então, sugere uma função mais abrangente do que os momentos de lazer entre o pai e a criança.

A flexão de gênero da maternagem – utilizada para identificar as funções do cuidado da mãe para com suas crianças, traduzidas do termo *mothering* cunhado por Chodorow¹⁵ – ou seja, a paternagem/*fathering* não foi usada inicialmente com o mesmo significado que queremos utilizar neste trabalho. Em muitos trabalhos, tanto estadunidenses como brasileiros, esse termo é utilizado para designar as antigas funções do pai de ser o provedor de suas crianças, também chamado de pai social. Até mesmo Chodorow (1999) atribui o significado de pai social para o termo *fathering*, ou seja, o pai provedor.

2.1.1 De “*fathering*” à paternagem

O termo paternagem começa a adquirir novos significados no trabalho de Doherty, Kouneski e Erickson (1998), em que o termo ‘*fathering*’ vem acompanhado de ‘*responsible*’,

¹⁵ CHODOROW, 1999.

por meio do qual os autores fazem uma discussão da paternagem agregando o valor da responsabilidade. Esses autores elaboram a instrumentalização do conceito de “paternagem responsável” baseado na paternidade, presença, suporte econômico e envolvimento, constatando que esse último é o maior foco das pesquisas:

Embora o quadro conceptual se destine a aplicar-se aos quatro domínios da paternidade responsável abordados nesta revisão (paternidade, presença, apoio econômico e a participação), a maioria das pesquisas tem se concentrado em uma ou outra dessas áreas; na verdade, a maior parte da pesquisa empírica tem sido sobre o envolvimento do pai.¹⁶ (DOHERTY et al., 1998, p. 34-35, tradução nossa).

Ao longo do mesmo texto citado acima, encontramos também uma referência para identificar o que queremos expor: *active father*, ou seja, pai ativo. Em pesquisas introdutórias na internet, encontramos também essa referência sendo debatida no Brasil: paternidade ativa.¹⁷

A paternagem aqui abordada vai ao encontro da “paternidade ativa”, para diferenciar do significado de paternidade que, segundo Doherty e Kouneski (1998), “é um produto dos significados, crenças, motivações, atitudes e comportamentos de todos os interessados nas vidas de crianças.”¹⁸ (DOHERTY et al., 1998, p. 4, tradução nossa) e como as organizações familiares vão se transformando ao longo da vida e, sobretudo, ao longo do tempo, a utilização do termo paternagem em estudos mais recentes significa as funções do cuidado e criação dos filhos sendo exercidas pelo pai. A perspectiva de trabalharmos com a paternagem tem a mesma finalidade que propõe Doucet (2006), ou seja, utilizar o conceito de paternagem como funções que contribuem para a equidade de gênero:

Esta é a minha posição feminista sobre a paternidade, que trabalha no sentido de desafiar as assimetrias de gênero em torno dos cuidados e ocupação, incentivando e abraçando paternidade ativa, entretanto, sempre lembrando e valorizando a longa tradição histórica do trabalho das mulheres em sua identidade e poder na prestação de cuidados. Ao adotar esta posição das duas partes, eu olho para a possibilidade de vislumbrar um futuro onde homens e mulheres compartilharam plena e simetricamente as alegrias e os encargos da prestação de cuidados.¹⁹ (DOUCET, 2006,

¹⁶ *Although the conceptual framework is intended to apply to the four domains of responsible fathering covered, in this review (paternity, presence, economic support, and involvement), most of the research has focused on one or another of these areas; indeed, the bulk of the empirical research has been on father involvement.*

¹⁷ Disponível em: <<http://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/da-paternidade-a-paternagem-um-caminho-a-ser-percorrido>>.

¹⁸ *Fathering is a product of the meanings, beliefs, motivations attitudes, and behaviors of all these stakeholders in the lives of children.*

¹⁹ *The is my feminist position on fathering this one that works towards challenging gendered asymmetries around care and employment, encouraging and embracing active fathering, while always remembering and valuing the long historical tradition of women’s work identities and power in caregiving. In adopting this two-part position, I look to the possibility of envisioning a future where men and women shared fully and symmetrically in the joys and burdens of caregiving.*

p. 30, tradução nossa).

Mas a paternagem não é uma situação simples de se resolver, isso poderá implicar uma ameaça para a identidade de algumas mulheres que têm a maternagem como ponto central de suas vidas, para este trabalho, adotamos a crítica de Butler (2003b), que questiona a política de identidade por segregar e limitar-se à heteronormatividade. Uma identidade inteligível²⁰ é adotada para ter reconhecimento social, ou seja, as mães não abrem mão de uma identidade de “mãe cuidadora” porque esperam o reconhecimento social para este papel. O desafio é encontrar um equilíbrio de poder para homens e mulheres entre trabalho público e trabalho doméstico, pois pouco se discute a divisão de cuidados entre pai e mãe.

Podemos pensar que a paternagem é mais uma forma de classificação binária e estaríamos na lógica da heteronormatividade. Trabalhar com o termo “paternagem” pode ocasionar interpretações de que estamos criando uma categoria, não queremos criar categoria, e sim chamar a atenção para uma atividade demandada por uma criança que, biologicamente, necessitou de um pai e uma mãe para existir. Pensada na conjuntura global que encaminhou à situação de muitas mulheres nos dias atuais de sobrecarga de trabalhos, a defesa desta dissertação é do termo “paternagem” no sentido de pai que cuida, proporcionando maior equilíbrio entre homens e mulheres nas atividades da esfera doméstica. Esse é um discurso que visa proporcionar poder ao pai como cuidador; a legislação brasileira sobre guarda compartilhada²¹ já aponta para esse modelo de divisão das responsabilidades, mas não se refere especificamente à divisão igualitária dos cuidados, e não defendemos que estipule isso, pois entendemos que a paternagem deve ser uma alternativa de escolha para ambos os progenitores, negociada e decidida conjuntamente, como expressa a legislação. Esse nosso debate não visa excluir o modelo tradicional de família, desde que viver de acordo com esse modelo seja desejado por ambas as partes envolvidas e desde que se tenham alternativas de escolha. Também não temos a pretensão de sugerir uma proposta de “dosagem certa” para a paternagem, essa medida, para nossa concepção, é uma negociação entre os responsáveis pela criança, sem que um deles se sinta explorado.

Paternar é uma ação realizada pelo homem que se identifica como pai, independentemente da questão biológica. Essa ação poderá desafiar o gênero na medida em que rompe com a divisão sexual do trabalho. Mas essa ação não se refere a um modelo identitário

²⁰ Identidade “mulher”, por exemplo.

²¹ BRASIL, 2014b.

adotado pelo sujeito, a ação é uma ligadura ao conjunto de significados que a paternidade carrega, podendo ser exercida ou não, como explica Latour:

A ação não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes, como uma ligadura. Um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos. E essa venerável fonte de incerteza que desejamos restaurar com a bizarra expressão ator-rede. (LATOURE, 2012, p. 72).

Descobrir os desemaranhados de mudanças de papéis percebidas pelo pai adolescente é o foco deste trabalho. Acreditamos que a paternagem é um caminho possível para contribuir com a equidade de gênero no espaço doméstico. No sentido da ação, o conceito de Le Camus – traduzido por Laurent (2005) – acerca da paternagem é o que melhor atende as propostas deste trabalho, ele destaca as atividades de cuidados deslocando do psicossomático e voltando para o aspecto relacional:

Jean Le Camus, professor de psicologia, não defende, por sua vez, uma recomposição *à la carte*. Ele quer enraizar a paternidade na experiência. Ela, para ele, é mais relacional do que psicossomática. Ser pai, para um homem, ele nos diz, é criar uma criança estando implicado em interações precoces com ela. Isso lhe permite distanciar-se de uma perspectiva psicanalítica evolucionista, como aquela de Rene Spitz: “diferentemente daqueles que continuam a circunscrever uma ‘idade da mãe’, muito precoce e diádica, depois uma ‘idade do pai’, mais tardia (a partir de três anos, *grosso modo*) e triádica, **acredito que o pai deve tomar seu lugar desde o momento do nascimento, nas semanas, nos meses... que se seguem e que são ocupados pelas atividades de cuidados, o que é preciso desde então chamar de paternagem** (*caregiving* ou *parenting*, em língua inglesa)”. (LAURENT, 2005, p. 103, grifo nosso).

Tomamos aqui o conceito de paternagem de Le Camus, ou seja, paternar é cuidar, realizar as ações dos cuidados básicos de que uma criança necessita durante os períodos da infância e da adolescência, as principais atividades que englobam a paternagem são a alimentação, a troca de fraldas, o banho e a higienização, a educação, a responsabilização pelos horários e pelo zelo com a saúde da criança, ações que foram, antes, naturalizadas como femininas. Como já mencionamos, essas necessidades variam com as fases da criança e com a cultura de cada lugar.

A utilização do termo paternagem é importante para dar visibilidade ao pai que cuida, com as mudanças nas relações familiares o pai já não está mais tão distante do cuidado com os filhos, mas lhe faltam visibilidade e políticas públicas, “lembrando que, no caminho da promoção de relações de gênero mais igualitárias, é importante que se trabalhe a favor de políticas para homens que são ‘de casa’ e não somente ‘da rua’”. (SCOTT, R. 2010, p. 93).

Pensando nesse pai adolescente que estava em um período de processo de transição do comportamento infantil para um comportamento adulto, percebe-se que nesse processo não se pode escapar das relações de gênero que requerem atitudes culturalmente masculinas, ou seja, ser provedor. Um adolescente que cuida da criança apresenta os mesmos conflitos que o homem adulto de mostrar socialmente a função de provedor? Ou as relações estão mudando e o adolescente que exerce as funções do cuidado já se sente reconhecido por essa função sem necessidade de demonstrar o papel de provedor?

Para responder essa questão, observamos nos relatos de nossos entrevistados que, mesmo que os pais pesquisados tenham paternado, ou paternem, eles percebem o papel do pai no modelo de pai provedor; eles não reconhecem que estão contribuindo para uma divisão mais equitativa desses papéis. Atribuíram características ao ideal de pai como “ter autoridade” e “responsabilidade”. Também acham que ser homem é ser pai e a paternidade “abriu a mente” no sentido de conhecer o mundo e amadurecer. Ser pai jovem é percebido de forma positiva para alguns, pois ajuda a “estabilizar a vida”, ou então “ficar com os pés no chão”. As preocupações com a educação também fazem parte do que eles entendem por bom pai. Mas a maior preocupação é manter uma renda para prover a criança, ou seja, mesmo paternando, os jovens deste trabalho ainda estão ligados ao modelo de “pai-provedor”.

Para entender essas mudanças nas atividades exercidas pelos pais e os significados que os jovens atribuem aos papéis que representam, utilizaremos as teorias feministas de gênero abordadas na próxima seção.

2.2 O conceito de gênero

Até o despertar dos estudos feministas do século XX, as relações e papéis familiares eram entendidos culturalmente como um “destino natural”, tendo suas especificidades em cada cultura e ao longo do tempo. Mesmo com apontamentos de que esses papéis são aprendidos, como Marcel Mauss em “As técnicas do corpo” (1974), foram os estudos e movimentos feministas que começaram a questionar esses papéis.

Apesar das contribuições de várias autoras nesse período (MEAD, 1988; DE BEAUVOIR, 1970; entre outras), iniciamos essa discussão com as contribuições de Galy Rubin (1975) que propõe a denominação de “sistema sexo-gênero” para analisar essas relações. Ela utiliza essa expressão para melhor contemplar o debate acerca das relações de gênero, pois, para ela, “patriarcado” ou “modo de reprodução” utilizados pelo debate marxista nas questões de gênero não explicam de forma abrangente esse sistema que ocorre em todas as culturas

conhecidas. Para Rubin (1975): “O sistema de sexo/gênero, por outro lado, é um termo neutro que se refere ao domínio e indica que a opressão não é inevitável, mas é o produto das relações sociais específicas que a organizam.” (RUBIN, 1975, p. 169).

Como aponta Rubin (1975), o sistema sexo-gênero é um sistema de opressão, na medida em que utiliza uma classificação binária baseada nos corpos, estabelecendo para estes características e funções sociais predeterminadas e com caráter essencialista. Os órgãos sexuais são utilizados para dividir os seres humanos nas categorias homem e mulher e determinar o que se pode ou não fazer, como se deve comportar, quem deve fazer o quê, quem está ou não autorizada (o) a utilizar ou não cada espaço. E essa divisão é assimétrica na medida em que determina o masculino como dominante e o feminino como subalterno.²²

Freud, com a psicanálise, e Lévi-Strauss, com o estruturalismo, explicaram – pelo ponto de vista dos homens/masculinos – esse “sistema sexo/gênero” como modelo ideal e universal nas relações sociais. Rubin (1975), Butler (2003b), entre outras, criticaram essa visão machista e essencialista das relações “sexo/gênero”. Mesmo com a crítica de Rubin (1975) e outros, ainda percebemos uma forte influência desses autores, sobretudo Freud, pois, muitas vezes, patologiza as ações e os desejos que não se submetem às explicações da psicanálise edipiana.²³ Essas ideologias, juntamente com fatores políticos, desejo de reconhecimento, entre outros, faz com que muitas pessoas se submetam às normas de gênero e acabem cumprindo os papéis recebidos nas socializações primárias, ou seja, muitos homens e mulheres submetem-se a construírem a performatividade de gênero de acordo com o modelo que lhes foi socialmente designado, obedecendo também ao fator geracional, pois há também normas específicas de gênero para cada período da vida.²⁴ Apesar de as normas se modificarem com o tempo e em cada cultura, essas condições sociais valorizam os papéis masculinos e inferiorizam os femininos, atribuem ao masculino a vida pública e ao feminino a vida doméstica, determinam trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, estabelecendo, assim, a divisão sexual do trabalho, que tem como principal consequência a desigualdade de gênero.

As relações de gênero se constituem de forma opressora, na medida em que fazem uso de uma classificação binária baseada nos corpos, utilizando-se das diferenças entre o corpo de homem e o corpo de mulher ligadas ao evento da reprodução; surgiram características e funções

²² A assimetria de poder do sistema sexo/gênero não se encerra apenas no sexo e no gênero, ambos são interseccionados pelas condições de classe e pela raça. Faremos essa discussão na seção 1.3.

²³ Este estudo não pretende discutir as teorias psicanalíticas que regulamentam o gênero, pretendemos apenas questionar seu caráter regulamentador que patologiza o diferente impondo restrições às ações dos indivíduos e criando as hierarquias de gênero.

²⁴ Exemplo: a gravidez na adolescência não é atualmente recomendável para pessoas nessa fase da vida, ela é considerada por muitos setores da sociedade como um problema. Discutiremos essa temática no Capítulo 3.

sociais predeterminadas e que, para ambos os sexos, são opressivas, pois, apesar das vantagens para os homens, a incorporação da masculinidade é um “processo social frágil, vigiado, autovigiado e disputado”. (ALMEIDA, 1996).

Jon Scott entende o gênero como lugar de conflito, pois uma das proposições que integram a sua definição de gênero é que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1990, p. 21). Neste trabalho, entendemos as relações de gênero na perspectiva do poder, pois a maneira com que a espécie humana age na natureza e entre si é orientada por relações de poder. Rubin (1975) foi muito importante para a teoria feminista por criticar as teorias das estruturas de poder, como as de Freud e Lévi-Strauss, mas o termo utilizado por Rubin “sistema sexo-gênero” foi substituído por “relações de gênero”, entendendo que são efeitos das dinâmicas de poder estabelecidas nas relações (FOUCAULT, 1985; SCOT, 1990; BUTLER, 2003b; THERBORN, 2006). Nesse sentido, ao estabelecerem relações familiares, os seres humanos o fazem na lógica do poder, independentemente de suas particularidades sociais, culturais, naturais e ambientais. Ou seja, mesmo tendo uma diversidade nos modelos de relações familiares em diversas culturas, a sexualidade, as funções, os papéis e símbolos fundam-se nas e por meio das relações de poder.

Compreendemos que o gênero não se constitui separadamente do sexo, sua classificação baseia-se nas diferenças sexuais percebidas, e, a partir dessa classificação, as relações sociais são constituídas em forma assimétrica de poder. Então, os estudos de gênero passam a considerar sua associação com o sexo:

É por esta razão que gênero não pode estar livre de sua associação com sexo, isto é, com a diferença sexual. Desde que diferença sexual é referente de gênero, e desde que diferença sexual não tem nenhum significado inerente e fixo, gênero permanece uma questão aberta, um lugar de conflito sobre as definições que nós atribuímos (e outros) a ele. (...)

Como resultado, gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder. (SCOTT, J. 2005, p. 346).

As configurações das relações de gênero foram se transformando ao longo da história, variando no tempo e no espaço. Do mesmo modo que diferentes culturas atribuem significados distintos ao dimorfismo sexual entre os seres humanos, ao evento da reprodução humana e aos seus desdobramentos, foram atribuídos sentidos que, aos poucos, naturalizaram-se como específicos de cada sexo, criando o paradoxo no qual ao mesmo tempo que esses são entendidos como parte intrínseca da natureza do sexo, para se solidificarem houve a necessidade da criação

de normas a cumprir que garantissem o funcionamento “correto” desse destino “natural”. (BUTLER, 2003b).

Esse paradoxo começa a ser desvendado a partir do movimento feminista e dos estudos de mulheres, que hoje foram ampliados com a denominação de “estudos de gênero”. O termo gênero foi adotado na academia em substituição aos estudos de mulheres a partir dos anos de 1970. (STOLKE, 1991). Segundo Donna Haraway (2004), os significados modernos para o termo gênero, apesar das diferenças, originam-se a partir do argumento de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” – desconstruindo o caráter natural dos papéis masculinos e femininos – e nas condições do pós-guerra que permitiram às mulheres construir um coletivo (HARAWAY, 2004, p. 211). Esse coletivo foi marcado por um ideal de identidade no qual o termo mulheres, à época, o representava como categoria supostamente homogênea.²⁵

Na perspectiva de Beauvoir, o debate acerca das questões de gênero posicionou-se durante um tempo sobre a dicotomia natureza-cultura, em outras palavras, o sexo era relacionado à esfera da natureza e o gênero à esfera da cultura. Porém, se as classificações são feitas pela linguagem, que é um fator cultural, a definição de sexo, então, deixa de se caracterizar como algo estritamente natural. Para Laqueur (1992) e Butler (2003b), o sexo não se desassocia da cultura, na medida em que é a cultura que estabelece significados para os corpos por meio da linguagem.

Essas relações de poder que permeiam os eventos da reprodução humana criaram normas de gênero, sendo que essas normas são uma “ficção regulatória” (BUTLER, 2003b); modelo que se altera no decorrer da história e se diferencia entre as culturas. Elas solidificam-se a partir da repetição estilizada da ação, como aponta Butler:

O sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras precisamente por meio da produção substancializante. (BUTLER, 2003b, p. 209).

²⁵ Essa ideia de mulheres como categoria homogênea é também desconstruída pela análise do discurso de Sojourner Truth, o qual várias feministas, de diversas correntes, evocam. Sojourner Truth foi uma negra escrava estadunidense que fazia discursos abolicionistas na segunda metade do século XIX. Ao ouvir homens brancos referindo-se às mulheres de forma estereotipada como “delicadas”, frágeis”, Sojourner Truth, com as características opostas a esses estereótipos, responde: “*e eu num sê mulê?*” Haraway interpreta sua história dando-lhe o caráter da diversidade dos seres humanos: “Que tipo de história poderia habitar Sojourner Truth? “Para mim, uma das respostas a esta pergunta de Sojourner Truth está na força para figurar uma humanidade coletiva sem construir o enclausuramento cósmico da categoria não marcada. Muito pelo contrário, seu corpo, nomes e discurso – suas formas, conteúdos e articulações – podem ser entendidos como contendo a promessa de um universo nunca marcado, uma linguagem comum que faz exigências irresistíveis em cada um de nós, coletiva e individualmente, precisamente por sua radical especificidade, em outras palavras, pelos deslocamentos e resistências à identidade não marcada exatamente como meio de reivindicar o status de ‘humano’. (HARAWAY, 1993, p. 285).

Para Butler (2003b), a repetição da ação reproduz as normas de gênero, então não existe uma natureza essencialista do binarismo de gênero que a norma nos impõe. É justamente por meio das ações que podemos subverter, por meio da ação temos a possibilidade de não repetir as regras binárias; quando o indivíduo percebe, essas regras tornam-se opressoras. Portanto, não existe essa categoria fixa de gênero, pois uma verdadeira masculinidade e feminilidade constantes são constituídas como estratégia para encobrir o aspecto performativo do gênero (BUTLER, 2003b). Judith Butler elabora essa teoria da performatividade para explicar o gênero como consequência de “atos corporais estilizados”, ou seja, não há um ser anterior ao ato, a fabricação dos atos é que forma o gênero de maneira intencional ou performativa. Por performativo Butler sugere que os atos são uma construção dramática e contingente para dar sentido ao corpo. (BUTLER, 2003b). Ela também explica que essa performatividade é uma “repetição parodística²⁶ do gênero”, desconstruindo a possibilidade da existência de uma identidade de gênero fixa. A citação a seguir sintetiza essa teoria de gênero de Butler:

Como efeito de uma performatividade sutil e politicamente imposta, o gênero é um ato por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do natural que, em seu exagero, revela, seu status fundamentalmente fantasístico. (BUTLER, 2003b, p. 211).

A produção do gênero demanda uma diversidade de fatores, percebemos então que a dicotomia natureza e cultura funde-se para manifestar o gênero em forma de performatividade. A performatividade, diferente da performance do ator, é uma ação incorporada pelo sujeito, as normatizações são assimiladas e reproduzidas de maneira estilizada por meio das ações que não ocorrem de forma isolada. Para Butler, todo esse poder hegemônico que controla os corpos pelo discurso, nós o reproduzimos de forma performativa, então não existe essencialismo na produção do gênero. Ou seja, “gênero é efeito e não causa, repetição estilizada de atos” (SALIH, 2012, p. 91). Em sua produção recentemente publicada no Brasil, Butler amplia seu conceito de gênero, abrangendo outros fatores que ainda não haviam sido debatidos em sua teoria:

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. (BUTLER, 2014, p. 253).

²⁶ No sentido da produção de uma paródia do modelo considerado “ideal”.

Assim Butler amplia sua definição de gênero acrescentando à resposta performativa que o produz os ingredientes intersticiais, hormonais, cromossômicos e físicos. Pela teoria de Butler, percebemos que as normas de poder criam um reducionismo de gênero ao classificá-lo de forma binária, pois são vários fatores que o compõem e que não são condicionados exatamente nesses dois modelos. Essa definição de gênero proposta por Butler é a que mais nos atende, de acordo com o nosso entendimento. É importante perceber o indivíduo em conjunto unificando natureza e cultura, mas como inter-relacionadas e não essencializadas. Como Butler aponta, é uma manifestação do masculino e do feminino advinda de vários fatores e nisso se produz a diferença.²⁷ Mas esse conjunto de fatores que reproduzem o gênero não é percebido de forma abrangente.

Temos um exemplo na nossa pesquisa da percepção do gênero. Na entrevista com Marcos, ele expõe a relação da família de sua esposa: sua parceira teve um histórico familiar completamente inusitado. Segundo Marcos, a mãe e o pai da sua esposa são homossexuais. Para se ajustarem ao modelo familiar moralmente aceito no interior onde moravam, tentaram adotar uma performance heterossexual, casaram-se e tiveram um casal de filhos. Ao migrarem para a cidade grande, a mãe foi quem primeiro se rebelou contra as pressões sociais, separou-se e casou-se com uma mulher. A esposa de Marcos foi criada pelo pai, enfermeiro, juntamente com seu irmão mais jovem que também é homossexual:

A história do pai e da mãe dela é complicada, o que acontece: Eles vieram do interior e a mãe dela é gay... e o pai dela é homossexual... aí interior né, que acontece: Juntou né, pra não dar aquele bafafá aí que aconteceu? Nasceu a ... [esposa] e nasceu o irmão dela, mas hoje a mãe dela mora com uma mulher né, a esposa dela e o pai dela namora com um rapaz. E o irmão dela é [gay], e namora também, por isso que acho que isso é de sangue, o pessoal fala que vira, não! Tenho certeza absoluta, é de sangue, só a minha esposa que ainda não né? (risos...). (MARCOS, 2015).

Marcos percebe o gênero como fator biológico devido a sua observação ao comportamento da família de sua esposa. Em sua narrativa, podemos notar como a normatização de gênero se desfaz por si, como aponta Butler (2003b); aqui temos a narrativa da experiência de um casal que se esforçou para cumprir a normatização do gênero, mas os outros fatores que manifestam o gênero impediram a continuidade de obedecer às normas e, no caso da sogra de Marcos, fez subvertê-las.

Com esse conceito, Butler (2014) reafirma a importância dos corpos, fato que foi por um tempo ignorado por algumas interpretações de sua teoria. Mas, Butler (2003b), citando

²⁷ No sentido deleuziano, mas esse debate não é nosso foco no momento desta pesquisa.

Beauvoir, reafirma que “o corpo é uma situação”. O caráter situacional do corpo ocorre para todos os indivíduos, nosso corpo altera-se de acordo com o biológico, na maneira que cuidamos dele e com a ação do tempo. Mesmo as pessoas que buscam uma identidade fixa não podem evitar essas transformações. O caráter difuso, aberto e mutável do significado de gênero é onde podemos debater, subverter ou reproduzir nossas ações que, quaisquer que sejam, são políticas.

Retornando ao caso de Marcos, ele exemplifica o caráter situacional do corpo pela sua percepção de como era à época. A percepção e avaliação que Marcos tem de sua imagem quando foi pai é, segundo ele, “muito doida”, e também a da companheira, ele disse que eles tinham *piercing* para “todo lado” e a namorada “era daquelas menininhas bonitinhas, magrinha, que queria ficar com todo mundo”. E julga que, se ele nos mostrasse uma foto do casal à época do nascimento da filha, não deixaríamos que ficassem responsáveis sozinhos pela criança. Temos aqui uma normatização estabelecida pelo próprio entrevistado. Entendemos que a paternagem, para Marcos, precisa ter um corpo e idade “adequados”.

Essa ideia de “corpo adequado” é uma norma marcante na percepção do gênero entre as relações sociais. Os discursos de poder tentam disciplinar os corpos classificados como homem e mulher a adotarem respectivamente as ações masculinas e femininas. A transposição de fronteiras das ações masculinas e femininas ameaça a ordem que se estabeleceu para regularizar os corpos:

Os atributos considerados femininos são positivos se encontrados em mulheres, mas desqualificam os homens que os possuem, o mesmo se dando com a masculinidade em relação às mulheres. Neste caso, a natureza explica a essência de cada sexo, e perverter esta distribuição de atributos é perverter a própria natureza, sempre sábia em suas “decisões”. (TORRÃO, 2005, p. 144).

Um exemplo que aparece na pesquisa é que não só as características de masculino e feminino precisam adaptar-se aos corpos de homem e mulher respectivamente, mas as ações são também divididas, mesmo para um pai que paternou. Leandro brincava de boneca com sua filha, mas não concorda que ela brinque com brinquedos “de meninos”, como carrinhos, por exemplo. Ele justifica que “a situação é diferente” e acredita que isso pode comprometer a sexualidade da filha perante o olhar das outras pessoas.

Essas questões de normatizações levaram os estudos, antes de mulheres, a ampliarem seu campo chamando-se estudos de gênero, e então abrir o espaço para estudos de masculinidades. Portanto, se o gênero é relacional, é necessária a compreensão de ambas as partes envolvidas, ou seja, é preciso aprofundar os estudos sobre masculinidades, que se iniciam

a partir da década de 1980, e que, na perspectiva de um equilíbrio de poder, necessitam ter o seu “viés feminista” (MEDRADO; LYRA, 2008).

A partir dos estudos de masculinidades, a dominação masculina foi percebida por outro ângulo, o que Rubin (1975) já apontava, ou seja, que o sistema sexo-gênero se estabelece como normas também para a população de homens. A ampliação dos estudos de gênero abordando os homens heterossexuais mostra-nos que essas normas não trazem apenas benefícios para esses homens, eles são condicionados a adotarem comportamentos que são considerados masculinos e assim são vigiados para não subverterem essas condições. Subverter um comportamento masculino é ter comportamento feminino, ou vice-versa, situação que para o homem é uma ameaça à sua masculinidade, como aponta Torrão: “De um lado, o feminino é a grande ameaça à heterossexualidade do homem; cada época define a categoria do risco, mas o feminino é sempre a ameaça ao homem.” (TORRÃO, 2005, p. 143).

Na narrativa de Marcos, ele destaca as características do masculino, mesmo o sogro e o cunhado sendo homossexuais: “os dois são masculinos mesmo, o jeito as roupas, vestem camisas, a fala... nada de hãã... Essas boiolagens todas” (Marcos, 25 anos); “Boiolagens” é reconhecido popularmente como atitudes femininas encontrada em homens. Marcos conseguiu demonstrar que percebe a sexualidade não condicionada ao gênero, mas ressalta que os homossexuais homens de sua família não têm características femininas.

Mas por que os seres humanos, homens e mulheres, submetem-se à tentativa de se adequarem aos padrões de gênero? Se as relações de gênero nos causam opressão, por que sujeitar-se a elas? São muitas as hipóteses, e escolhemos uma de Norbert Elias (1994), por entender em sua teoria que a sociedade é composta por indivíduos, e não o contrário:

Será que nossa capacidade de controlar nosso destino, como pessoas em sociedade, é tão insatisfatória assim, simplesmente por sentirmos tanta dificuldade em pensar no que há por trás das máscaras com que nos sufocamos, nascidas do desejo e do medo, e nos vemos como somos? E será tão reduzida nossa capacidade de devassar essas fantasias protetoras por ser ainda tão subdesenvolvida nossa capacidade de controlar as constantes ameaças de outros grupos aos grupos humanos no curso da história? (ELIAS, 1994, p. 69).

Elias retoma a ideia de Thomas Hobbes, em seu “*Leviatã*”, acerca do medo e do desejo; ao falarmos de gênero, não podemos desconsiderar esses sentimentos que movem os seres humanos. Ele questiona se são as máscaras do medo e do desejo que deixam insatisfatória nossa capacidade de controlar nosso destino; nesse questionamento há um paradigma que estamos seguindo neste trabalho, a capacidade de controlarmos nosso destino, ou seja, entendemos aqui que, mesmo que se tenha normas sociais, podemos ter a capacidade de agir caso percebamos

que essas normas nos causam opressão. Para nos reafirmarmos e sermos aceitos nos grupos, aceitamos e vivenciamos as normas que nos oprimem. Elias complementa esse pensamento questionando a possibilidade de ser subdesenvolvida a nossa capacidade de controlar as ameaças de outros grupos, ou seja, nos adaptamos às regras pelo nosso medo. Em outras palavras, desejamos o reconhecimento do grupo pelas ameaças de estarmos fora dele, então o medo do não reconhecimento nos faz assimilar as normatizações, como aponta Elias. Judith Butler explica então como ocorre essa relação entre normas e reconhecimento: “Assim, da mesma forma que as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas”. (BUTLER, 2015, p. 21). Então esse “esquema de inteligibilidade” reconhece os atos que são reconhecidos como atos de pai, de mãe, de adolescente, de masculinidade – categorias utilizadas neste trabalho. Butler (2015) explica que há uma concepção do que é vida para ser reconhecida socialmente como vida, no nosso caso há uma concepção das categorias citadas para que os agentes se adaptem para serem reconhecidos. Estes pressupostos são aplicados aos casos dos jovens entrevistados discutidos no item 4.6.

2.3 Gênero e masculinidade

A crítica feminista, principalmente acerca da divisão sexual do trabalho, impulsionou os estudos sobre homens, masculinidades e paternidade nos anos 1990 (UNBEHAUN, 2001). Porém, já em 1975, Rubin aponta, na sua primeira formulação do conceito de sistema de sexo/gênero, que a opressão produzida por esse sistema não será resolvida eliminando-se os homens, mas sim alterando-se o seu caráter opressivo tanto para mulheres quanto para homens, pois, segundo ela, esse sistema reprime qualquer característica feminina encontrada em homens, exigindo-lhes comportamentos dentro do padrão de masculinidade e impondo-lhes papéis nas relações do parentesco. Para a autora, a normatização imposta pelas relações de gênero também é opressora para os homens, na medida em que buscam cumpri-la para serem socialmente integrados, mesmo que para muitos isso seja indesejável e difícil de incorporar.

Giffin e Cavalcanti (1999) sugerem que os estudos de masculinidades abriram caminho para uma visão diferenciada do homem que, até então, era visto somente como “o opressor”. As autoras argumentam:

Assim como o movimento de mulheres rejeitou a identificação do feminino com o privado e lutou para consolidar sua presença nos espaços públicos, um movimento incipiente de homens, de forma oposta e equivalente, começa a expressar

publicamente sua insatisfação com uma identidade masculina calcada na dominação, na força e na atuação no público, e a reivindicar um novo lugar para os homens no espaço privado. (GIFFIN; CAVALCANTI, 1999, p. 55).

Quando questionamos as normas, percebemos que as relações de gênero, apesar de concederem benefícios aos homens brancos, não são um sistema maniqueísta, como algumas correntes o descrevem. As relações desiguais de gênero colocam o homem branco em situação de relativo privilégio, mas eles não escapam ao controle normativo, espera-se deles os papéis de macho, viril e provedor. O poder no espaço doméstico é ocupado predominantemente pelas mulheres, dividindo a sociedade em espaços públicos, masculinos, e espaço doméstico, feminino. Mesmo as mulheres ocupando espaços públicos, nossa pesquisa mostrou que esses jovens ainda julgam as mulheres pelo comportamento sexual e as dividem em dois grupos hierarquizados. Essa divisão ocorre na percepção de André, Vinicius e Marcos, eles fazem diferença entre a “santa” e as “vadias”, que, nos termos de André, são as mulheres que se valorizam e as mulheres que não se valorizam. Para Vinicius, tem as “piranhas”; Marcos chama de “mulher para casar e mulher para divertir”, mas admite que depois isso pode mudar, e a “que você achava que era para casar, às vezes, nem dá certo” (MARCOS, 2015). Mas essa divisão ainda se encontra sólida na percepção desses jovens.

Assim como esses jovens atribuem essas categorias de valor para as mulheres, a obra de Connell (1995) nos mostra também categorias hierarquizadas de masculinidade. Robert Connell, em “Políticas de Masculinidades” (1995), utiliza o termo gramsciano de hegemonia para elaborar seu conceito de masculinidade hegemônica. Para ele, existe um modelo hegemônico de masculinidade e outros tipos de masculinidades subalternas, ele afirma que existem homens que são privilegiados quando estão nessa situação de hegemonia e não sofrem opressão (CONNELL, 1995). Seu conceito foi muito utilizado nos estudos de gênero, mas também foi muito criticado. Em 2013, é publicado no Brasil o artigo no qual Connell e Messerschmidt reveem seu conceito de masculinidade hegemônica, à luz de seus usos e de suas críticas. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Nessa revisão, os autores apontam detalhes para o que permanece, o que é rejeitado e o que deve ser reformulado para o conceito. Esses pontos na nova reformulação do conceito de masculinidade hegemônica vão ao encontro da abordagem de gênero adotada neste estudo. A masculinidade hegemônica reformulada por Connell e Messerschmidt (2013) sustenta nossa análise de gênero por ser a “combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre as masculinidades” (p. 262); os autores entendem que essas masculinidades são

“encorporadas”: “O gênero é sempre relacional, e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade”. (p. 265).

Esses jovens percebem modelos ideais de masculinidade e feminilidade, mas, como discutimos na seção anterior, o gênero é resultado de vários fatores, incluindo uma normatização que se reproduz por meio das ações em forma de paródia (BUTLER, 2003b). A assimilação do ideal é diferenciada em cada indivíduo, produzindo assim várias masculinidades. Podemos notar, na percepção dos jovens, um ideal de masculinidade e feminilidade que é diversificado para cada um:

Masculinidade? Começar por feminilidade mais fácil, né eu classificar ela. Feminilidade é aquele charme da mulher, aquela beleza... não por fora mas a que vem por dentro, aquele jeito carinhoso, que tá ali, que é o ombro amigo e tudo mais. A mulher é mais assim, mais companheira. Agora masculinidade...e... como que eu posso dizer... e aquele homem mais calmo, mais... classificar homem é difícil demais! Menos "brucutu", porque todo mundo vê masculinidade aquele homem fortão, que resolve tudo no peito, na mão e tal, mas não é isso. É o homem mais cabeça, ele tem o pensamento mais voltado em resolver as coisas com a cabeça e menos com a força, a partir do momento que você vai crescendo a sua masculinidade também vai, então cê vai evoluindo sua mente, cê vai ficando mais cabeça como se diz hoje em dia.(ANDRÉ, 2015).

Enquanto André entende masculinidade como características da personalidade, José já relaciona com as questões de sexualidade. Para José, feminilidade e masculinidade estão ligadas à afetividade:

Feminina, tipo assim menino não tem essas coisas não, pra mim não tem isso ai não tem não. O que? Menino com feminilidade menino já desde pequenininho já ter? Menina é normal, tipo assim, ah! murrinha esses trem, mas, menino é muito estranho. Eu não aceitaria meu filho tipo assim, com feminilidade. Eu falo pra homem, meu filho não é lógico que eu ia entender, eu ia aceitar tranquilo ia ser difícil, muito difícil, cê tá doido, ia conversar com ele muito, ia sair com ele e mostrar pra ele que não é assim que as coisas. Ah, não, Deus fez o homem e a mulher pra se reproduzir se fosse mulher com mulher, mulher engravidava mulher e homem engravidava homem então o certo é certo. (JOSÉ, 2015).

Podemos observar a existência da norma para estes jovens perceberem a masculinidade e feminilidade. Se entendemos o gênero como uma performatividade que resulta de combinações biológicas, sociais, psíquicas, emocionais e políticas, e, se há uma normatização criando um modelo real ou imaginário, esse modelo também cria masculinidades subalternadas, que são criticadas, principalmente quando se aproxima do feminino, como expõe José. Mas

Connell e Messerschmidt (2013) apontam que são essas masculinidades subalternas que podem questionar a masculinidade hegemônica:

Por exemplo, a dominação nas relações de gênero envolve uma interação entre custos e benefícios, desafios à masculinidade hegemônica emergem das “masculinidades de protesto” dos grupos étnicos marginalizados e mulheres burguesas podem se apropriar de aspectos da masculinidade hegemônica ao construir carreiras profissionais ou corporativas. Claramente, melhores formas de compreender as hierarquias de gênero são necessárias. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 263/264)

Essa perspectiva deixa claro que as masculinidades são contingentes, que possuem aspectos de dominação dos quais as mulheres também podem se apropriar, e os autores exemplificam o caso da apropriação da masculinidade hegemônica por mulheres burguesas.

Os trabalhos de Almeida (1995; 1996) são embasados pela teoria de masculinidades hegemônicas e subordinadas, seus estudos nos trazem uma melhor compreensão dessas relações de poder. Almeida (1995) sugere que masculinidade e feminilidade são potentes metáforas de poder: “Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres.” (ALMEIDA, 1995, p. 162). Para ele, o gênero é apreendido como processos e práticas no âmbito das negociações, que são carregadas de poder. Almeida aponta que masculinidade é um processo social frágil, vigiado, autovigiado e disputado, o que na verdade é um modelo desejado, porém inalcançável. O autor destaca que a masculinidade hegemônica é um ideal controlador, e não alcançado completamente por nenhum homem e nenhuma mulher. (p. 163). Assim como Connell e Messerschmidt (2013), Almeida (1995) afirma que a hierarquia de poder entre as masculinidades é um processo mercantilizado e também influenciado pelas relações de trabalho entre patrões e empregados.

Almeida mostra em sua pesquisa que a masculinidade e a feminilidade se constroem nas relações, mesmo entre homens, por exemplo, as relações entre patrões e empregados, nas quais há uma posição assimétrica. Outro ponto, apontado por Almeida (1995) em sua pesquisa com mineiros da aldeia de Pardais, ao sul de Portugal, é sobre algumas *performances* dos homens que são consideradas femininas, ele mostra que alguns homens utilizam a produção artística para expressar sentimentos que na convivência real não poderiam expressar. Por exemplo, na poesia os homens demonstram um sofrimento por amor, algo incompatível com o que se espera da figura masculina. Na verdade, Almeida desconstrói nossa visão de poder masculino e subalternidade feminina, fazendo-nos uma provocação:

Uma provocação: em vez de continuarmos a reproduzir a ideia feita de que as

mulheres vivem oprimidas no espaço doméstico, a favor das benesses do espaço público – político dos homens, não poderemos começar a ver muitas das manifestações de vida pública masculina como compensações de falta de poder (sobretudo quando estas interações públicas, como vimos, são-no entre os mais desprivilegiados)? Creio que sim, desde que duas condições sejam garantidas: primeiro, que ao falar de gênero estejamos a falar de um recurso numa disputa política por capital simbólico e não de uma essência; segundo, que continuemos a explorar uma explicação para o maior denegamento social das mulheres e para o exercício da violência simbólica e física sobre elas. (ALMEIDA, 1995, p. 16/17).

Se estamos entendendo gênero como resultado de um discurso de poder, Almeida também nos apresenta outro discurso de poder, dizer que o poder público dos homens foi uma recompensa da falta de poder no espaço doméstico, o que pode parecer uma acusação às mulheres. Em contrapartida, podemos identificar nesse discurso um tipo de poder que não é reconhecido socialmente como poder. As mulheres foram socializadas para se apropriarem do espaço doméstico, isso é uma forma de poder, mas um poder que não tem reconhecimento social, já que na cultura ocidental não é valorizado, pois damos valor ao poder no espaço público. Os discursos até então associavam esse poder da mulher no espaço doméstico a habilidades naturais. Pensar essas ações como poder é pensar que a mulher não é mera subalterna que o patriarcado oprimiu durante toda a história ocidental. Se “os discursos habitam os corpos” (BUTLER, 2003b), um discurso que reconhece a mulher como agente de poder no espaço doméstico pode contribuir para que o poder habite os corpos das mulheres, empoderando-as. Estudos da gravidez na adolescência mostram o protagonismo das mães e a invisibilidade dos pais, será que realmente muitos pais (meninos) adolescentes são invisíveis para a vida das(os) filhas(os)?

Observamos na pesquisa como esse discurso de poder no masculino influencia a percepção de André, percebemos as normas de gênero arraigadas no olhar que enxerga os fatos por meio das “lentes” dessas normas. André havia dito que, na sua casa, a mãe era a mais rígida e o pai era mais brando na educação. Ele não percebeu isso ao comentar como sua namorada educava o filho, e, como ela estava dentro dos padrões, ele não conseguiu pensar fora desses estereótipos, ou seja, ele generalizou a forma de as mulheres agirem com as crianças baseando-se na namorada e não na mãe que foi mais rigorosa na educação dele e dos irmãos. Quando questionamos isso, ele pensou e disse que a sua mãe é “um ponto fora da curva” (ANDRÉ, 2015).

Novos paradigmas surgem para se pensar a paternidade, o pai cuidador, então fica a questão que Miguel Vale de Almeida nos coloca, será que esses pais nunca quiseram participar das tarefas domésticas, ou foram as mulheres que as monopolizaram? Ou será que foram os modelos hegemônicos que desestimularam os homens a realizarem essas atividades?

Podemos apontar algumas pistas para essa questão que apareceram na nossa pesquisa. Em uma comparação entre essas famílias observamos que nenhum dos entrevistados possui irmãs, constatando a ausência destas para fazer as atividades de casa no período da infância como geralmente ocorre nas famílias com filhas mulheres. Alguns desses jovens começaram então a se familiarizar com os serviços domésticos quando as mães entraram para o mercado de trabalho. É o caso de Wesley e Leandro, ambos dividiam as tarefas de casa com o irmão. Ou seja, começaram a ocupar esse espaço quando este foi desocupado pela mulher. A pesquisa de Traverso-Yépez e Pinheiro (2005) corrobora nosso argumento:

É significativo, por exemplo, o fato de que as adolescentes, apesar de se queixarem da carga de responsabilidades domésticas e do maior controle exercido sobre elas, em relação aos irmãos, dão menos sinais de confrontos com os pais e/ou responsáveis. Convertidas historicamente em responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos, as próprias mulheres reproduzem esses padrões sexistas de socialização, contribuindo para a reprodução das relações de gênero vigentes. (TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2005, p. 159).

Mais uma vez percebemos que, quando as mulheres não ocupam os espaços que lhes são autorizados culturalmente, é que os homens começam a ocupá-los. No caso de Vinicius, que nunca havia realizado as tarefas do cuidado, o estímulo para paternar veio por necessidade – a fragilidade de sua companheira, como mencionado na seção anterior –, juntamente com o incentivo das enfermeiras do hospital onde foi realizado o parto de seu filho – foi lá que Vinicius aprendeu as tarefas do cuidado de que um bebê necessita. Na entrevista com Vinicius, percebemos uma masculinidade subalterna, o irmão mais velho ajuda-o nas despesas materiais, a família da namorada é a provedora da criança, Vinicius não estuda e nem pretende estudar, cuidar do filho é o seu único compromisso como adulto, desvencilhando-o da infância/adolescência que sua mãe tenta prolongar.²⁸

Marcos, ao relatar sua história, nos mostra que percebeu esse poder das mulheres na criação dos filhos. A criação da sua filha nos primeiros meses de vida foi monopolizada pela avó e bisavó maternas. Segundo Marcos, essas mulheres vigiavam a sua aproximação à sua própria filha: “Elas diziam: ‘Não, num pode pegar muito não senão não vai acostumar no berço’”. (MARCOS, 2015). Percebemos aqui o poder das mulheres na reprodução afastando os homens. Essa situação era bastante comum e naturalizada até pouco tempo atrás. Então, ocorre nesse ponto um questionamento: Será que essas mulheres não confiam nos homens para cuidar

²⁸ Após a entrevista, a mãe de Vinicius quis também conversar sobre ele, dizendo que ele obedece à namorada, e tentou contar-me a versão dela acerca da gravidez e da relação com a criança. Por não ser nosso objetivo abordar outras versões nesta pesquisa, consideramos interessante se fazerem estudos que abordem outros familiares acerca da paternagem na adolescência.

dos bebês? Se não confiam, por que isso ocorre? Será uma situação à qual podemos chamar, com base em Giddens (1992), de “dependência compulsiva”? Giddens (1992) explica esse termo dizendo que nessas relações os papéis são bem definidos e, nos casos das mulheres com essa dependência, as atividades domésticas e o cuidado com os filhos tornam-se um fetiche: “um envolvimento ritual por exemplo nos afazeres domésticos e cuidado com os filhos.” (GIDDENS, 1992, p. 102). Será que muitas mulheres foram educadas para desenvolverem uma dependência compulsiva? Giddens também afirma que essas pessoas têm a tendência de desenvolverem relações de gênero não igualitárias. Será que essas relações contribuem para perpetuar a desigualdade de gênero? São questionamentos que encontramos com esta pesquisa, mas investigá-los pode ser uma questão para trabalhos futuros. Essa questão corrobora a provocação de Lang do poder da mulher no espaço doméstico.

Não temos a intenção de investigar como se originaram essas questões, sabemos que, culturalmente, o espaço doméstico foi, durante muito tempo, o espaço onde as mulheres eram autorizadas a exercer poder. Enquanto ainda se cobra do homem o poder no espaço público e o provimento da família, Vinicius está à procura de emprego para poder prover seu filho. Apesar de algumas mudanças, esse modelo ainda faz parte do imaginário de muitos homens em contexto altamente machista, como nos mostra a pesquisa de Machado (2004) com homens prisioneiros que usaram de violência física contra mulheres. Ela nos sugere que o papel de pai provedor é um fator fundamental para a segurança com relação à masculinidade desses entrevistados, a ideia de honra para eles é referenciada com a paternidade valorizando a função do provedor: “Um grande silêncio permanece sobre a paternidade enquanto sentimento em relação com os filhos. Este silêncio está inscrito na redução da paternidade ao valor do provimento e ao poder de controle que dele deriva.” (MACHADO, 2004, p. 53). Esse provimento que é cobrado dos homens é também a forma de os homens exercerem o controle das famílias e, em muitos casos, gera violência doméstica.

Lang (2001) aponta que “esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências”, múltiplas formas de violência, desde violência física a guerras, e essas violências “tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres.” (LANG, 2001, p. 46).

Lang sugere que “o masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo” (LANG, 2001, p. 464). Em outras palavras, para obter os privilégios que esse sistema oferece, o homem tem que ser submisso a ele, ou seja, tem que agir na performatividade masculina e fazer dela sua identidade fixa em autovigília para não deslizar

nessa performatividade disfarçada de características inatas, então os homens acabam por ser solidários:

A solidariedade masculina intervém para evitar a dor de ser uma vítima; essa casa-dos-homens é o lugar de transmissão de valores positivos. Ter prazer juntos, descobrir o interesse do coletivo sobre o individual, são valores que fundam a solidariedade humana. É verdade que na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal. (LANG, 2001, p. 465)

Lang (2001) mostra a “assimetria que provoca a dominação dos homens”. Para ele, homens e mulheres percebem essa dominação de forma diferenciada, além disso, também não percebem que esse “conjunto do social está dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor”. Lang também denuncia a impossibilidade de os homens recusarem os privilégios:

Paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, de não reproduzir esta divisão (ou, o que é pior, de recusá-la para si próprios), a dominação masculina produz homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre os esquemas ditos normais da virilidade. (LANG, 2001, p. 465)

Nesse esquema normativo, as atividades são separadas “de homens” e “de mulheres” e a transposição dessa divisão é condenada por medo da homossexualidade. Na entrevista de Marcos, ele relata que, na sua infância e início da adolescência, ele desejava aprender as atividades de casa para ajudar sua mãe que cuidava de tudo sozinha, mas não lhe era permitido.

Mas esses jovens exercem ou exerceram a paternagem, mesmo com essas atitudes desconstruidoras das normas de gênero, alguns destes ainda expressaram ser homofóbicos. Começamos pela resposta que mais nos surpreendeu. Perguntamos a Marcos de forma diferente dos demais, prevendo uma resposta afirmativa: “A questão da homossexualidade para você é tranquila, seu sogro, sua sogra...” E tivemos sua resposta: “Não! Não é tranquilo não! De jeito nenhum... eu zôo assim, mas não concordo não, mulher tem que casar com homem e homem tem que casar com mulher... Eu aceito, respeito, mas não concordo. ” (MARCOS, 2015).

Até mesmo para os sogros de Marcos que são homossexuais foi difícil aceitar que o filho assumisse a homossexualidade utilizando a justificativa do “medo de sofrer discriminação e violência”:

O filho assumiu por agora, deu uma brigaiada só. Num é que eles não aceitaram, mas, hoje em dia é difícil, não sei se cê concorda comigo, é difícil você seguir, por quê? É muito preconceito, o pessoal bate demais, o pessoal agride, então é muito sofrimento e assim, ele já passou por um sofrimento e a mãe também passou por esse sofrimento. Então não queriam esse sofrimento pro filho, aí por isso que eles não aceitaram muito, falaram “é isso mesmo que você quer? Você tem certeza?” (MARCOS, 25 anos).

José e Wesley acham “errada” a homossexualidade por princípios religiosos. José disse que se tivesse um filho o levaria para mostrar como são as coisas “certas”, e Wesley disse ter parentes em sua família que ele respeita, mas na entrevista ele tenta explicar que isso é um trauma da pessoa, “depois eles vão pensar direito”. (WESLEY, 27 anos).

Outra resposta surpreendente foi a de Vinicius, ele disse que não tem nada a ver com isso, “Porque é a vida deles, eles fazem da vida deles o que eles quiser.” (VINICIUS, 20 anos). Vinicius é o de menor escolaridade, não convive com pessoas que tenham relacionamentos homossexuais e, no entanto, isso não é uma questão. Escolaridade e condição econômica não são fatores para homofobia nos casos estudados.

Percebemos uma contradição nas normas, enquanto consideram as atividades domésticas como naturais da mulher, vigiam os corpos para não subverterem essa ordem e, principalmente por medo da homossexualidade. Como dissemos no início da seção 2.2, Marcel Mauss (1974), em “As técnicas do corpo”, aponta essa desnaturalização, o autor observa a variação dos atos corporais entre sociedades diferentes e entre a sua sociedade ao longo do tempo. Mauss observa que os atos são aprendidos pelas crianças por meio da cópia dos atos dos adultos, principalmente os que têm mais autoridade. Ele questiona que talvez não aja um ato “natural” do corpo, este é visto como um instrumento: “o corpo é o primeiro e talvez o mais natural instrumento do homem.” (MAUSS, 1974, p. 217). Mauss percebe a diferença de educação que os meninos e as meninas recebem em algumas culturas, e aponta que é na adolescência o momento crucial para essa educação segregada pelo sexo, ou seja, a construção do gênero tanto para meninos quanto para meninas: “É nesse momento que aprenderão definitivamente as técnicas corporais que conservarão por toda a vida.” (MAUSS, 1974, p. 225). Nas nossas seis entrevistas, percebemos uma masculinidade consolidada, podemos ter como hipótese a paternidade que assegurou essa segurança da masculinidade a esses rapazes perante o outro. Eles não relataram nenhum indício de seus familiares lhes pressionarem para o aprendizado da masculinidade.

A adolescência, para muitos, é o período para apreender as técnicas masculinas, não permitindo assim que os meninos tenham mais atitudes femininas, do contrário sofrem intensa homofobia. E percebemos essa divisão de sexo na socialização das crianças e adolescentes

ocorrer até hoje, e, com as tecnologias e ultrassonografia, antes mesmo de nascer, o mundo azul ou rosa já espera a chegada da criança para socializá-la ao mundo masculino ou ao mundo feminino, de acordo com sua anatomia.

A percepção do feminino para os jovens entrevistados se dá quanto ao relacionamento, a preocupação é quanto ao respeito, por “respeito” entendemos, no decorrer das falas, que se refere à não traição, no sentido de não se relacionarem com outras pessoas. Outra unanimidade é acerca do que esses jovens pensam sobre o desejo das mulheres: todos acham que as mulheres se preocupam mais com amor do que com sexo, que os homens gostam mais de sexo do que elas e que todas as mulheres sonham em casar e ter filhos.

É a política que cria e impõe as normas de gênero para que os corpos as reproduzam, e o fator classe, nesse momento, poderá direcionar essas crianças ao acesso à masculinidade hegemônica ou às subalternas. Mas as hierarquias produzem-se em todos os espaços, meninos com masculinidades subalternas exercem poderes e papéis de gênero sobre as meninas em seu meio, essas meninas, por reconhecimento social, copiam os atos de suas mães da divisão sexual do trabalho. E, assim como ensinam a masculinidade e a maternidade, também ensinam o que é ser pai, como veremos na seção a seguir.

2.4 Masculinidade e Paternidade: apenas produzir filhos?

A maternidade é a maior prova de feminilidade, enquanto a virilidade é provada de diferentes maneiras (tamanho do pênis, quantidade de parceiras sexuais, desempenho na cama e, também, capacidade de produzir filhos). (GOLDENBERG, 2011, p. 13).

Assim como os modelos de feminilidade e masculinidade alteram-se com o tempo e as culturas, a paternidade também incorpora modelos ideais, alterando-se com as mesmas variáveis. Costa (1999) faz uma análise do papel do pai no Brasil, ele mostra as mudanças no significado de paternidade ao longo da nossa história. No período colonial, as famílias mais abastadas viviam para servir o pai, senhor chefe da família, proprietário de terras e escravos, todos os demais componentes da casa viviam para servi-lo, e ele não tinha muito acesso para agir nos espaços domésticos, sua vida era gerada nos espaços públicos. As famílias pobres e brancas copiavam esse modelo dentro das suas possibilidades. A mudança radical aconteceu no início da República, período em que o foco central da família passou a ser os filhos, por influência das normas médicas. O modelo de pai provedor passa a ser o ideal, e até hoje isso ocorre em algumas famílias e classes sociais distintas, principalmente ligando o papel de provedor à masculinidade, tanto para homens quanto para algumas mulheres.

No caso de Marcos, as famílias ficaram preocupadas com os problemas materiais, o pai de Marcos disse que não ajudaria financeiramente (e cumpre a promessa até hoje), os pais da moça questionaram que ele não tinha emprego, casa, carro para assumir a criança. As famílias ficaram brigadas por uma ter sabido antes da outra. Mas Marcos assumiu a gravidez e a filha. Segundo Marcos, ambas as famílias não “lhe deram moral”, isso o impulsionou para o trabalho, conseguiu emprego durante o dia e à noite trabalhava como cobrador em transporte alternativo. Marcos, mesmo sendo o cuidador, trabalhou muito até conseguir sua casa e morar com a esposa e a filha, fazendo o papel também de provedor.

Lamb (2004) conta o papel do pai estadunidense, ele relata que no período colonial o pai tinha o papel de ensinar uma conduta moral e espiritual baseada na Bíblia, já com a industrialização, o papel era ensinar valores morais e econômicos. Lamb afirma que foi a pressão do movimento feminista na década de 1970 que questionou os papéis de masculinidade, exigindo maior participação da figura paterna na criação das crianças. Lamb pontua que essas configurações de modelos de paternidade são variáveis ao longo da história e em cada cultura, e a maior participação dos pais hoje na criação dos filhos deve-se à pressão do movimento feminista:

Essas mudanças têm acontecido ao lado de mudanças menores na medida em que os pais dedicam tempo a atividades com e para seus filhos, assim como a surpreendente resistência de aceitação da responsabilidade parental. Ambas as mudanças observadas e seu ritmo lento parecem ser atribuídas a mudanças seculares, particularmente em circunstâncias econômicas e trabalho materno, bem como críticas feministas sobre estruturas sociais tradicionais. (LAMB; TAMIS-LEMONDA, 2004, p. 25-26, tradução nossa).²⁹

A expansão das mulheres no mercado de trabalho deixou um espaço no lar, alguns homens já começam a ocupá-lo. Em contrapartida, os homens perderam seu *status* de macho provedor, na medida em que as mulheres também contribuem com as despesas, desestabilizando a identidade que liga masculinidade ao papel de provedor. A legislação³⁰ também começa a se alterar no Brasil, propondo a guarda compartilhada e/ou alternada, adolescentes, esses homens continuam entendendo que o papel do pai é o de provedor material e moral, mesmo com atividades realizadas acerca do cuidado, estes não percebem que estão cumprindo papéis que antes eram exclusivos das mulheres, esse ideário contrapõe-se às

²⁹ *These changes have taken place alongside smaller changes in the extent to which fathers devote time to activities with and for their children, as well as surprising resistance to the assumption of parental responsibility. Both the observed changes and their slow pace appear attributable to secular changes, particularly in economic circumstances and maternal employment, as well as to feminist critiques of traditional social structures.* (LAMB; TAMIS-LEMONDA, 2004, p. 25-26).

³⁰ BRASIL (2014).

necessidades da “divisão de responsabilidades emergentes das mulheres e ao princípio que a educação dos filhos deve ser permeada pela proximidade física e afetiva de pai e de mãe”. (FREITAS et al. 2009, p. 90). Podemos desenvolver a hipótese, por meio deste estudo, de que as mudanças estão ocorrendo ao longo das gerações, e que as gerações mais novas, por suas atitudes, não possuem a mesma mentalidade de seus pais, e este nosso estudo pretende investigar essa questão.

O fator classe também contribui para modelos de paternidade masculinidade. Uma pesquisa de Couto e Barbieri (2015) acerca de vacinação e não vacinação entre famílias de alta renda e alta escolaridade mostra alguns relatos das concepções dos papéis familiares na perspectiva tradicional, nesse trabalho temos relatos de mães e pais querendo demonstrar sucesso em seus papéis respectivamente de cuidadora e de provedor, como apontam as autoras:

O ideário da “boa mãe” e “bom pai” é estimulado e alimentado pelo movimento médico-higienista e pela puericultura por meio da responsabilização dos pais nos cuidados dos filhos – e sua conseqüente culpabilização em caso de fracasso. Partindo de argumentações embasadas “cientificamente”, edificaram-se normas e condutas para as funções de maternagem e paternagem “ideais” necessárias para garantir o adequado desenvolvimento da criança: o pai deveria ser provedor da família, e a “boa mãe” deveria seguir os preceitos do amor materno e da mãe higiênica. (COUTO; BARBIERI, 2015, p. 110/111).

Outro aspecto muito importante nas alterações dos significados de paternidade foram as inovações tecnológicas, Cláudia Fonseca (2001) intitula um artigo como “A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea”, fazendo analogia à clássica obra de Machado de Assis, “Don Casmurro”, cuja dúvida acerca da paternidade dará o destino do romance. O teste de DNA aproximou ou separou muitas famílias de acordo com seus resultados e biologizando a paternidade, visto que, no caso de resposta negativa, os laços de afetividade com a criança e o pai social se desfazem e também tira-se das mãos da mãe o poder de monopolizar a verdade sobre a origem biológica da criança: “A investigação genética da paternidade, por permitir acesso público àquilo que até então havia sido um segredo, conhecido apenas da mulher, há fatalmente de modificar as relações de poder dentro do casal contemporâneo” (FONSECA, 2001). Em contrapartida, o papel do pai se torna biologizado, pois, com o DNA negativo, muitos pais que poderiam assumir a paternidade não o fazem. O artigo de Weber (2006) mostra-nos vários significados de paternidade na atualidade:

(...) Berenice, (...) de 30 anos, que teve três pais — um pai oficial, isto é, o marido da mãe na época em que Berenice nasceu; um pai biológico, o amante da mãe quando Berenice foi concebida; um pai de criação, o marido da mãe durante a infância de Berenice — e, afinal, nenhum, pois o primeiro contestou a paternidade, o segundo nunca apareceu e o terceiro não cumpriu seu papel na transmissão social (...). (WEBER, 2006, p. 481).

Essa história de Berenice, que ocorreu na França, pode exemplificar as novas configurações de paternidade na atualidade, bem como as várias funções do pai. Percebemos também que um problema que afeta a masculinidade – nesse caso a traição da mãe – também compromete diretamente a paternidade, sendo que o pai que registrou a filha, quando descobriu que não era o pai biológico, a abandonou. O pai social durou apenas enquanto estava casado com a sua mãe e o biológico a ignorou. Outro aspecto nessa história é a facilidade com que todos os três pais de Berenice se desfizeram do papel de pai que tinham com ela, ficando toda a responsabilidade com a mãe e os avós maternos. A tecnologia do DNA pode ter produzido várias histórias como a de Berenice, mas, na tendência da biologização, a tecnologia também produziu novas formas de se ter filhos: “A nova e sofisticada tecnologia reprodutiva foi cunhada para permitir praticamente a todo indivíduo (com parceiro ou sem) a engendrar filhos de seu sangue.” (FONSECA, 2001, p. 6). Em contrapartida, o artigo de Strathern (1995) traz uma questão instigante, mulheres virgens que queriam ser mães por fertilização *in vitro* causaram um movimento de homens reivindicando a necessidade da paternidade para essas crianças. O desejo dessas mulheres de terem filhos sem relações sexuais foi identificado como “síndrome do nascimento virgem”, dividindo especialistas e a opinião pública quanto a “ser esta uma patologia”. O curioso nisso, e a autora também discute essa questão, é que ninguém questiona a criança abandonada pelo pai, muitas mulheres criam seus filhos sozinhas e muitas crianças não sabem quem são seus pais (homens), mas, quando são as mulheres que excluem essa presença por vontade própria, é uma ameaça ao poder masculino. Butler (2003a) também questiona essa ideia, mostrando o pensamento francês acerca da necessidade de pai e mãe heterossexuais para a socialização da criança:

A crença é que a própria cultura exige que um homem e uma mulher gerem uma criança e que a criança tenha esse ponto de referência dual para sua própria iniciação na ordem simbólica, onde a ordem simbólica consiste num conjunto de regras que ordenam e apoiam nossos sentidos de realidade e de inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2003a, p. 243-244).

Assim como mencionamos na análise de Rubin (1975), Butler (2003b) também questiona em seu artigo como as teorias do complexo de Édipo e do parentesco reforçam a normatização e excluem novas possibilidades de relações considerando-as inapropriadas para esses padrões. Apesar de sua teoria *Queer* não se associar às normas estabelecidas como as de família e de casamento, ela analisa essa reivindicação da normatização das relações homossexuais. Butler (2013a) refere-se à existência de vários estudos sociológicos e antropológicos de formas diversificadas de família e parentesco não analisadas pela psicanálise edipiana e até mesmo outras. Butler conclui que reivindicar as leis do Estado é se submeter à

normatização deste e assim excluir uma diversidade de organizações familiares. Cite-se o exemplo de famílias homossexuais, cujas adoções de crianças são subordinadas ao Estado.

2.4.1 O Estado e as instituições na produção da paternagem

O Estado tem um grande poder sobre as famílias, o destino das relações de parentesco, muitas vezes, é determinado por ele, e, frequentemente, movimentos de todas as esferas sociais, progressistas e conservadoras, estão recorrendo ao Estado para normatizar ou adquirir direitos de parentesco e de família. A divisão sexual do trabalho passa por essa instância, pois, quando surge a oportunidade de dissolução do casamento, a naturalização dos cuidados da criança pela mãe definiu o destino de muitas famílias com as quais o pai passava a ter pouquíssima convivência. As mudanças culturais começaram também a exigir essas mudanças legais, e hoje é aconselhável prioritariamente que pai e mãe tenham os mesmos direitos sobre a criança. A mudança da legislação brasileira em dezembro de 2014³¹ afeta diretamente um pai adolescente deste nosso estudo, o caso mais inusitado em uma sociedade tão marcada por uma ainda relativamente rígida separação dos papéis de gênero é o de José, ele não aceitou ficar sem sua filha, a mãe da criança queria que ela fosse criada com os avós maternos, na cidade do interior. José não aceitou essa proposta e, para a sua sorte, sua filha nasceu em dezembro de 2014, justamente no mês em que a legislação³² sobre a guarda compartilhada foi alterada, ficando a criança na responsabilidade do pai e da mãe. Mesmo sem estar ciente da atual legislação, José procurou o Conselho Tutelar para saber dos seus direitos com sua filha. Recebeu as orientações e, contando com os olhos cheios de lágrimas, foi buscá-la para morar com ele. “Todos dois têm o direito... aí eu fiquei doido né?” (JOSÉ, 2015). No caso de José, é importante destacar o papel da legislação brasileira, que permitiu que a criança ficasse com o pai. Nesse caso, a legislação antecipa a cultura, como José não sabia dessas mudanças, é provável que muitos pais também não saibam e fiquem às margens das decisões tomadas em relação à vida da criança, deixando que as mães monopolizem a situação e contribuindo apenas com a pensão alimentícia e algumas visitas a cada quinze dias e feriados alternados. Essa situação remete todo o peso das responsabilidades e decisões para as mães e libera os pais desse compromisso, causando desigualdade de gênero para ambos, pois a criação de um filho é uma relação de poder, e, no caso da maioria das crianças que vivem com as mães, estas possuem o monopólio desse poder, ou seja, o peso das obrigações é compensado pelo exercício do poder.

³¹BRASIL, 2014b.

³² BRASIL, 2014b

Wesley não acompanhou o parto porque, no hospital, não acreditaram que ele fosse o pai da criança, pensaram que fosse irmão, perguntamos se acharam que era irmão da mãe, ele responde: “Não, irmão da criança. (...) Tive que entrar só com a minha mãe, até pra registrar não podia registrar, só registra depois de 16 anos que registra. Aí esperei fazer 16 pra registrar ele. (WESLEY, 2015).

Wesley viveu com o filho dois anos sem ter registro devido à norma do Estado que impede o pai de catorze anos de registrar um filho, sendo que existem pais nessa idade, então, supomos: e se a criança precisa disso para se beneficiar de algum programa? Mesmo sem autorização do Estado e da sociedade para ser pai, Wesley conta com alegria o nascimento de seu filho: “Nó... a parte mais chique né... (risos)”. O filho de Wesley estava com doze anos na data da entrevista. Mesmo ainda sem as leis que dão direito à participação do pai no parto, Wesley quis acompanhar, mas as instituições, com seus estereótipos, não quiseram acreditar que ele, muito novo, era o pai da criança.

Marcos conta-nos como era difícil para ele passear com sua filha nos locais da cidade, por sua filha ser mulher e a cidade ainda não estar preparada para esse tipo de relação, principalmente no caso dos banheiros:

Quando eu saía com ela [a filha], nossa! Era impossível né, só em berçário, eu não podia entrar no banheiro das mulheres e ela não podia entrar no banheiro dos homens, então foi muito difícil. Quando eu saía com ela assim, era muito difícil então eu quase não saía sozinho com ela. Quando eu saía era ou com a minha mãe ou com a (...) [namorada, que atualmente é esposa] (MARCOS, 2015)

Como já colocamos, foi a instituição hospitalar que ensinou Vinicius a cuidar de seu filho, ele conta que aprendeu a dar banho, vestir roupa e cuidar do umbigo com as enfermeiras do hospital em que seu filho nasceu no momento em que sua namorada se recuperava do parto.

Também devido à instituição onde ocorreu o parto da filha de Leandro ele não pode participar, porque, segundo ele, o hospital não liberava a entrada de acompanhantes. Leandro não tem muitos detalhes acerca do parto de sua filha, pelo seu relato, parece ter acontecido o mesmo que ocorreu com Marcos, o monopólio da família da mãe da criança.

Percebemos uma variação na relação das instituições com o pai da criança que merece uma investigação mais detalhada. De Vinicius foi cobrado o cuidado com a criança por parte da instituição. Wesley e Leandro não puderam assistir ao parto por causa das instituições. A enfermeira, no caso de José, direcionou o banho para a mãe da criança. Esses relatos nos sugerem questionamentos: a frágil situação da companheira de Vinicius fez o hospital transferir a responsabilidade para ele, ou o hospital já tem uma atitude de igualdade de gênero nessas

tarefas? Será que o hospital que atendeu José tem atitudes de desigualdade de gênero quanto aos cuidados, ou apenas foi uma atitude estereotipada da funcionária? Mesmo a legislação permitindo a participação dos pais, será que ainda temos essa proibição, como foi no caso de Leandro?

José que participou de todo o processo do parto de sua filha, conseguiu perceber a naturalização feminina dos cuidados por parte do hospital. A experiência de José em cuidar dos irmãos fez com que ele tomasse a iniciativa de dar o primeiro banho e trocar a primeira fralda, ao ver que sua companheira estava cansada por causa do parto. Ele narra:

Ela [a enfermeira] falou assim: “a banheira tá ali e aí pode dar o banho nela quando você quiser”. Aí ela falou com a mãe né? Só que ela num... custando levantar com ponto e ela já num sabia mermo muito, e eu sempre tive mais experiência por causa dos meus irmãos, né? (JOSÉ, 2015)

Os espaços públicos também influenciam na paternagem. Marcos e Leandro, que têm filhas com 9 e 6 anos, respectivamente – nas datas das entrevistas –, perceberam a dificuldade de sair com as filhas quando estas eram menores, muitos locais, à época, não tinham o “banheiro família”, como acontece hoje em alguns shoppings. Ambos relataram que, ao saírem com as filhas, recorriam à companhia das suas mães para auxiliarem caso as meninas quisessem ir ao banheiro, e mesmo para uma troca de fraldas. Já nos equipamentos de saúde, Marcos e Leandro perceberam um estímulo de médicos e enfermeiros para que os pais participassem dos cuidados.

Percebemos posições diferenciadas desses equipamentos na questão da paternagem. As datas do nascimento dos filhos de cada jovem entrevistado são diferentes, as situações também são diferentes. Mas, no caso de Vinicius, houve uma autorização subjetiva da parte do hospital para que ele exercesse a paternagem. Ele nunca havia exercido tarefas de cuidado, mas o fato de as enfermeiras o ensinarem mostra que isso é possível para um pai, e ele continuou exercendo o cuidado quando chegou em casa. Uma investigação do papel dos equipamentos e instituições como estímulo, neutralidade ou desencorajamento à paternagem atualidade seria de grande contribuição para esse debate.

3 OS DISCURSOS PRODUZEM A ADOLESCÊNCIA E A ADOLESCÊNCIA SE REPRODUZ

3.1 As socializações e as “Adolescências”

A socialização primária decorre durante a infância e constitui o período mais intenso de aprendizagem cultural. É a altura em que a criança aprende a falar e aprende os mais básicos padrões comportamentais que são os alicerces de aprendizagens posteriores. Nesta fase, a família é o principal agente de socialização. (GIDDENS, 2008, p. 28).

Nessa socialização primária as normas sociais são repassadas para as crianças de acordo com as crenças culturais da família, ou seja, os papéis sociais que as famílias esperam destes agentes: “expectativas socialmente definidas seguidas pelas pessoas de uma determinada posição social” (GIDDENS, 2008, p. 28). Então esses papéis sociais são constituídos pelas ações aprendidas e carregados de significados e valores que são repassados pelas características de tempo, espaço e condições sociais das relações neste espaço. Para cada posição são esperados os papéis definidos pelas normatizações culturais.

Segundo Heilborn (2006), em sua pesquisa acerca das trajetórias sexuais e reprodutivas de jovens no Brasil (GRAVAD, 2006), é importante conhecer a socialização primária destes indivíduos. Neste trabalho, investigamos um pouco das situações familiares desses jovens.

André teve uma educação mais rígida, sua mãe dividia tarefas entre ele e os irmãos. Seu pai aposentou-se mais jovem por problemas de saúde, e a mãe sempre trabalhou o dia todo. Ainda morando com os pais e irmãos, André experimenta uma situação na qual a mãe trabalha fora o dia todo e o pai está em casa. Ele percebe que sua mãe é quem tem a palavra final em sua casa, sendo bem mais rigorosa que o pai, e ele tenta educar seu filho da mesma maneira. André percebe que utiliza como modelo de vida sua avó materna, pois, segundo ele, era uma pessoa “de se admirar”, com quem foi viver por vontade própria um período da infância em uma cidade do interior.

Na casa de Vinicius, que mora com a mãe e o irmão, os homens não fazem as tarefas de casa, sua mãe cuida de tudo. Ele tem uma boa relação com seu pai. Teve a chance de ser jogador de futebol profissional em São Paulo, mas desistiu ao saber que esperava um filho.

Como a mãe de José engravidou muito jovem, ele vivia ora com a avó materna, ora com a mãe e ora com a tia materna. Sua mãe casou-se com outra pessoa, então ele teve mais três irmãos. Segundo José, sua família não se preocupava muito com as tarefas da casa, mas, quando sua mãe teve outros filhos, ele participava do cuidado com os irmãos. Seu pai biológico é traficante de drogas, conheceu-o aos 12 anos, morou com ele por um tempo, período em que

lhe eram cobrados os deveres de casa e tinha responsabilidades nas tarefas domésticas, perguntamos acerca desse período com seu pai biológico:

Ah, foi tranquilo! Assim foi bom porque meu pai é mais ostentação então é do jeito que a gente gosta “mermo” é tênis doido é roupa doida então aí a gente foi e brigou porque eu fui pra praia com minha vó eu fiz a tatuagem com o nome da minha mãe. Aí ele num gostou que eu não pedi ele... aí ele me arreventou todo, eu fiquei todo roxo... (JOSÉ, 2015).

Analisando o período de convivência de José e seu pai biológico, percebemos uma ambiguidade. Primeiro, ele segue o que a sociedade espera de uma boa educação: ensina o filho a ajudar nas tarefas de casa, dever de casa, bom rendimento e assiduidade na escola. Em contrapartida, como traficante, o pai de José proporcionou uma vida de “ostentação” material, o que geralmente seduz um adolescente. Mas, em troca disso, José não poderia ter ações aproximadoras com a família de sua mãe. A viagem com sua avó e a tatuagem com o nome da mãe geraram violência doméstica, José foi espancado pelo pai e voltou a morar com a avó. Podemos dizer que o pai de José paternou no momento em que moraram juntos, mas para tal ação exigia a lealdade de José, ou seja, não se aproximar de seus familiares maternos. A divisão sexual do trabalho não é uma normatização para o pai traficante, tampouco ensinar as atividades do cuidado do lar são ameaças para a masculinidade de seu filho, a família da mãe, com mulheres que sempre trabalharam fora de casa – a avó, a mãe e a tia –, também não tem preocupação em cumprir o papel na divisão sexual do trabalho, sendo que as preocupações com os cuidados da casa não estão na lista das principais tarefas dessas mulheres, elas não estão preocupadas em seguir as normatizações que são culturalmente impostas a seu gênero, a inserção no mercado de trabalho relativiza a pureza³³ nessa família, e não impõe regras rígidas de higienização, segundo nossas observações no relato de José. Mas seu pai preocupa-se em ensinar-lhe essas normas de higienização ritualisticamente, ou seja, as tarefas domésticas realizadas todos os dias. Entretanto, o pai de José incorpora as atitudes rotineiras do tráfico, quando ocorre a falta de lealdade esta é tratada com violência física, nesse momento, sua paternagem se dá dentro do ideal de masculinidade hegemônica naquele espaço de convivência.

Já o padrasto de José – que o registrou e ao qual ele chama de pai – cumpriu o papel de “pai social”, provedor dos filhos e do enteado. José relata que durante sua infância, como irmão mais velho, houve a necessidade de que ele cuidasse de seus irmãos, ele percebe que esse

³³ Douglas (1991). Mary Douglas discute em “Pureza e perigo” as crenças relativas à sujeira e à limpeza, segundo a autora, alguns grupos adotam certos rituais e crenças nesse sentido diferentes das normas de higienização que são estabelecidas pelo conhecimento racional da necessidade de higienização, por exemplo o fato de estarem em contato com organismos que podem causar doenças.

aprendizado do cuidado facilitou que ele assumisse os cuidados com a filha. Observamos também, pelo seu relato, que apenas o pai social adotava os papéis esperados na divisão sexual do trabalho.

A parceira de José é de uma família nuclear do interior. Por ser mais velha, aproveitou a relação com José para se mudar para uma cidade grande, em busca de trabalho e estudo, sua intenção era deixar a criança aos cuidados dos pais, no interior. A mãe da filha de José é mais velha do que ele, já não era mais adolescente quando engravidou (20 anos, segundo José), e abriu mão da maternagem, fato que ainda causa estranhamento e julgamento moral como podemos observar no senso comum e em muitos seguimentos da mídia. Uma mãe que abre mão de viver com a criança é um ser abjeto, situação que não ocorre com relação ao pai da criança. Até mesmo José acha estranho a mãe de sua filha não participar de seu crescimento, de suas primeiras aprendizagens: “Nossa cê tem que ver como é essa menina dentro de casa sô, que delícia! Nô! ... E a mãe dela perdeu muita coisa que é difícil da mãe perder, ela começar a dar os passinhos dela começar a falar acompanhei tudo graças a Deus!” (JOSÉ, 2015).

Esse estranhamento de a mãe abrir mão da maternagem não ocorreu no caso em que a mãe vive sob o mesmo teto que a filha, que é o caso da esposa de Marcos, que não materna por dedicar-se aos estudos, deixando essa tarefa do cuidado para o marido e a sogra. Ambos – José e Marcos – começaram a exercer a paternagem a partir do momento em que as mães de suas filhas abriram mão dessas atividades.

Marcos teve um ambiente familiar nuclear com papéis tradicionais, pai provedor e mãe cuidadora dos filhos e do trabalho doméstico. Não lhe era cobrado realizar as tarefas domésticas, sua mãe fazia tudo, mas ele tinha curiosidade em aprendê-las e pedia para ajudar. A mãe só começou a trabalhar fora de casa quando a família investiu em uma atividade comercial no mercado informal, época em que Marcos e sua namorada engravidaram.

Marcos foi socializado em uma família de papéis tradicionais, mas em seu convívio social teve exemplo de uma família diferente da sua, a família de sua companheira, na qual os pais homossexuais se separam e as atividades do cuidado ficam por conta do pai. Marcos conheceu sua companheira aos oito anos de idade, viviam no mesmo prédio e brincavam desde crianças, então podemos dizer que Marcos conviveu com um modelo de pai cuidador, ou seja, seu atual sogro.

Wesley e Leandro tiveram uma infância em uma periferia onde o tráfico de drogas é intenso. Leandro teve os pais separados e sua mãe casou-se novamente, tendo o padrasto como pai social. Wesley teve uma família nuclear que aos poucos estava mudando para uma cidade menor, foi quando ele e a namorada engravidaram. Suas parceiras são de famílias nucleares.

Vinícius, Marcos e Wesley tiveram como principal brincadeira de infância o futebol na rua. Leandro participou de diversas brincadeiras de rua, e não havia muita separação entre meninos e meninas, porém nunca brincava de casinha ou boneca por causa da “zoeira” dos colegas e da repreensão dos pais.

De modo geral, percebemos, de acordo com os relatos, que André tem uma ótima relação com o pai, seu pai é mais permissivo e sua mãe representa a lei para ele. Vinicius, apesar de não morar com o pai, sempre está em contato com ele, mantendo uma ótima relação. Wesley e Marcos tiveram o exemplo de pai provedor, entretanto, Wesley observou que, além de provedor, seu pai ajudava nas tarefas de casa. Embora em situações diferentes, todos tiveram a presença de uma figura paterna durante a infância e a adolescência. Para a nossa questão da paternagem, apenas o pai biológico de José – traficante – foi quem paternou por um período. O pai de Wesley e o de André apenas ajudaram suas esposas nas tarefas domésticas.

3.1.1 “Adolescências” e sexualidade

Assim como o gênero, a categoria adolescência também tem seu conceito difuso e sua história marcada por discursos de poder:

Acreditamos que os conceitos de adolescência e desenvolvimento não são ingênuos. Servem aos propósitos dominantes de homogeneização e imobilização, reificando determinadas práticas e relações presentes na atual sociedade de controle globalizado. Os meios de comunicação de massa, por exemplo, estão entre os equipamentos sociais mais poderosos para difundir e reforçar a ideia de adolescência, oferecendo-a como produto a ser consumido, necessariamente, para se ingressar no mundo dos bem-sucedidos. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 6)

As autoras acima sugerem a utilização do termo juventude em vez de adolescência como postura política de se questionar um conceito. Adotando essa postura política, seguiremos um caminho inverso, usaremos a palavra adolescência para dar visibilidade a uma categoria invisível e até mesmo impensável, que é o pai adolescente. Invisível porque as pesquisas para esse sujeito são escassas e as políticas públicas giram em torno da mãe adolescente. Impensável porque no modelo hegemônico de um menino adolescente não cabe a paternidade, tampouco o trabalho, a idealização da sociedade em geral para esses sujeitos é que nesse período eles se dediquem aos estudos, que representa um projeto de um ideal da “modernidade” utilizando o conceito de Gramsci³⁴ de hegemonia, comparando com as masculinidades hegemônicas,

³⁴ALVES (2010).

discutiremos então uma adolescência “hegemônica”. Esse período tem-se ampliado diferentemente de outras culturas onde essa fase é uma transição para a vida adulta, e o sujeito pode ter as atitudes de adultos. (VENTURA; CORRÊA, 2006). Além da diversidade cultural, esses modelos se alteram através das gerações:

Outra constatação de mudança pode ser feita comparando o padrão de comportamento que se esperava da mulher no início do século passado – ser esposa e mãe - e o que as adolescentes hoje expressam - primeiro estudar, ter uma profissão e depois filhos. Contudo, o que se verifica é que nesse caso ocorre o inverso, pois uma gravidez precoce postpõe o estudo e a profissão. (...) Isto parece diretamente relacionado à forma como assuntos ligados a sexo e contracepção são entendidos e tratados por pais e adolescentes, e também à forma como eles próprios vêm o papel sexual. (NEIVERTH; ALVES, 2003, p. 235)

Os adolescentes tratam de forma diferenciada a questão da sexualidade e da família. Na nossa pesquisa, o caso de Leandro é exemplo de que um adolescente das camadas populares não vivenciou uma adolescência “hegemônica”. Leandro mudou-se com sua mãe para o interior com onze anos de idade. Aos doze conheceu a mãe de sua filha e começaram a namorar. Tiveram muitos rompimentos e retornos. Aos quinze anos ele queria ter filho e ela não, mas não se preveniu. Então, com 16 anos engravidaram: “Eu queria. E ela não. Aí, quando eu fiz 16, já tava presentindo, ficava brincando na barriga dela que ela tava grávida. Aí depois de uns dois meses ela passou mal, a mãe dela correu com ela pro hospital e aí que ela descobriu.” (LEANDRO, 2015).

Leandro atribui esse desejo de ter filhos ao meio em que vive, para ele, a condição de ter vivido a infância e parte da adolescência em uma favela fez com que desejasse constituir uma família ainda na adolescência, pois, na sua percepção, era uma alternativa para não ser absolvido pela criminalidade, fato que ocorreu com muitos de seus amigos, ele relata.

A história de Leandro é a exceção dentro de um discurso que produz a normatização do que é o período da adolescência. Esses discursos que definem adolescência são adaptados ao longo do tempo. As demarcações das fases da vida “são móveis e variam ao sabor de novas concepções sociais acerca do humano e das relações intergeracionais.” (HEILBORN, 2006). Islas (2009) aponta a importância da influência de Rousseau, em *Emílio* para a classificação das fases da vida, separando a criança, o adolescente e o adulto divididos nas vertentes pedagógica, psicológica e social. São vários os conceitos e classificações que “juventude” e “adolescência” receberam ao longo da história e de acordo com a cultura.

Phillipe Ariès (1981) faz um histórico da infância e da família, por meio das produções artísticas retratadas em cada época. A infância não tinha o empenho do cuidado como temos

hoje e era pouco significava para a família – aspecto que se relaciona à situação demográfica, na qual as taxas de natalidade e de mortalidade infantil eram muito altas. O autor destaca que o grande acontecimento foi o início da era moderna trazendo a preocupação com a educação, e o surgimento da educação institucionalizada começou a separar as fases da infância e da adolescência. A teoria sociológica complementa esse conceito relacionando-a ao processo de socialização e ao contexto dos sujeitos:

Por seu lado para a teoria sociológica, a adolescência é resultado de tensões e pressões que vem do contexto social, fundamentalmente daquelas relacionadas com o processo de socialização que o sujeito realiza e com a aquisição de papéis sociais. A adolescência é assim compreendida primordialmente a partir de causas sociais externas ao sujeito que a vivencia. (LÉON, 2009, p. 51).

Atualmente, são utilizados vários parâmetros para identificar essa fase, variando quanto às culturas e às esferas que a definem. Uma classificação mais exata seria a que se baseia nas idades cronológicas, mas mesmo esse critério apresenta divergências. O critério de idades é utilizado atualmente pela legislação brasileira para demarcar as fases da infância e da adolescência e, por meio de um estatuto próprio, estabelece direitos e deveres para essas categorias:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. (BRASIL, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),³⁵ além de demarcar a idade, estabelece orientações sobre garantias, escolaridade e proteção à criança e ao adolescente, de modo que, ao se trabalhar com esse público, é necessária a compreensão desse estatuto, pois sua diretriz incorpora os valores da cultura hegemônica brasileira.

O período da adolescência é marcado por dispositivos de controle dos corpos, sobretudo por meio do estatuto. Mas o ECA não abarca todos os campos importantes na vida da(o) adolescente, o tema sexualidade é ignorado por essa legislação, até mesmo no sentido de orientação e prevenção de gravidez indesejada e de doenças, além de não oferecer uma política de atendimento que prevê a possibilidade de a(o) adolescente engravidar, há uma carência em atendimento e educação quando à saúde reprodutiva, necessitando de mais compreensão e empenho quanto a esse aspecto (VENTURA; CORREA, 2010). Entretanto, os dados mostram

³⁵ BRASIL (1990).

a importância da sexualidade na vida do(a) adolescente. A pesquisa do Ministério da Saúde³⁶ indica que 77,6% das pessoas pesquisadas entre 15 e 24 anos praticam sexo, e 33,4% das pessoas nessa faixa etária tiveram relações sexuais antes dos 15 anos de idade. E apenas 8,7% destas tiveram relações com pessoas do mesmo sexo – casos em que se exclui a possibilidade de gravidez. Isso traz uma contradição apontada por Ventura e Corrêa (2006):

Por um lado, lógicas familiares e comunitárias, representações e discursos sociais mais amplos, concebem a adolescência como o momento ideal para inculcar padrões de gênero, de sexualidade e reprodução que repetiriam os adotados por gerações anteriores. Por outro lado, a noção de centralidade do indivíduo e de autonomia da “tradição moderna” ocidental, se incorpora nos discursos e nas práticas difundindo uma concepção de adolescência radicalmente oposta, que prioriza a individuação e a experimentação da autonomia e da liberdade. (VENTURA; CORRÊA, 2006, p. 1506)

Em outras palavras, os indicadores sugerem que a sexualidade está bem presente na vida desses adolescentes formando esse paradoxo no qual, de um lado as(os) jovens têm diminuído a idade para iniciar a vida sexual, enquanto, de outro, essa mesma cultura constrói um modelo de juventude em que não cabe a maternidade/paternidade, tampouco discutir a sexualidade até mesmo para evitar uma gravidez “indesejada”.

Para a Educação, as políticas públicas e as famílias, a prática da sexualidade na adolescência, muitas vezes, parece invisível. Mas para estes jovens a “sexualidade é um dos principais domínios que incitam o jovem a criar uma esfera de autonomia individual relativamente à família de origem”. (HEILBORN, 2006, p. 35). A política de vigilância que se constrói em torno da sexualidade na adolescência, segundo Louro, acaba despertando mais interesse:

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política. (LOURO, 2000, p. 18).

E nessa vigilância temos ainda uma forte segregação por gênero, pois as meninas têm sua sexualidade reprimida e os meninos são encorajados à heterossexualidade para que não se tenha risco da homossexualidade. A sexualidade perpassa as questões da adolescência, transformações hormonais, transformações no corpo, curiosidades e proibições fomentam o

³⁶ BRASIL (2011).

interesse dos(as) adolescentes pelo sexo. As mulheres então aprendem a reprimir seus desejos, e a sexualidade é assunto proibido para elas. Em sua pesquisa, Crissman et al. (2012), em relação ao uso de contraceptivo em Gana, comparam com outros estudos sugerindo que a educação é fundamental para a autonomia e o empoderamento das mulheres, mas ressaltam que a educação formal não apresenta contribuição significativa para esse empoderamento na relação sexual. A educação culturalmente dada às meninas, no geral, é de obedecer e ceder, sem muito poder para negociação. E a família educa de forma rígida, sem muito diálogo:

A rigidez dos pais no que se refere aos namoros dos filhos parece corroborar o afastamento da família como fonte de informação sobre formas de se evitar a gravidez. Além disso, a gestação na adolescência foi creditada, em alguns relatos, a uma retaliação das filhas para com os pais devido à interdição do namoro. (CASTRO; ABRAMOYAY; SILVA; 2004, p. 146).

Essa rigidez na educação só se mostrou presente na percepção de André. Podemos encontrar uma explicação pelo fato de André ser o único pai que possui uma pessoa da sua família com curso superior (sua mãe), as reações do adolescente e de sua família, ao saberem da gravidez, foram bem diferentes das dos demais entrevistados, como veremos no decorrer desta seção. André também foi o pai que melhor conseguiu narrar, com detalhes, o que é um adolescente de 14 anos receber a notícia de que será pai:

Quando ela descobriu que tava grávida, a gente estudava né, a gente estava formando.³⁷ Ai quando ela descobriu que tava grávida, pra mim foi um golpe! Eu tinha 15 anos né? Na época. Ela ganhou com 15, eu tinha 14... Pra mim foi um golpe. Eu, sinceramente fiquei meio abalado. Passa coisas na cabeça da gente, que nem pedir e querer que tira, mas, graças a Deus, não aconteceu nada não e nem forçou nada não. Mas, como eu falei pro cê, minha família é mais ríspida, então eles cobram muito. Principalmente a minha mãe. Então, pra mim, aquilo ali tinha acabado, acabou tudo, acabou meu sonho, minha infância, acabou tudo. Então, pra mim, eu, literalmente, queria morrer e tudo mais. E ela ficou também bem abalada, porque ela era mais livre e tal... então a vida dela ia mudar completamente. Quando descobriu então, ela me falou por telefone, a mãe dela desconfiou e pediu pra ela fazer o exame. Ela fez, constatou que estava grávida e me ligou... eu tava em pé, ela me falou e eu sentei na hora! Que as pernas bambeou... eu não sabia... fiquei uns dois meses sem contar pra minha família. Quem contou foi a mãe dela, de tanto medo que eu tinha. A mãe dela veio aqui em casa e contou. A partir daí começou a cobrança da minha família, achava que eu não ia dar conta, minha mãe me cobrava todo dia, todo dia era um tapa que ela me dava, xingava e tudo mais. Mas, aí foi passando o tempo, foi adaptando, consegui serviço. (ANDRÉ, 2015)

A gravidez para a família de André segue os padrões de famílias com uma renda mais alta, apresentou-se como uma decepção, o futuro de seus estudos estava comprometido, a

³⁷ Ela formando-se no Ensino Médio e ele no Ensino Fundamental, à época.

companheira mais velha e com uma vida mais “livre” poderia não ser uma “boa mãe” para o neto e a cobrança nos papéis que a família atribui do que é ser um “bom pai”, e que André cumpre rigorosamente, não são fatores de orgulho para os pais, pois o sonho da faculdade foi adiado e os empregos que André consegue não são empregos idealizados pelos pais. Percebe-se nessa família um planejamento frustrado de ascensão social para o filho, seus valores seguiam o padrão de valores da classe média, e essa possibilidade foi temporariamente interrompida com a chegada do neto, pois André ainda tem expectativas de fazer a faculdade de veterinária.

Podemos pensar então na juventude como uma multiplicidade de maneiras de engendrá-la, também há diversidade de modos de ser jovem. Ao contrário de Leandro, o projeto de vida da família de André encontra-se dentro desse discurso de adolescência hegemônica que afirma que a juventude no Brasil não se reduz a uma passagem, como ocorre em algumas culturas:

Uma marca inequívoca é a própria definição de adolescência na cultura ocidental contemporânea. Em outros contextos culturais, a transição entre infância e vida adulta era (e ainda é) um período relativamente curto, após o qual moças e rapazes estão habilitados a casar, procriar e fazer tudo mais o que aos adultos é permitido. Na “tradição moderna”, o conhecimento biomédico e a educação têm produzido desde o século XIX uma ampliação gradativa deste período da vida, levando à invenção de uma terminologia específica – adolescência – para denominá-lo. (VENTURA; CORRÊA, 2006, p. 1505).

Dentro desse discurso hegemônico de definição de adolescência há desigualdade de gênero. Há uma educação dicotômica na qual as famílias e as instituições de ensino reprimem as meninas e dão mais liberdade aos meninos. A falta de diálogo em casa e na escola impede o empoderamento das meninas para controlar seus corpos de acordo com seus desejos e conhecimento. Essa falta de empoderamento pode levar a uma gravidez indesejada ou a algum tipo de DST.³⁸ Em outras palavras, o conhecimento amplia a percepção que proporciona maiores opções de escolha. Fala-se muito em sexo em vários espaços, mas não se fala de forma que se tragam informações, possibilitando oportunidades aos adolescentes de abrirem seu campo de escolhas. Nessa educação sexista, apesar de as meninas não terem essa educação, são elas as culturalmente responsáveis pela contracepção e prevenção de doenças, deixando os meninos livres dessas obrigações, como mostra a pesquisa de Heilborn:

Os dados das duas investigações aqui apresentadas demonstram uma pregnância nas gerações mais jovens de representações e valores que atrelam a contracepção e a reprodução ao feminino. O parco envolvimento dos homens com a anticoncepção é, em geral, uma situação confortável que os permite viver despreocupadamente os

³⁸ Doenças Sexualmente Transmissíveis

prazeres da heterossexualidade. (HEILBORN, 2010, p. 119).

Nosso trabalho aborda o ponto de vista dos meninos, todos relataram conhecer os métodos anticoncepcionais. Mas é preciso investigação mais aprofundada para entender a não prevenção da gravidez, o que não é nosso foco no momento. Mas José admite o motivo pelo qual não se preveniu: “Ah... Errado é mais gostoso! Né?” (JOSÉ, 2015).

Já com relação ao aborto, apenas a companheira de Marcos quis fazê-lo, mas ele queria a criança e ameaçou terminar o namoro caso ela abortasse, então decidiram ter a criança. José pensou em fazer, mas acredita que seria melhor “matar um adulto do que uma criança”. Wesley disse que é um crime, e André acredita ser um pecado. Vinicius e Leandro não acham certo fazer aborto. Apenas Marcos declarou que sua companheira queria fazer aborto, os outros rapazes não relataram se as companheiras pensaram nessa possibilidade.

O debate acerca do aborto no Brasil é uma questão de classe, para meninas pobres, no caso de gravidez indesejada, com a proibição do aborto, os serviços públicos não podem ofertá-lo e estas, quando escolhem não ter o filho, tentam condições abortivas precárias, que podem leva-las à morte. Segundo a pesquisa de Chacham et al. (2010), em uma comparação de meninas de camadas baixa e média da população, a conjugalidade e gravidez de meninas das camadas médias é quase inexistente. Podemos ter como uma das hipóteses para esse fato as condições favoráveis para que estas pratiquem um aborto seguro; apesar de clandestino, há condições de aborto seguro no Brasil, porém com um alto custo. Podemos constatar esse fato na pesquisa GRAVAD³⁹ que mostra o alto índice de aborto entre jovens de camadas mais favorecidas.

Essa interseção de classe juntamente com raça e gênero é marcante no contexto da juventude no Brasil. Ser um jovem negro é diferente de ser um jovem branco, bem como a condição econômica, ser mulher jovem é diferente de ser homem jovem, ainda permanece uma preocupação maior com as meninas no campo da sexualidade que é vigiada e, além disso, é julgada entre os próprios pares. “Isso nos leva a enfatizar a noção de juventudes, no plural”. (DAYRELL; GOMES, 2009). Essas juventudes são diferentes, mas também são desiguais, a pesquisa de Pinho et al. (2013) mostra esse caráter excludente para os jovens negros:

Os jovens negros são especialmente incluídos entre os desiguais. São eles que ocupam os piores níveis de escolaridade, apresentam as maiores dificuldades para ingresso no mercado de trabalho e, no momento em que nele se inserem, são aqueles que ocupam as mais desvalorizadas funções. São também aqueles que, por sua irreverência, vestimenta ou linguajar, são prioritariamente discriminados nos serviços de saúde. (PINHO et al., 2013, p. 279)

³⁹ HEIRBORN et al. (2006).

Para as meninas negras, a pesquisa revela que “são, em boa parte, filhas, agregadas ou cônjuges”, possuem renda per capita baixa, “muitas são donas de casa e, quando inseridas no mercado de trabalho, é mais frequente terem ocupações formais do que informais.” (PINHO et al, 2013, p. 287).

As raízes históricas da população brasileira ainda são profundas, o mesmo movimento conservador que naturaliza o gênero também age para perpetuar essas desigualdades. Algumas políticas compensatórias têm avançado no sentido de equidade, mas o discurso dominante se reproduz pela mídia e chega ao senso comum. Mas as pesquisas acerca de juventude vêm demonstrando um contrassenso ao discurso hegemônico, necessitando de políticas diferenciadas para cada especificidade:

O que fica evidente é que os homens são plurais, e a maneira de fazer com que se atinja a meta de promoção de direitos reprodutivos masculinos e femininos de modo a respeitar a criação de relações de gênero mais igualitárias é abordar diferentemente os homens, não somente de acordo com a diversidade de suas características socioeconômicas individuais, mas também de acordo com sua idade e condição residencial. Os homens são diferentes de acordo com quem vivem. A partir dos arranjos domiciliares, é possível pensar algumas implicações para a elaboração de políticas públicas que atinjam os homens. Aliás, algumas políticas públicas já são elaboradas considerando essa variável, embora isso seja feito mais frequentemente de maneira implícita, e não explícita. (SCOTT, R. 2010, p. 79).

Investigando a literatura brasileira acerca da população, percebemos que as demarcações classe, raça e gênero são fatores que acentuam as desigualdades. Na juventude isso é marcante, pois é o momento de planejar um projeto de vida em que, dependendo da posição que se ocupa nessas categorias, as opções são restritas. Com essas desigualdades, são necessárias políticas públicas para adolescentes quanto à saúde sexual e reprodutiva, pois o adiantamento da vida sexual pode causar transtorno aos jovens que não tiverem apoio social, ofertando esclarecimento e atendimento.

A trajetória de vida que estes jovens relataram não se enquadra no modelo hegemônico de adolescência, apenas André teve, e ainda tem, essas expectativas, como já expusemos na seção anterior. Os outros jovens foram vivendo sua sexualidade sem grandes planos para a vida futura, segundo seus relatos. Algumas situações na família favoreciam o exercício da sexualidade. No caso de Vinícius e sua parceira – com doze anos na época –, aproveitaram a casa da mãe dele, que ficava vazia durante o dia, e “matavam” aula para terem relações sexuais, até que engravidaram, ele conta. Ainda namoravam até a data da entrevista e não faziam planos de se casarem.

Marcos morava no mesmo prédio da sua parceira, o pai dela é enfermeiro e estava em casa dia sim e dia não, aproveitavam os momentos em que o pai da companheira estava trabalhando para terem relações sexuais. Eles eram amigos desde a infância, foram primeiros namorados um do outro e, quando a criança nasceu, ele relata ter trabalhado muito para comprar sua casa e morarem juntos.

José trouxe a namorada do interior para a casa da sua avó, e logo em seguida engravidaram. José teve várias parceiras, começou a namorar com 9 anos de idade e seu relacionamento com a mãe da criança começou quando ele tinha 16 anos. E durou até a criança completar dois meses de idade. Para José, as mulheres acham interessantes homens que cuidam dos filhos, ou seja, ele avalia que um pai solteiro que cuida da criança se torna atraente para as mulheres. Segundo ele, isso se deve ao fato de quase não vermos pai cuidando dos filhos.

Eu com menino? Ela ia ficar comigo? Ficaria! Essa outra menina, a última menina que eu tava ficando esses tempos atrás, ela tem menina também de 3 anos... 2 anos e porque ela já tem e ela tem menina também, mas né só por causa disso não eee... cê ter ideia, as mulher gosta até mais, porque é difícil cê ver um pai q cuida do filho. (JOSÉ, 2015).

Wesley tinha 14 anos quando seu filho nasceu, já tinha experiência sexual e “ficava” com a mãe de seu filho escondido dos pais dela, as famílias de ambos não aceitaram bem quando souberam da gravidez por causa da idade dos dois, mas, quando a criança nasceu, o relacionamento mudou. Sua esposa escondeu a gravidez da família por um tempo: *“É... aí quando ela engravidou ela escondeu ainda um tempão, depois que eles descobriram.”* (WESLEY, 2015). Ele acredita que a gravidez ocorreu por *“vontade de Deus”*. Eles se casaram e vivem juntos e estavam esperando o segundo filho na data da entrevista.

3.2 Adolescentes e família – Quem pode ter o *status* de família?

A família “pós moderna”, (...), mereceu toda uma gama de novos termos: “produção independente”, “descasamento”, “família de escolha” etc. Famílias dos setores mais pobres da sociedade, contudo, devem em geral se contentar com termos mais antigos que, na maioria dos casos, carregam conotações pejorativas: “mães solteiras”, “famílias desestruturadas”, “filhos abandonados”, e assim por diante. (FONSECA, 2001, p. 8).

As configurações de família fora do modelo da “família nuclear”, quando são das classes populares, recebem frequentemente a denominação de “famílias desestruturadas”, a premissa e elaboração do planejamento dos equipamentos, principalmente de saúde e educação é a

permanência desse modelo, não condiz com a realidade. Focar a culpa de problemas familiares nas mães que trabalham fora, nos recasamentos, nas mães que não se cuidaram e engravidaram de relacionamentos irresponsáveis, é uma estratégia para encobrir o problema da desigualdade econômica do país, uma distribuição equitativa de renda poderia proporcionar boas condições de vida para qualquer tipo de arranjo familiar.

Goran Therbon (2006) faz uma análise sobre as relações de poder das famílias no mundo durante o século XX. Ele relaciona as famílias ao sexo, pois, “sem sexo não há família”. Sua análise acerca do patriarcado aponta significativas mudanças no início do século XX, sobretudo por meio da legislação que cedeu pressão de movimentos feministas apoiados por marxistas, começando a amenizar todo o poder do pai ou irmãos homens sobre a família na Europa. Já nas colônias americanas o colonizador tinha todo poder sobre mulheres brancas e não brancas, e estas últimas eram frequentemente violentadas. Essa relação também sequenciou uma miscigenação, principalmente no Brasil, mas também resultou na criação de estereótipos da “mulata brasileira” que até hoje se faz presente no fetiche dos brasileiros e estrangeiros transformando essas mulheres em objetos de consumo, situação repudiada pelo feminismo e movimento das mulheres negras. Além da influência dos movimentos sociais interferindo nas famílias pelo mundo, Therborn (2006) relaciona uma forte influência religiosa nas concepções e nas formações das famílias. Ou seja, as organizações de poder nas relações familiares estão diretamente influenciadas pelas concepções religiosas. Nesse sentido, o trabalho de Ana Paula Verona (2011) aponta uma forte influência religiosa no comportamento sexual dos adolescentes, quando a religião tem uma concepção mais rígida acerca da sexualidade, proibindo-a antes do casamento, esses jovens tendem a ter um sentimento de culpa, caso haja transgressão das normas, e isso é um grande dispositivo de controle dos jovens que acaba influenciando na queda do índice de gravidez na adolescência entre jovens adeptos dessas religiões, Verona (2011) também aponta que essas religiões, apesar de reprimirem, fornecem uma orientação sexual aos jovens.

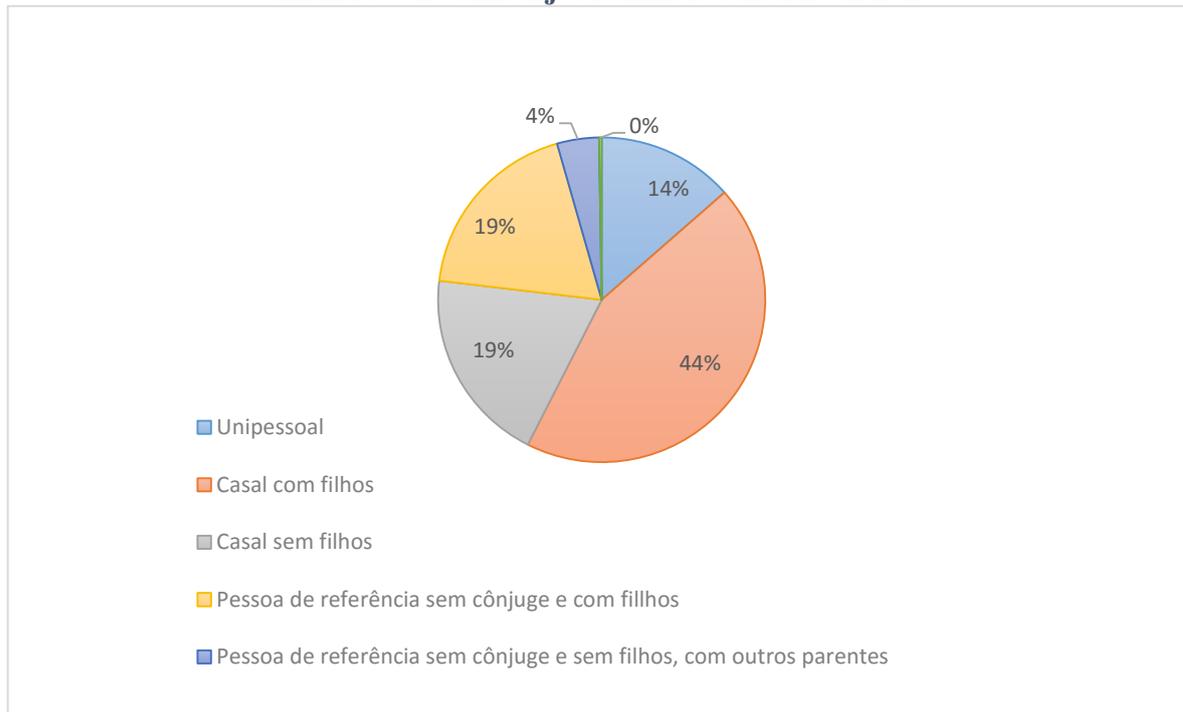
Como já discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, as transformações econômicas também são fatores que exercem uma forte mudança na organização e nos papéis das famílias e no comportamento reprodutivo, entre a principal delas, a redução nas taxas de fecundidade que ocorreu no contexto da transição demográfica:

O fenômeno da transição demográfica relaciona o processo de urbanização e industrialização e a queda acentuada das taxas de mortalidade e natalidade. A abordagem da transição demográfica considera que as altas taxas de mortalidade e natalidade, características da sociedade agrária e de baixa renda, são afetadas pelo desenvolvimento econômico. Existe uma relação direta entre o crescimento da renda

e a queda da mortalidade. Porém, em relação à fecundidade, a teoria da modernização, ao contrário de Malthus, constata que, em geral, a elevação da renda diminui a demanda por filhos. Isto acontece porque o aumento da renda se traduz no aumento do consumo de bens e serviços e as mudanças na estrutura da produção econômica provocam mudanças na estrutura familiar e na relação custo/ benefício dos filhos. (ALVES; CORREA; 2013, p. 137).

A melhoria das condições médicas, higiênicas e alimentícias elevou a expectativa de vida diminuindo a taxa de mortalidade. O avanço da medicina proporcionou a liberação sexual das mulheres por meio dos anticoncepcionais, a partir daí as mulheres puderam ter relações sexuais com menor risco de gravidez, fato que, conseqüentemente, daria mais condições de se dedicarem a um melhor desempenho no mercado de trabalho e se aproximarem – mesmo que ainda hoje estejam bem distantes – das condições de competição com os homens nesse espaço.

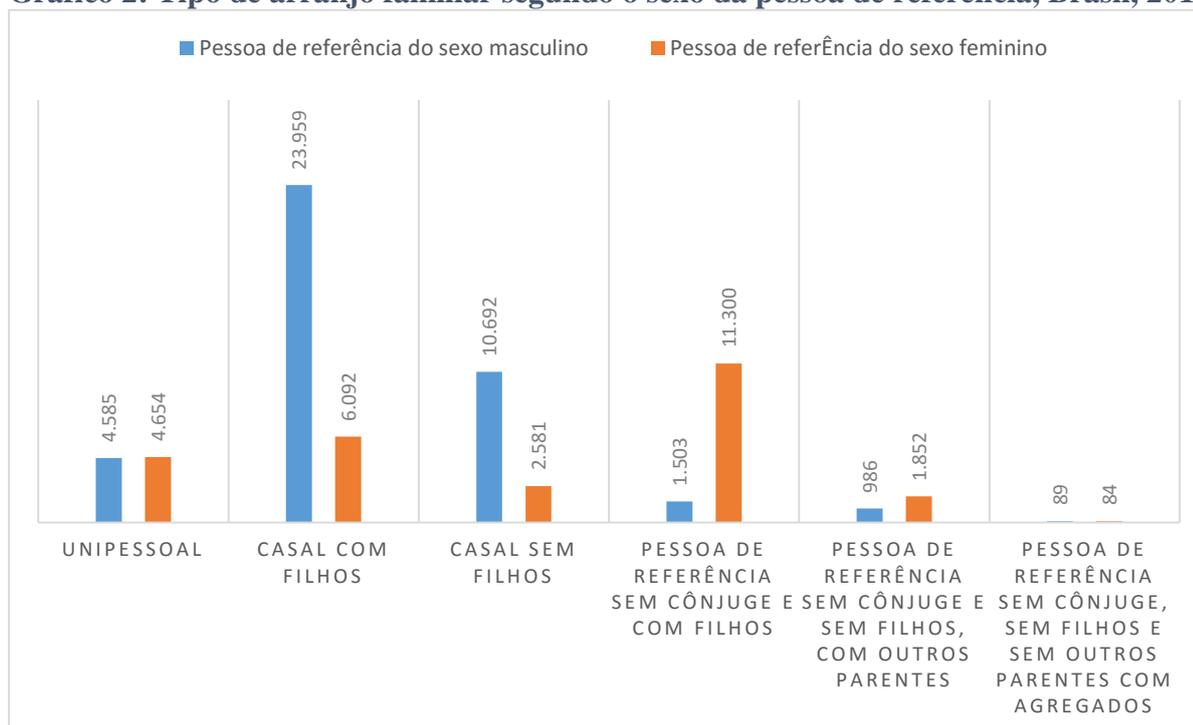
Essas mudanças sociodemográficas nas configurações familiares exigiram novas elaborações de conceitos de família e novas denominações para as organizações familiares, chamadas hoje nas pesquisas demográficas de arranjos familiares. Atualmente o IBGE define o conceito de família da seguinte maneira: Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. (IBGE, 2014, p. 22). A atual denominação dos tipos de arranjos familiares e a proporção de sua ocorrência no Brasil estão representadas no Gráfico 1:

GRÁFICO 1 - Arranjos familiares no Brasil 2013

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais no Brasil (2014)

Mesmo com uma definição um pouco mais abrangente do que o conceito de família nuclear, ou seja, o ideal “moderno” de família, essa definição não engloba os laços afetivos que envolvem essas relações, também não aborda a situação de famílias que moram em casas separadas ou membros da família que vivem em mais de uma casa, como é o caso de crianças que vivem na organização de guarda alternada.

Com relação às pessoas de referência de cada arranjo, a família nuclear – casal com ou sem filhos –, atribuem o homem como referência da família. Já nas famílias sem cônjuge as mulheres são as responsáveis na maioria dos casos:

Gráfico 2: Tipo de arranjo familiar segundo o sexo da pessoa de referência, Brasil, 2013

Fonte: Síntese dos Indicadores Sociais (2014)

Não sabemos o que o entrevistado entende por “pessoa de referência”, então esse dado fica prejudicado quando queremos identificar quem é o/a provedor/a e quem é o/a cuidador/a, mas, quando observamos os números da pessoa de referência sem cônjuge e com filhos, notamos que a maioria é chefiada por mulheres. Em outras palavras, quando nos apresentam uma família com a pessoa de referência com filhos, mas sem cônjuge, podemos elaborar a hipótese de que essa pessoa é provedora e cuidadora, ou seja, uma sobrecarga de responsabilidades.

No entanto, principalmente entre algumas mulheres mais pobres, segundo Sarti (2005), o apelo dos papéis tradicionais de gênero permanece forte e o ideal do casamento ainda muito presente:

O casamento é o projeto inicial através do qual começa a se constituir a família. É por intermédio do casamento que são formulados os projetos de melhorar de vida, nunca concebidos individualmente, mas em termos da complementaridade entre o homem e a mulher. (SARTI, 2005, p. 28).

O modelo ocidental contemporâneo de individualização não atingiu na mesma intensidade as classes mais pobres, e muitas pessoas nesses estratos – homens e mulheres – apresentam expectativas de realizar seus sonhos de uma vida melhor a partir do casamento. A construção de um modelo ideal e a falta de acesso a uma escolarização de qualidade limitam as

alternativas de vida, o casamento não é uma escolha entre tantas outras possíveis, mas a escolha moralmente “certa” e o “melhor” meio de conduzir suas vidas. A percepção de Leandro que viu na constituição de uma família a única possibilidade de não seguir sua vida em direção à criminalidade exemplifica essa ausência de alternativas.

Sarti (2005) acrescenta que essa expectativa se torna frustrada pelas frágeis condições conjunturais nas quais essas famílias são constituídas, os homens com o papel moral de serem os provedores e, quando não conseguem cumprir essas expectativas, são julgados em seu meio social e muitos se entregam ao alcoolismo (SARTI, 2005). Toda essa conjuntura que analisamos entre a literatura e os dados atuais já estava acontecendo no final do século XX, como aponta Goldani:

A capacidade de os homens adultos atuarem como provedores diminuiu ainda mais nos anos 90, da mesma forma que o papel que os jovens desempenhavam como fonte de recurso adicional na família tende a desaparecer através do desemprego e migrações. A força de trabalho feminina, uma vez mais, aparece como um dos poucos recursos disponíveis para a sobrevivência de muitas unidades domésticas. Ou seja, as mulheres neste final do século enfrentam o duplo desafio de “cuidar” e “prover” as suas famílias. (GOLDANI, 2002, p. 35).

A estrutura familiar que se formou a partir da conjuntura econômica no final do século XX, solidificou-se na primeira década do século XXI e ainda continua em expansão delegando uma sobrecarga de responsabilidades para a mulher e diminuindo a importância do papel dos homens de baixa renda. Nos gêneros inteligíveis que, segundo Butler (2003a), “são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”, ou seja, um corpo biologicamente denominado homem, a expectativa social é que se siga uma identidade masculina, que para essa cultura da população de baixa renda no Brasil é ser provedor da casa. Na estrutura econômica em que se encontra o país, empregos formais para as pessoas de baixa escolaridade são escassos e de baixíssima remuneração, os homens desse estrato social acabam frustrando essas expectativas apostadas neles. Em contrapartida, essa conjuntura também nega ao pai o direito de cuidar e ser afetuoso com seu filho, pois pode afetar a imagem de sua masculinidade, a maioria não foi educada para esse papel, ou até mesmo porque as mães não permitem. Quando ocorre a frustração, ela é encarada pelo sujeito como sua incapacidade de atender as expectativas das outras pessoas e da sociedade, não conseguindo relacionar sua condição de vida como parte de uma estrutura nacional excludente.

As mudanças nos significados e papéis de paternidade para a adolescência também recebem fortemente a influência de classe, segundo Brandão e Heilborn (2006). As autoras afirmam que, para os jovens das camadas populares, a paternidade “engendra um deslocamento de posição dos jovens em relação às famílias de origem, pois eles aspiram constituir suas famílias de procriação.” Comparando aos jovens das camadas médias, “a parentalidade na adolescência não acelera o curso da vida, nem se constitui em rito de passagem à posição social de adulto.” (BRANDÃO; HEILBORN, 2006, p. 1428).

Considerando que no Brasil a condição de classe está historicamente atrelada à condição de raça, ou seja, a população negra é a mesma população pobre, e a população branca é a população rica, os jovens negros e pobres que experimentam o evento da gravidez na adolescência precisam interromper a adolescência para constituírem as suas famílias, ficando mais difícil sua ascensão social. Os jovens que já estão em condições favoráveis não têm suas carreiras comprometidas pelo evento da paternidade.

3.3 Gravidez na adolescência: “pulando” fases?

A taxa de fecundidade entre as jovens de 15 a 19 anos é de 60,5⁴⁰ por mil mulheres, é uma taxa atualmente alta quando comparada a outros países, apesar da tendência da queda de fecundidade no Brasil, a taxa de fecundidade em mulheres jovens supera os níveis de alguns países pobres: “A taxa brasileira é maior do que a de alguns países pobres, como Sudão, Iraque e Índia”, e, segundo o relatório da ONU, esta taxa supera a média mundial. (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA 2004, p. 133).

Segundo Heilborn (2006), a medicina introduziu ao debate da gravidez na adolescência o caráter de “problema”, em seguida foram aparecendo outros setores, como, por exemplo, a psicologia, a educação, a economia, a política e as igrejas, todos preocupados com essa situação, cada um com seus argumentos justificando a problematização do fato de forma moralizante.

Inúmeras são as pesquisas que a colocam como um “problema”, devido a vários fatores, um deles é o aspecto econômicos dos indivíduos envolvidos, trazendo consequências para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Algumas ações políticas são feitas isoladamente em torno desse debate, no sentido de dar assistência e prevenir tendo como foco principal de atenção as adolescentes. Mas, na percepção dos jovens atores do evento, não aparecem as preocupações que a sociedade tem para eles.

⁴⁰ IBGE (2013).

A gravidez foi um projeto de vida para Leandro, nosso entrevistado, na sua percepção, esse fato não foi um problema, o que mais lhe preocupa em todo o evento é a estabilidade no emprego para continuar sendo pai provedor. Wesley também tem como principal preocupação o futuro para seu filho, mas também acredita que ser pai fez com que ele permanecesse vivo até hoje, pois relata que muitos de seus amigos da sua idade já faleceram. Wesley atribui essas mortes ao fato de viverem em uma favela. Vinícius percebeu o evento da gravidez como um problema devido à idade da companheira – 12 anos –, que teve um parto extremamente complicado, havendo risco de morte para ambos – a mãe e o bebê. José acredita que o nascimento da filha o levou a sair da criminalidade e ter um emprego formal, ele relata que não é difícil sustentar uma criança, “mas num e condição financeira não porque num gasta também não, só você comprar a fralda e o leite, num precisa de mais nada só comprar roupa, que precisa, mias de comer...” (JOSÉ, 2015). A percepção de uma gravidez na adolescência como um “problema” que interrompeu o projeto de vida foi relatada apenas por André.⁴¹ Marcos relata também um problema devido ao fato de não ter “aproveitado” a vida, ter tido outras namoradas e ter saído mais com os amigos para se divertir. Mas podemos perceber aí que a provável causa do que ele aponta como problema foi o casamento e não a gravidez em si.

Entretanto, há uma preocupação com as altas taxas desse “problema” no Brasil, segundo o censo demográfico de 2010 comparando-as com outros países:

Mesmo assim, as taxas brasileiras são altas quando comparadas com outros países: apenas 2,3 por mil na Coreia do Sul; de 8,4 por mil na China; de 29,5 por mil no Irã; de 7 por mil na França; de 11,6 por mil na Arábia Saudita; de 34 por mil nos Estados Unidos e de 59 por mil na África do Sul. Portanto, a gravidez na adolescência no Brasil é maior do que em todos estes países. (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 10).

Ainda de acordo com o censo, essas mulheres que têm filhos mais jovens são das classes mais baixas economicamente. Agregando a esse fator a cultura heteronormativa predominante que delega à mulher as funções do cuidado com os/as filhos/as, resulta em um problema estrutural de empoderamento para essas mulheres, pois, estando nessa situação, ocorrem as dificuldades de investimento em seus estudos e, conseqüentemente, na vida profissional; ou, mesmo se esforçando em várias jornadas de trabalho e cuidado de casa e da(o)s filha (o)s, muitas conseguem retornar para os estudos e/ou a carreira profissional apenas quando os filhos já estão maiores, enquanto a maioria dos homens não sofre essa mesma consequência. A

⁴¹ Percebemos a interseção de classe, escolaridade e raça, André é o único branco e com uma renda familiar um pouco acima dos demais, sua mãe é a única – entre pais e mães dos entrevistados – com o curso superior e ele possui o ensino médio completo.

reprodução dessa cultura traz uma desigualdade para as mulheres que, conseqüentemente, recebem salários mais baixos, e têm menor poder na sociedade com relação ao homem. Em pesquisa com mães adolescentes Chacham et al. (2010) concluem:

Nas camadas mais pobres da população, a maternidade na adolescência tende a ter conseqüências para a vida escolar e profissional da jovem, seja o nascimento de uma criança planejado ou apenas aceito, seja ele resultado de um projeto de vida possível ou a única alternativa de reconhecimento e valorização social. Em outras palavras, tais conseqüências ocorrem independentes da tomada de decisão, seja ela antes ou depois da gravidez, de ter a criança e, eventualmente, de formar uma nova família. (CHACHAM et al., 2010, p. 16).

O ponto delicado dessa questão são as alternativas para as/os jovens das camadas pobres; mesmo que as jovens e os jovens interpretem que a gravidez na adolescência foi um projeto de vida escolhido, ao analisarmos a situação precisamos investigar a situação social: quais alternativas de escolhas, ou até mesmo conhecimento acerca de outras alternativas de vida essas jovens e esses jovens tinham em seu poder?

Para responder a essa questão, os três trabalhos a seguir lançam pistas para as políticas públicas: na pesquisa de Chacham et al. (2006), é observado que “a ausência de atividades de lazer está positivamente associada à maior probabilidade de gravidez, mas essa correlação somente é significativa para as mais jovens.” Pinho et al. (2013) sugerem que a falta de espaços de lazer, esporte e cultura para a população jovem mais pobre, ou a precariedade destes serviços, podem trazer o processo de exclusão pela ausência de oferta na ocupação do tempo livre, permitindo-lhes fazer o que gostam de forma produtiva. Verona (2011) aponta que as religiões criam atividades, grupos e eventos para jovens se envolverem com os assuntos da igreja e da comunidade, ocupando assim o tempo livre, dando sentido para a vida e exercendo controle social, diminuindo assim o risco de gravidez na adolescência.

Também queremos apontar, segundo Chacham (2010), “que a gravidez na adolescência não pode ser considerada uma fonte de problemas sociais”, pelo contrário, a hipótese é de que os problemas sociais levam a uma gravidez precoce, como sugere Brandão (2006), “a necessidade de reflexão acerca do contexto em que a gravidez na adolescência se torna um problema que mobiliza toda a sociedade”. (BRANDÃO, 2006, p. 62). Heilborn (2006), citando Alan (1999), também chama a atenção para as questões sociais envolvidas: “maternidade pode funcionar como uma estratégia racional de adaptação de um comportamento de risco ‘adolescente’ para papéis ‘adultos’ mais estáveis.” (HEILBORN, 2006, p. 84). Esses comportamentos acabam reproduzindo os estereótipos de gênero baseados na divisão sexual do trabalho:

Nas respostas dadas pelas entrevistadas ao questionário, observa-se que tanto as adolescentes e jovens da favela quanto as da classe média ainda reproduzem, no discurso, vários estereótipos de gênero, contudo as da favela apresentam uma posição mais tradicional do que as da classe média. Por outro lado, o conservadorismo tende a diminuir quando se trata de questões do espaço público (trabalho e renda) e a aumentar em questões do espaço privado (sexualidade) nos dois grupos. (CHACHAM et al., 2010, p. 17).

Em contrapartida, a regulamentação cultural é, acerca da gravidez na adolescência, considerada pelo modelo hegemônico como inapropriada, pois os adolescentes não estão preparados para esse evento, mas estudos apontam o contrário:

A concepção da paternidade na adolescência muitas vezes vista como inconsequente, descomprometida, foi refutada nesse estudo, uma vez demonstrou que os pais adolescentes assumiram o papel de pai conforme suas características e singularidades sendo apoiados por suas famílias. (MEINCKE; CARRARO, 2009, p. 90).

Entre jovens da nossa entrevista, percebemos o desejo de constituir família influenciado pelo tráfico de drogas. Em outras palavras, eles percebem que a família é a alternativa de vida acessível e aceita em seu meio. A normatização acerca das fases da vida não se concretiza para esses jovens, alguns “pularam” fases normativas de adolescência e entraram “antecipadamente” no mundo dos adultos.

3.3.1 O mundo dos adultos? Ou o “poder” possível?

José admitiu ter sido traficante e disse ter abandonado a atividade, mas ainda tem medo das pessoas do tráfico e da polícia, pois relatou que, no período da entrevista (dezembro de 2015), cinco de seus amigos foram mortos. Além disso, disse que houve ameaça de mais mortes na praça que frequentam vários rapazes do bairro, inclusive José e sua filha. Segundo ele, a comunidade suspeita que as mortes ocorreram por parte da polícia, mas foram oficialmente atribuídas ao chefe do tráfico local, mas as ocorrências coincidiram com o período em que este e seus principais “dirigentes” estavam presos. José relata que a paternagem o tirou da criminalidade, a filha lhe trouxe o medo de perder a vida, que antes não lhe era cara.

Ah, porque eu sempre fui envolvido com uns cara meio esquisito mermo que mesmo meu pai sendo da polícia... meu padrasto - sendo da polícia, meu pai é bandido mesmo - então eu sempre fui envolvido com uns povo meio esquisito mermo então agora tá todo mundo morrendo, até eu tô com medo até agora... (...) Ah, porque passou o cara aí da delegacia falando que têm mais três pessoas dessa praça pra morrer, morreu cinco colega meu já agora, desde semana passada. (JOSÉ, 18 anos)

José fazia seus “corre” antes de ser pai. “Corre” na linguagem do tráfico significa vender drogas, ele também disse que estava envolvido com roubos e que uma coisa está ligada a outra. José acredita que o fato de ter uma filha o livrou de continuar na criminalidade. José teve dois exemplos de pais, o padrasto e o pai biológico, seu padrasto foi o modelo de pai que as normas sociais reconheciam na sua época de infância, era o provedor, deu-lhe o sobrenome e proporcionou-lhe estudar em uma escola bem conceituada.

Wesley e Leandro acreditam que constituir uma família foi a única alternativa de vida para não se envolverem no tráfico, ambos relataram ter muitos amigos assassinados devido ao crime, e entendem que, no lugar onde cresceram, o tráfico e a criminalidade são quase um “destino natural”, conhecem poucos rapazes que nunca se envolveram nesse meio. Penetrando entre esses jovens conhecemos de perto suas realidades, e o que para os pesquisadores parece distante, para os jovens [o tráfico de drogas] é uma situação cotidiana nas suas vidas, como aponta Santos (2007): “A socialidade urbana pode escapar aos seus interpretes, nas faculdades; ou aos seus vigias, nas delegacias de polícia. Mas, não aos atores ativos do drama”. (SANTOS, 2007, p. 132).

Os jovens pais que encontramos são também atores desse drama. O nosso último contato, que não se encaixou no recorte – foi pai aos 19 anos – mas conversas com moradores da vila indicaram que era um traficante. É importante esse fato, pois estamos conhecendo a vida de pais jovens, muitos acreditam que ter sido pai os livrou da criminalidade, que poderiam estar mortos. Esse rapaz tinha um filho de dois anos, não foi investigado se já era traficante antes da paternidade, mas é um pai presente, separou-se da mãe da criança e fica com o menino todos os finais de semana, com o auxílio de sua mãe ele paterna. O fato é que a paternidade não o influenciou na condição de traficante. Uma cunhada do gerente do tráfico nessa favela forneceu relatos de rapazes que foram pais na adolescência, paternaram seu(s) filho(s), dando toda atenção, fazendo as atividades básicas do cuidado, mas, ao completarem 18 anos, foram presos. Vimos também a relação de José com seu pai biológico que, apesar de ser “bandido”, exerceu o papel de cuidador durante o período em que moraram juntos.

O caráter contingente das masculinidades perpassa pela vida dos nossos jovens, as atitudes hegemônicas de um modelo de traficante não alteram os papéis domésticos da paternagem. As relações com o cuidado da criança ocupam parte destes jovens, mas não podemos identificar, com este trabalho, que essa relação equilibrada com os cuidados ocorre também na relação com as parceiras, o fato é que esses rapazes se preocupam em cuidar de seus filhos aproximando-se de um “bom pai” do ideal contemporâneo, mesmo envolvidos com a criminalidade.

Percebemos também a ausência do Estado, tanto em política para os jovens quanto para a prevenção da criminalidade; onde não há controle do Estado, a sociedade se organiza de acordo com suas condições, e nas favelas essa organização é via tráfico de drogas. Mas nenhum desses jovens, nem mesmo o que diz ter participado da criminalidade, relatou o tráfico de drogas e a criminalidade como algo positivo; mas não podemos tirar conclusões a partir desses relatos, pois a presença da pesquisadora (alguém de fora que possa fazer um julgamento de valor) pode comprometer a fala do entrevistado. O que podemos perceber, no entanto, é o campo restrito de oportunidades de vida na percepção desses jovens, a maioria não relatou modelos de vida que uma cultura baseada em padrões burgueses idealiza, como por exemplo, uma carreira profissional bem-sucedida.

4 AS NORMATIZAÇÕES DE GÊNERO QUE SE TRANSFORMAM

4.1 Gravidez na adolescência x casamento

As entrevistas realizadas neste trabalho nos trouxeram uma observação pertinente às atuais normatizações de gênero, pouco tempo atrás percebíamos que, quando ocorria gravidez antes do casamento, era muito comum que os casais se casassem, uma prática cultural, a qual as famílias esperavam ou até mesmo cobravam. Em nossa pesquisa, observamos uma mudança nessas relações de gênero e família, pois, em nenhum dos casos, as famílias estimularam que esses jovens se casassem por conta da gravidez, os que se casaram foram por vontade própria. Seria preciso um estudo mais aprofundado para verificar outras variáveis para essa desnecessidade do casamento por gravidez. Mas, com os jovens do nosso estudo, a gravidez foi motivo para casar apenas para os jovens que quiseram se casar, entretanto, no caso de Wesley, eles foram morar juntos depois que a criança nasceu, e casaram-se oficialmente depois de alguns anos. Marcos e Leandro foram morar com suas esposas depois de alguns anos, quando tiveram uma casa própria. André, a companheira e o filho estão esperando uma condição financeira melhor, que permita pagar um aluguel para morarem juntos. Vinicius namora e não está pensando em se casar. Mesmo com as variações de valores entre as famílias, notamos que entre esses jovens a situação financeira foi a que mais influenciou para o fator casamento.

Esse fator casamento também não influenciou na paternagem, apenas Wesley foi morar com a atual esposa logo que a criança nasceu, os outros cinco pais exerceram a paternagem sendo pais solteiros. No caso de Leandro, a paternagem ocorreu antes do seu casamento, pois, ao casar delegou todas essas obrigações do cuidado para a sua esposa. Esse ponto nos sugere uma pergunta para novas investigações, inclusive para pais que se separaram e utiliza a guarda compartilhada: Há relação entre casamento e a paternagem? Avaliamos que esta seja uma questão relevante para investigação, devido às alterações nos arranjos familiares e também às mudanças na sociedade que influenciam no surgimento de uma nova divisão sexual do trabalho.

4.2 As normatizações na distribuição de papéis: divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho – percebida em todas as culturas humanas, a qual, responsabiliza as mulheres pelos cuidados do lar e dos filhos e atribui ao homem a vida pública – caracteriza uma forma de exploração e desigualdade de gênero devido ao seu princípio hierárquico, como apontam Hirata e Kergoat (2007):

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

As autoras destacam as dimensões da divisão sexual do trabalho que possuem caráter de separação, hierarquia, naturalização e universalização. Mas a naturalização fez dessa divisão um processo fortemente incorporado e arraigado tanto pelas mulheres como pelos homens, dificultando sua desconstrução. Então, a naturalização da divisão de tarefas continua até hoje “sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero”. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607).

Mesmo com toda a diversidade entre as culturas, o evento da gestação, que ocorre no corpo da mulher, foi utilizado para ligá-la à natureza e às atividades do cuidado, e ao homem, estabelecer-se na vida pública. Segundo De Barbieri (1993), essa divisão iniciou-se por conta do controle da mulher pelos homens em todas as esferas de sua vida, contrapondo-se ao poder que ela tem sobre a reprodução:

(...) o corpo feminino nas idades reprodutivas é valioso, e há aí um poder particular, específico do corpo das mulheres. Controlar o corpo das mulheres leva a dirigir o trabalho das mulheres de forma que nenhuma capacidade escape ao controle. Porque poderia acontecer que, sem ter controlada sua capacidade de trabalho, as mulheres tivessem a capacidade de dominar a sociedade ou exigir o reconhecimento de sua reprodução. (DE BARBIERI 1993, p. 6).

De acordo com Teresita De Barbieri, essa divisão ocorre devido ao receio dos homens quanto ao poder da mulher sobre a reprodução que ocorre em seu corpo. Esse poder também pode ser percebido por parte das mulheres que monopolizam a reprodução, como no exemplo do nosso entrevistado Marcos. Ele não assistiu ao parto por medo de sangue, mas no decorrer da conversa percebemos que a família da companheira monopolizou o evento do nascimento da criança. A história de Marcos nos primeiros meses de sua filha reproduz o que Lang nos sugeria, ou seja, o poder das mulheres em casa, e também De Barbieri (1993) mostrando a valorização do corpo feminino na reprodução. Esses dois corpos femininos – a filha e a namorada –, enquanto estavam no hospital, foram controlados pela mãe da moça. Marcos não podia ficar com a companheira, queria dormir com ela e a filha, mas avó materna da criança não deixou. Marcos confirma o que apontamos no terceiro capítulo, o pai adolescente é

invisível, não protagoniza o evento do nascimento do filho. Marcos só pegava a sua filha depois que higienizasse as mãos, mesmo assim com a avó e a bisavó da criança vigiando o tempo todo. Percebemos a classificação dos corpos, o pai biológico não pode se aproximar da sua filha ao nascer, as mulheres monopolizaram esses cuidados.

O exemplo de Marcos nos mostra como as mulheres não dão valor aos homens como cuidadores. Os significados assimétricos de poder estabelecem-se pelas diferenças marcadas no corpo e na sua funcionalidade, à qual denominamos homem e mulher, e foram vítimas de julgamento de valor, como aponta Ortner (1979): “certos dados de diferença somente adquirem significado de superior/inferior dentro da estrutura de sistemas de valores culturalmente definidos”. (ORTNER, 1979, p. 99). Por meio da linguagem, a significação desses valores produziu normas que autorizam e impedem homens e mulheres de frequentarem os espaços e neles realizarem atividades, e foi moldando características específicas de comportamento abstraídas pelos sujeitos e transformadas em norma que, por repetição, se reproduzem. Essa norma é uma medida e um meio de produzir um padrão comum. (BUTLER, 2003b).

A normatização, além de estabelecer socialmente modelos de direitos e obrigações do que é ser pai e do que é ser mãe, categoriza esses aspectos como masculinos e femininos. A apropriação da vida pública pelo homem e a associação da mulher ao mundo reprodutivo condicionou-a à vida doméstica, dividindo o mundo entre essas duas esferas normativamente naturalizadas como “intransponíveis”. Na história da humanidade contada predominantemente pelos homens, entende-se por poder o poder na vida pública, e a vida doméstica como subalterna. A abstração dessa história de poder masculino estabeleceu-se de forma legitimada na vida doméstica. Assim, com esquemas de normatizações diferentes, as culturas estabeleceram a divisão de papéis masculinos-homem e femininos-mulher de forma naturalizante, ou seja, naturaliza-se a “divisão sexual do trabalho”.

Além de essa divisão desvalorizar o “trabalho das mulheres”, ela é realizada gratuitamente, em caráter de servidão. Esses valores são variáveis e aplicados de acordo com as necessidades e com os valores que dominam uma sociedade, essas duas premissas vão determinar os papéis de mãe, pai e filho e a hierarquia que controla essa relação. Por exemplo, “o patriarcado⁴² é uma dominação de gênero e geracional” (THERBORN, 2006, p. 29).

A divisão sexual do trabalho sempre apresentou uma variedade de normatização de acordo com o tempo e o espaço, afetando as funções dos membros da família. Com a Revolução Industrial na sociedade ocidental gerando necessidade de mão de obra, esses valores começam

⁴² Tanto como em Therborn (2006) como em todo este trabalho, o patriarcado é entendido como um exemplo do sistema sexo/gênero. Mas essa dominação geracional também ocorre em outras culturas.

a adquirir novas normatizações. A procura por mão de obra e consumidores alterou a lógica da divisão sexual do trabalho para as mulheres. A industrialização sedenta de força de trabalho utilizou-se da ideia de naturalização feminina das tarefas domésticas e incrementa nas relações de gênero o novo componente opressor, passando a desconsiderar os serviços domésticos como trabalho, considerando-os como atividades inerentes à vida da mulher.

Essa naturalização das atividades domésticas como responsabilidade da mulher enquadra-se na lógica capitalista, ou seja, não interessam para o mundo dos homens as atividades domésticas, a exploração da mulher nesse espaço é rentável, na medida em que não há necessidade de gastos no trabalho reprodutivo e do cuidado. Inaugura-se uma dupla opressão das mulheres, como força de trabalho no sistema capitalista e como serviçal do lar. Em um mundo de valorização do dinheiro e da vida pública, ficou fácil estimular as mulheres a serem mão de obra para a esfera pública e terem *status* de consumidoras, mas sem abrir mão das tarefas domésticas nas quais estão autorizadas a ter poder.

Com a globalização, esse modelo de exploração espalha-se para outras culturas, alterando as relações de gênero, e suas consequências ainda têm muito a ser analisado de acordo com o gênero, e a quase totalidade de trabalhos sobre a globalização não leva em conta se a população afetada pelas mudanças foi a masculina ou a feminina. (HIRATA; ZARIFIAN, 2003). Sendo incorporadas como mão de obra para o mercado de trabalho formal, as mulheres ampliaram o espaço fora de casa, mas em casa a divisão de tarefas não teve avanço na mesma proporção. Mesmo que muitos homens participem hoje das atividades domésticas, ainda não se observa um grande impacto na divisão sexual do trabalho no espaço doméstico:

Porém se no início do século XXI as mulheres estão definitivamente nos espaços públicos do mundo do trabalho e da política, em nenhum país – nem mesmo no mundo nórdico – os homens compartilharam, na mesma proporção, os espaços privados e as responsabilidades da reprodução social(...). (ALVES, CORRÊA, 2009, p. 126).

Para a grande parte das mulheres no Brasil, o resultado dessa conjuntura foi uma situação desgastante, pela tentativa de conciliar o cuidado do lar e dos filhos com o trabalho fora de casa e as obrigações com o provimento da família, e ainda buscar um reconhecimento social tentando se encaixar em padrões de beleza. Uma grande parcela de mulheres brasileiras dedica todo seu tempo ao trabalho, no lar e fora dele, como afirma Bruschini (2006):

Ou seja, são aquelas que mais trabalham atualmente na atividade produtiva as que mais consomem seu tempo, no domicílio, na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho e dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e as profissionais. É forçoso reconhecer, por isso, a

necessidade de políticas sociais de apoio a essas trabalhadoras, sobretudo àquelas de mais baixa renda. (BRUSCHINI, 2006, p. 351).

O Brasil tem investido nos últimos anos na responsabilidade do governo de assumir os cuidados na educação infantil, com o objetivo de proporcionar condições para que as mães possam trabalhar e adquirir sua independência econômica, mas isso ainda não cobre todas as demandas quanto à quantidade de mães atendidas e também não atende todas as demandas que uma mulher tem para dividir os cuidados com as crianças.

Atualmente as demandas que requerem atendimento das mulheres são tantas que não há tempo para se pensar em uma alternativa de vida, além de não terem “repouso intelectual”, também não têm tempo para a Política. Muitas buscam, literalmente, “remédios para as suas dificuldades” (SANTOS, 2007). E esses remédios (tanto no sentido literal quanto no metafórico) impedem a organização de muitas mulheres na luta pela equidade de gênero.

4.2.1 A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero

A equidade de gênero é um ideal almejado por muitas mulheres, é um dos pontos fundamentais da luta feminista, depois de sua integração ao espaço público, reivindicam-se salários iguais e maior participação política, mas, para a mulher conquistar uma situação de igualdade de competição com os homens nesses espaços, é fundamental que tenha relações mais igualitárias no espaço doméstico. A esfera doméstica das famílias é idealizada pela cultura no sentido de cumprir os “devidos” papéis em modelo “ideal” de criação das(os) filhas(os) e dos cuidados com o lar. Mas há um aspecto bastante ignorado pela sociedade: é preciso reivindicar também a divisão de tarefas entre homens e mulheres na vida doméstica.

Segundo Badinter (2005), muitos homens reclamam que hoje sofrem opressão das mulheres, mas não perderam seus benefícios domésticos, e fazem de tudo para não os perder. Um dos privilégios da vida pública é o de não se sentirem responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos; na vida pública, concordam que os papéis são culturais, mas, na vida doméstica consideram os papéis como biológicos, ou seja, o órgão sexual faz da mulher uma serviçal do lar.

Com a sobrecarga de trabalho para as mulheres, a disputa com os homens no mercado de trabalho se torna desigual e o discurso da meritocracia invisibiliza essa desigualdade. Todavia, as mulheres estão conquistando esse espaço, mas a situação de trabalho ainda é precária, há uma intensa desigualdade salarial em prejuízo para as mulheres quando comparadas aos homens em cargos de chefia, esses cargos quando ocupados por mulheres ainda pertencem

aos tradicionais “guetos” femininos (BRUSCHINI, 2006). Em contrapartida, como a cultura autoriza as mulheres a terem poder no espaço doméstico, mesmo que alguns homens procurem uma maior participação no cuidado da casa e dos filhos, muitas mulheres ainda querem monopolizar essas atividades, não permitindo nem a “ajuda” de seus companheiros. Esse questionamento de papéis das mulheres e dos homens, ou seja, a divisão sexual do trabalho só foi percebida como tal pelo movimento feminista na década de 1960:

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (HIRATA, 2007, p. 597).

O movimento feminista, tanto como movimento político como na academia, começou a questionar todo esse sistema de opressão, a partir daí esses papéis começaram a se desnaturalizar, primeiramente, em busca do direito, para as mulheres brancas ocidentais, ao voto, ao trabalho assalariado no espaço público, entre outros. Os países nórdicos são apontados como os mais próximos dessa equidade, mas a antropologia nos mostra outros exemplos em países mais pobres:

Para que não pensemos que apenas as economias mais ricas podem atingir algo próximo a equidade de gênero, há também exemplos de economias agrícolas. Os Pigmeus Aka do Congo (Central Africano e do norte do Congo República), nos estudos de uso do tempo, mostram uma maior participação do tempo com pais, assim como as mães fazem. Antropólogos concluíram que esta equidade maior no cuidado das crianças emergiu dos tipos de coleta de comida e caça que os Aka tradicionalmente fazem, que é também igualmente dividido entre mulheres e homens. Isto é, homens podem e fazem a mesma coisa que as mulheres e vice-versa. (BARKER, 2010, p. 136).

No caso desses países, uma cultura de maior equidade na divisão sexual do trabalho não ocorreu por movimento feminista, ou por uma concessão do Estado, como na Suécia,⁴³ ou mesmo por um sistema econômico que pudesse se beneficiar da divisão mais igualitária. Segundo os antropólogos, a economia tradicional proporcionou uma divisão mais equilibrada, isso nos sugere que uma investigação na temática em populações tradicionais poderia nos dar mais exemplos de relações de gênero mais equilibradas.

⁴³ DE FARIA, Carlos Aurelio Pimenta. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. **Red Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000.

No Brasil, os dados revelam uma situação de acúmulo de papéis para as mulheres, a tabela a seguir mostra os arranjos familiares monoparentais, ou seja, apenas uma pessoa responsável e sua divisão por sexo:

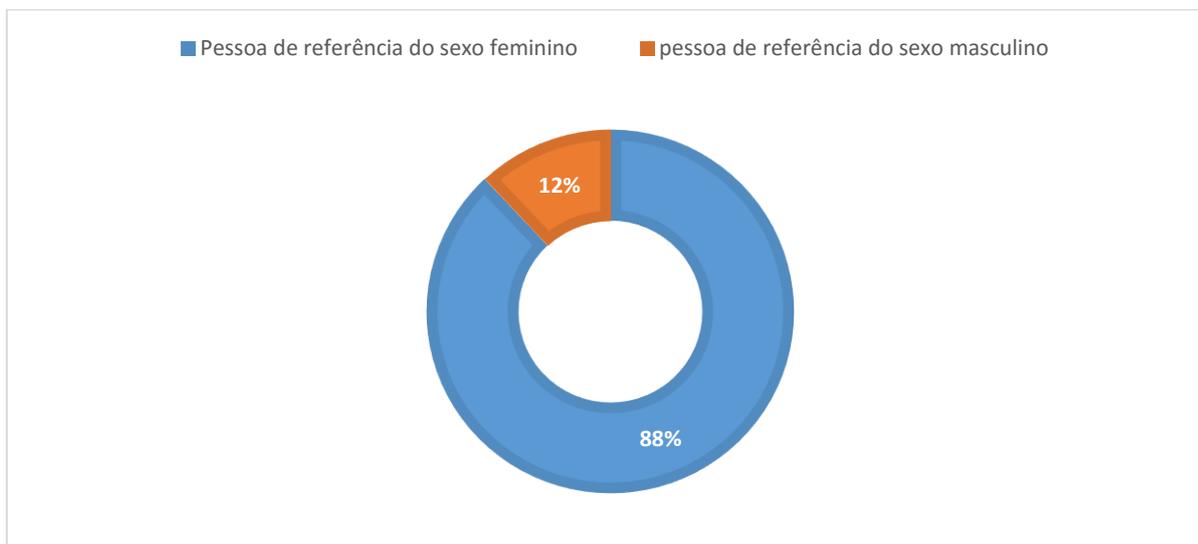
TABELA 1 - Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares monoparentais com filhos residentes em domicílios particulares						
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por sexo da pessoa de referência e grupos de idade (%)					
		Pessoa de referência do sexo masculino			Pessoa de referência do sexo feminino		
		Menores de 16 anos de idade	Menores e maiores de 16 anos de idade	Maiores de 16 anos de idade	Menores de 16 anos de idade	Menores e maiores de 16 anos de idade	Maiores de 16 anos de idade
	12 802	3,1	0,9	7,7	29,8	10,1	48,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Independentemente da idade dos filhos, os dados revelam que as mulheres são majoritariamente a pessoa de referência da família em arranjos monoparentais, ou seja, nos arranjos com apenas uma pessoa de referência. Podemos relacionar esses dados aos fatores separação conjugal, o que nos leva a inferir que a mulher ainda é a responsável pelo cuidado dos filhos, independentemente da idade. Para se ter uma dimensão da desigualdade de gênero no ambiente doméstico, vejamos agora no Gráfico 3 como fica a somatória da porcentagem de famílias com apenas uma pessoa responsável dividida por sexo:

GRÁFICO 3 - Arranjos monoparentais com filhos (pessoa de referência por sexo) 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013

Nos arranjos monoparentais com filhos, supostamente, existe apenas uma figura para a função de provedor/a e cuidador/a, esse gráfico nos revela então a sobrecarga dessas funções para as mulheres sendo que 88% desse tipo de arranjo familiar são liderados por elas, e apenas 12% por homens. Quando observamos na tabela 1 o recorte por idade dos filhos (menores de 16 anos), a referência masculina é de 3,1% com crianças menores de 16 anos, o que pressupõe maior dedicação para cuidar e prover. Fazendo o recorte desses 3,1% de famílias, temos a implicação de que esses pais (homens) exercem a função do cuidado, ou seja, a paternagem, pois é uma família monoparental.

Essa taxa nos mostra que a naturalização da maternidade ainda se faz presente no dia a dia do cuidado, na mídia, nas instituições relacionadas à família como escola e equipamentos de saúde, dentre outros; em contrapartida, observamos no senso comum que quando uma pessoa do sexo feminino abdica da função do cuidado da criança em favor do homem, os julgamentos negativos a essa mãe são extremistas, sendo que o pai não recebe nenhuma acusação quando ele não cuida.

A OIT⁴⁴ tem se preocupado com essa desigualdade de gênero no espaço doméstico e aponta que os países se orientem em fornecer uma educação para a divisão igualitária das atividades familiares:

A Recomendação Nº 165 (Parágrafo 11(b)) obriga as autoridades nacionais competentes a “promover uma educação que incentive uma partilha mais igual das

⁴⁴ Organização Internacional do Trabalho.

responsabilidades familiares”. A mudança dos papéis tradicionais dos homens e das mulheres é uma preocupação expressa no Preâmbulo da Convenção Nº 156 no seguimento do Preâmbulo da Convenção das NU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979). (OIT, 2007, p. 66).

Esse documento da OIT ainda propõe que a investigação das masculinidades seja focada nos “papéis em transformações dos homens e rapazes” sugerindo a adaptação de horários de trabalho e os modelos de carreiras para permitir aos homens desenvolver relações mais próximas com os seus filhos. Além disso, a OIT ressalta uma atenção imediata às “medidas que desafiem e alterem as expectativas dos homens e rapazes contemporâneos”. (OIT, 2007, p. 66).

O pai adolescente que cuida não é uma situação comum de se identificar, vivenciamos esse fato na nossa pesquisa e também de acordo com a pesquisa de Faustino e Hardyii (2007), referente à paternidade na adolescência, “identificaram-se estereótipos de gênero em que se destacavam papéis de líder, provedor e ativo sexualmente, bem como a rejeição a ser cuidador.” (FAUSTINO; HARDYII, 2007, p. 565). As autoras também observam que “os homens não são os atores principais dos processos reprodutivos.” (FAUSTINO; HARDYII, 2007, p. 566).

No modelo de sociedade ocidental moderna, além dos papéis que homens e mulheres ocupam originando a divisão sexual do trabalho, também existem os papéis determinados para cada fase da vida diferentes entre as classes sociais. As meninas, mesmo que desde a infância, são treinadas para serem mães, nas classes médias e altas, não é ideal a gravidez na adolescência. Já nas camadas populares, esse fato não é visto como um problema entre seus pares. Mas, quando a gravidez ocorre nesse período, ela pode, em alguns casos, antecipar a divisão sexual do trabalho. Estudos mostram que as meninas comprometem sua escolaridade, sua carreira profissional e, conseqüentemente, suas condições de vida, a partir de uma gravidez na adolescência, e que demanda políticas públicas que possam amenizar essa desigualdade, como propõe o IBGE:

Uma vez que a maternidade pode atrasar ou mesmo interromper o processo de escolarização da mulher, percebe-se a necessidade de políticas públicas relacionadas ao cuidado de crianças voltadas para essas jovens que já tinham filhos e desejavam retornar ou mesmo não interromper os estudos devido à maternidade. (IBGE, 2013).

Percebemos que essa necessidade identificada pelo IBGE remete para a criação de políticas no sentido de evitar que a maternidade prejudique a escolaridade das adolescentes. Nessa sugestão não há menção na responsabilidade dos meninos pelo cuidado, nem mesmo impactos que a paternidade gera em suas vidas. Destacamos aqui a naturalização feminina do cuidado, pois o próprio IBGE – órgão governamental – remete ao Estado as questões do cuidado com as crianças do que questionar e propor a participação do pai nessas funções. Como vimos,

maternar e paternar são uma questão social que perpassa entre local e o global. E em todas as esferas, o pai, quando muito, o pai é papel coadjuvante.

É consenso nos discursos de família – até mesmo discursos divergentes – a necessidade da aproximação do pai com as crianças. Entretanto, entre esses discursos, muitos defendem a manutenção da presença do pai como provedor e da mãe como cuidadora. Esse estudo debate não a inversão de papéis, mas uma fluidez nessas responsabilidades de acordo com as condições e negociações dos parceiros e não com a divisão por sexo/gênero.

Pela literatura, percebemos que a divisão sexual do trabalho é fortemente presente quando se trata da gravidez na adolescência. Lyra e Medrado (2000) observaram que nas pesquisas os dados sobre gravidez na adolescência “constituem, inclusive na demografia, experiências humanas atribuídas culturalmente às mulheres, incluindo muito discretamente o pai”. (LYRA; MEDRADO, 2000, p. 155). O foco da discussão da gravidez na adolescência é protagonizado pelas meninas, ou seja, a maioria dos estudos e dados a respeito da gravidez na adolescência e até mesmo de fecundidade no geral, é baseada na situação das mulheres. Outro aspecto dessa conjuntura é o fato de que a maioria das mães adolescentes não vive com o pai da criança e que esses pais, muitas vezes, são também adolescentes (HEILBORN, 2006). Essas adolescentes não se “autorreproduzem” e, provavelmente não fizeram inseminação artificial.

Nossa investigação aqui é acerca desse pai adolescente e seu envolvimento com o cuidando de sua criança, mesmo que estes pais não vivam junto com as mães da criança, cuidando eles podem contribuir para diminuir o peso dessa responsabilidade para as mulheres. Levandowski (2001) conclui em seu estudo da literatura acerca da paternidade na adolescência: “percebe-se que o tema da paternidade adolescente parece ser apenas novidade tanto internacionalmente como no Brasil, apesar do grande número de gestações adolescentes apontadas pelas estatísticas a cada ano.” (LEVANDOWSKI, 2001, p. 207). A autora também aponta a necessidade de investigar a relação do pai adolescente com o seu bebê (LEVANDOWSKI, 2001, p. 206).

Os meninos adolescentes são culturalmente estimulados a fazerem sexo, mas, quando ocorre uma gravidez, eles ficam esquecidos pelos setores sociais, que “têm assumido posturas diversas, e por vezes, contraditórias frente a esta atividade sexual: estimulando-a, como expressão de masculinidade e poder, controlando-a, em função de riscos para sua saúde física e inserção social.” Não é ofertado atendimento para esses jovens, sendo que a gravidez para o pai adolescente pode fazer com que uns “sumam” e outros “assumam” a paternidade, “enfrentando dificuldades por não encontrar apoio”. (LYRA, 1997a, p. 14). Quando se pensa em equidade de gênero é importante abordar a situação dos meninos, e ao discutir a gravidez

na adolescência não se pode esquecer que a criança tem um pai responsável pela sua existência, segundo Medrado et al. (2008) é negada a paternidade na adolescência:

Em nossa sociedade, a experiência da paternidade na adolescência constitui um não lugar nas instituições que, direta ou indiretamente, lidam com a população juvenil. O aprofundamento de reflexões e conhecimentos - teóricos, políticos e empíricos - nos impulsionou a problematizar este lugar social negado à paternidade na adolescência. A literatura sobre paternidade na adolescência levou-nos a vislumbrar a importância e a necessidade de ações voltadas para esses adolescentes que se tornam pais, a fim de que possam ser efetivamente considerados sujeitos de direitos em nossa sociedade. (MEDRADO et al, 2008, p. 6).

Cabral (2003) também nos mostra que, ao questionar adolescentes acerca de assumir a paternidade, ela observa que “vinculado ao ‘assumir’ encontra-se a função de prover.” Nunes Bueno et al (2012) acrescentam: “A família, muitas vezes por julgar o adolescente incapaz de realizar o cuidado com o filho, acaba assumindo as responsabilidades do cuidado, impedindo o exercício da paternidade. ” (BUENO et al, 2012, p. 318).

A divisão sexual do trabalho doméstico se reproduz através dos filhos de ambos os sexos. A análise quantitativa revela que na faixa etária de 10 a 14 anos 46% dos meninos declararam cuidar de afazeres domésticos, mas a participação das meninas é muito superior – 78% – em 2006.

A renda e, principalmente, a escolaridade têm efeito sobre a participação de homens e mulheres nos afazeres domésticos. (BRUSCHINI, 2013, p. 284).

Bruschini (2013) explica que as mulheres de maior escolaridade participam menos das atividades domésticas no ambiente familiar, e para os homens isso ocorre ao contrário. A mudança de paradigma da desnaturalização da maternidade poderá ser um caminho para criarmos uma cultura do cuidado como necessidade, habilidade e responsabilidade de todos os seres da nossa espécie. Pensando também no cuidado das outras espécies até o cuidado com o planeta, pois o descaso com o cuidado está abalando a vida de cada uma/um.

Entretanto, o cuidado das crianças, nem sempre foi uma preocupação na cultura brasileira, segundo Costa (1999). Na colônia e império havia os escravos e escravas que faziam o serviço de casa das famílias ricas, a senhora branca ficava por conta da administração desse lar, mas a preocupação era defender a propriedade dos senhores, não havia preocupação com o interior das casas. Os homens ricos não trabalhavam nem dentro nem fora de casa. As antigas regras e rituais de cuidados e purezas⁴⁵ foram racionalizadas e passamos a adotar comportamentos de cuidados e limpeza aconselhados pela Ciência por meio do movimento

⁴⁵ DOUGLAS (1991).

médico-higienista,⁴⁶ a ordem médica introduz os deveres das funções domésticas na vida das famílias e dos cuidados, o centro da família que antes era o pai (homem), agora passa a ser as crianças. Os médicos ditam as regras para as mulheres seguirem a sua ‘natureza’ de cuidar e amamentar. Aos pais é atribuído o papel de trabalhar e sustentar a família, dando uma boa condição de vida aos filhos, e essa “boa condição de vida” era determinada pelo poder médico (COSTA, 1999). Badinter (2005) confirma a predominância desse argumento médico atualmente, ao analisar a sociedade francesa, ela destaca que as mulheres, até hoje, não podem ter dúvidas sobre a maternidade como na década de 1970, ou seja, culturalmente a gravidez volta a ser um destino para as francesas.

Costa (1999) também aponta para os comportamentos que emergiam por meio da repetição de modelos. Para ele a norma médica foi orientando as famílias, em busca da higienização, para um comportamento que, automaticamente, favorecia o poder vigente. Ele mostra que as famílias ricas produziam o modelo orientado pelos médicos, e as famílias pobres o copiavam. Surge então a economia do cuidado, que antes não existia. Para ele, foi uma estratégia política manter os homens e as mulheres dóceis e preocupados com seu espaço doméstico e sem interferir na esfera pública contribuindo para a manutenção do poder vigente. O movimento de higienização também impôs um modelo burguês como ideal de família, ou seja, a maneira “correta” de se conduzir as ações dos integrantes da família baseada nas normas médicas.

Mas essas normas fazem parte de um “ideal regulatório que nunca é plenamente alcançado dado à própria instabilidade da norma.” (VALENTE, 2011, p. 131). Assim como a adolescência que também é uma categoria criada para designar um período da vida que nem sempre existiu ao longo da história, segundo Arriès (1981), ao até mesmo não exista para algumas parcelas da população. Então a adolescência e juventude “correspondem uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais foram adquirindo denotações e delimitações diferentes.” (LÉON, 2009, p. 48).

Para nossos jovens da pesquisa a percepção e experiência da divisão sexual do trabalho, aparentemente estão caminhando no sentido da equidade, em medidas diferentes. Para André, o cuidado e as despesas da criança são divididos igualmente entre os dois, na medida do possível de cada um, pois a empregabilidade oscila tanto para ele quanto para ela. Vinicius e Leandro

⁴⁶ Movimento baseado nas normas da medicina que chegou ao Brasil no final do século XIX e início do XX. Essa ideologia baseava-se na preocupação com a saúde pública por meio da adoção de novos hábitos higiênicos e sanitaristas, estabelecendo então novas normatizações para cada um dos membros da família. (COSTA, 1999).

acham que as mulheres cuidam melhor das crianças devido ao fato de passarem mais tempo com elas, então “ficam mais acostumadas”; já Marcos, por ter um sogro enfermeiro que ficou criando os filhos depois da separação, não percebe diferença entre os cuidados do pai e os da mãe, na sua fala fica claro que ele entende ser uma questão cultural, pois ele gostava de fazer as atividades de casa e seus pais não deixavam.

Em relação à divisão sexual do trabalho, André e Wesley pensam que têm que dividir igual. Leandro, apesar de já ter paternado, vive hoje uma relação de família nuclear com os papéis tradicionais, é apenas provedor e se orgulha disso, mas a esposa de Leandro está “pedindo” para trabalhar fora e ele está pensando se deixa ou não, ele entende que ela quer ter o seu próprio dinheiro, mas acha que, na situação em que se encontram, não há essa necessidade.

José reconhece o empoderamento feminino, o difícil em ser mulher para ele é quanto às dores do parto, visão que deve ter sido construída pelo seu acompanhamento no parto da filha. Mas ele percebe que as mulheres estão conseguindo uma estabilidade financeira e conquistando uma situação econômica mais favorável do que muitos homens. Entretanto, ele afirma que não conseguiria exercer o papel apenas de cuidador da casa e da criança tendo uma mulher para sustentá-lo, imagina que seria muito ruim uma vida assim. Sua visão de casal é a divisão dos cuidados e das despesas, acha que é injusto sustentar uma mulher para que ela cuide da casa e dos filhos. Sua preocupação é não ter um relacionamento no qual a mulher “explora” economicamente o marido, ele disse: “eu sustento a casa pra essa mulher aqui”, referindo-se à sua filha, e completa: “cada um tem que cuidar das suas coisa”. Como seus costumes familiares não se preocupam com as tarefas de casa, então ele acha injusto para o homem a tradicional divisão sexual do trabalho.

Percebemos então que as desigualdades perpassam o masculino e o feminino, homens e mulheres, classes e gerações. Aprofundando o estudo sobre a equidade de gênero no espaço doméstico, descobrimos que essa situação é também desigual para os homens, sobretudo para os pais adolescentes que, pela condição de classe, não vivenciam a “adolescência hegemônica”, principalmente por falta de alternativas.

4.2.2 Interseccionalidade: a reprodução das desigualdades

Entretanto as categorias classificatórias não são um fenômeno independente, para serem entendidas adequadamente, não é possível divorciá-las do contexto sócio-político, mais amplo em que são usadas, pois é este que lhes dá significado simbólico. (STOLCKE, 1991, p. 110).

Interseccionalidade, também chamada de categorias de articulação, tem o objetivo de “oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. ” (PISCITELLI, 2008, p. 266). Nos estudos de gênero, especificamente no Brasil, não é possível pesquisar as desigualdades de gênero sem abordar as categorias que articulam com essa desigualdade: classe e raça.

Entre um homem branco rico e um homem negro pobre, há um sistema de opressão que Haraway (2004) identifica como “parte do sistema de relações racial-hierárquico” (HARAWAY, 2004, p. 245). Essa hierarquia no sistema sexo-gênero a qual Haraway destaca não se constitui apenas entre homens e mulheres, além da raça ela também é fortemente demarcada pela situação de classe. Essa situação de classe perpassa todo o ciclo de vida do sujeito, mais ainda, as situações da infância e da adolescência darão direcionamento às outras etapas da vida.

Com o processo de globalização do capitalismo, a vida cotidiana foi condicionada à ditadura do dinheiro (SANTOS, 2007), então a situação econômica está acima das relações sexo/gênero/raça, sendo que a sua posse não elimina a desigualdade dentro dessas categorias. Ou seja, a classe social tem poder sobre as condições de gênero e raça, mas, no interior do agrupamento de uma classe econômica homogênea, a condição racial e as desigualdades de gênero mantêm-se solidamente.

No caso do Brasil, temos a “divisão social, sexual e racial no trabalho do *care*” (KERGOAT, 2010). Para as mulheres negras, a divisão sexual do trabalho teve mais impacto do que para as mulheres brancas. Desde a escravidão, tinham que cuidar de seus filhos e dos filhos das mulheres brancas. Sendo livres, também precisavam trabalhar na informalidade e de forma precária, como empregadas domésticas, babás, vendendo produtos na rua ou vendendo seu corpo. As mulheres negras não precisaram lutar para ingressarem no mercado de trabalho, mas ingressaram com trabalhos extremamente precários, quadro que permanece inalterado nas estatísticas atuais: elas compõem a parcela de menor salário no país. Segundo De Carvalho et al. (2006), o salário das mulheres negras é praticamente metade do salário das mulheres brancas. Os salários dos homens negros também estão abaixo do salário das mulheres brancas. Quando tratamos de dominação, essa demarcação faz toda a diferença, pois, como exemplifica Donna Haraway (1993) sobre o patriarcado estadunidense, ao pensarmos em hierarquias de trabalhos, podemos inferir haver esta situação no Brasil: “No patriarcado branco norte-americano, as mulheres livres eram trocadas num sistema que as oprimia, mas as mulheres brancas herdavam mulheres e homens negros”. (HARAWAY, 1993, p. 286).

Ainda hoje temos muitas mulheres brancas brasileiras atuando como “agentes dominadoras” para com mulheres de outras “classes” e “raça”. Essa ilusão de poder dificulta a mudança de uma relação social sexista que ainda se faz arraigada. Apesar de os estudos recentes terem abolido a ideia de “raça” para a espécie humana, as sequelas dessa categorização estão enraizadas nos comportamentos das relações sociais, que no Brasil são caracterizadas pela cor:

A característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro é negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incomodar a comunidade branca. (RIBEIRO, 1995, p. 225).

Destaque-se que esse racismo brasileiro é velado, naturalizado e um dos maiores marcadores da desigualdade social. A mesma cultura da meritocracia é aquela que naturaliza as três categorias, a classe, a raça e o gênero, construindo assim uma estratégia eficaz para a perpetuação dessas desigualdades.

A questão do cuidado das crianças de algumas mães brancas que trabalham fora de casa foi amenizada e, por isso, a desigualdade de gênero foi perpetuada devido ao fato de essas mulheres terem as mulheres negras para realizar essas atividades. Essa relação de patroa-empregada, respectivamente mulher-branca/mulher-negra, configurou uma falsa dominação das primeiras em relação às segundas, como analisa De Barbieri:

Os contextos de alta dominação masculina, esta pode ter como agente dominador certas e determinadas mulheres; ao investi-las de autoridade, o sistema cria uma zona de incerteza, divide as mulheres enquanto gênero, impede alianças, impede a constituição de oposições coesas e se legitima como dominação. (DE BARBIERI, 1993, p. 9).

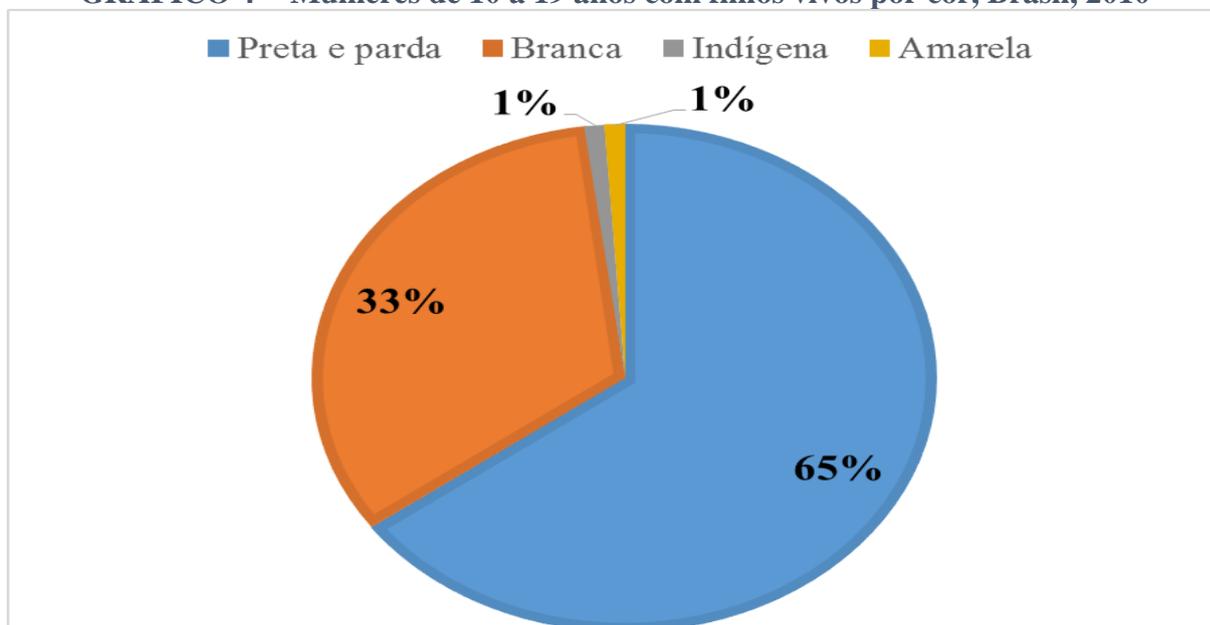
Esse caminho se perpetuou e ainda se perpetua para a resolução do cuidado com as crianças, impossibilitando a essas mulheres negras uma ascensão econômica e social. Em contrapartida, impossibilita o debate da equidade de gênero no espaço doméstico. Essa relação vai se estendendo, pois, segundo a OIT (Organização Mundial do Trabalho), a condição de mulheres trabalhando no espaço doméstico em situações precárias, e a maioria negra, tem permanecido estável no Brasil:

A população negra concentra-se em atividades mais precárias do que as da população branca e com menor proteção social. O trabalho doméstico é predominantemente feminino e absorve 17% das mulheres ocupadas; dentre elas, a maioria é negra. O que agrava essas desigualdades é sua estabilidade ao longo do tempo: elas praticamente não se alteraram na última década. Com isso, constata-se que a condição de informalidade e precariedade das situações de trabalho e ocupação dos negros e das mulheres tornou-se uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro.

(MORAIS, 2010, p. 83-84).

Muitas vezes, essas mulheres negras estão cuidando dos filhos das mulheres brancas e, para as que têm filhos, muitas vezes estes são criados sozinhos. Quando ocorre a gravidez na adolescência, as meninas, na maioria das vezes, precisam trabalhar para ter uma renda e sustentar a criança. O Gráfico 4 mostra que mais da metade da gravidez na adolescência ocorre entre as mulheres pardas e negras, ou seja, são essas mulheres que mais enfrentam as consequências desse tipo de gravidez, comprometendo uma carreira profissional que poderia lhes garantir melhores condições de vida.

GRÁFICO 4 - Mulheres de 10 a 19 anos com filhos vivos por cor, Brasil, 2010



Fonte: Censo Demográfico (2010)

O ciclo vai se perpetuando, essas meninas geram crianças pardas e negras que crescem em condições precárias, pois as mães não puderam obter uma formação escolar que permitisse o acesso a uma carreira econômica mais rentável. Quando meninas, sabemos que muitas repetem o ciclo, e, quando meninos, nossa hipótese é que reproduzem este ciclo ou partem para a marginalidade.

Quando ocorrem políticas de ações afirmativas para diminuir essa desigualdade, há uma forte tendência do senso comum de criticar essas ações, primeiro porque ferem os direitos individuais, no caso dos Estados Unidos, segundo, porque, no caso do Brasil, o discurso contra essas políticas apoia-se na ideia da meritocracia. O estudo de Jaccoud (2008) esclarece a importância da escolaridade para a população negra:

Dentro da escola, outros fatores se somam ao legado da origem social conspirando contra o sucesso dos alunos negros. Para os negros, a passagem pelo sistema educacional é ainda mais importante que para os brancos, pois essa é a única forma pela qual podem eventualmente superar as desigualdades de origem, qualificando-se para aproveitar os canais de mobilidade ascendente. Mas o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades de origem e não a contrapor-las. (JACCOUD, 2008, p. 95).

A autora faz uma análise do debate teórico acerca do racismo no Brasil e mostra que alguns autores apontam as evidências de que a probabilidade de um negro nascer pobre é bem maior que a de um branco. Como a gravidez na adolescência ocorre com os mais pobres, a mobilidade social ascendente para os pais adolescentes negros e pobres fica mais difícil de se vislumbrar.

Essas relações de poder configuram as relações sociais e entrelaçam-se, classe-raça-gênero são interdependentes, as três possuem padrões ideais. Mas a situação de classe tem um maior peso sobre as outras: eliminando-se o sexismo, o racismo e a homofobia, não se resolveria a situação da população pobre, bem como resolvendo-se os problemas de desigualdade econômica ainda existiriam esses preconceitos. Nancy Fraser (2003) sugere analisar o problema que pesa mais na sociedade para resolvê-lo em busca da justiça. Para o problema de *status*, reconhecimento, e para o problema de classe, redistribuição. No Brasil, classe e raça estão condicionadas pela história e, nesse caso, Fraser sugere as duas ações. (FRASER; HONNETH, 2003).

Para superar a desigualdade de gênero, as mulheres saíram de casa e foram buscar sua independência econômica. Apesar de muito dessa desigualdade permanecer, as relações entre os gêneros estão se transformando e, quando o pai divide os cuidados com a mãe, para que ela possa também investir na sua carreira, aos poucos ela pode conseguir esse reconhecimento, sem que isso pese tanto em seus ombros.

Toda a nossa discussão baseada na literatura da intersecção de classe e raça no Brasil comprova-se neste trabalho. André, em melhor situação econômica e escolaridade, declara-se branco, os demais declaram-se pardos. Percebemos em todas as histórias que a cultura da família de André é a cultura da classe média brasileira, é uma classe que almeja ascensão. Marcos conseguiu uma ascensão por meio da cultura de sua esposa, branca, família com alta escolaridade e situação financeira estável.

Os demais que se declaram todos pardos são de camadas populares e, como já descrito anteriormente, com poucas perspectivas de escolhas para o futuro, estes não consideram que “perderam” a adolescência, pois esta não existe nos moldes da adolescência hegemônica.

Quanto à paternagem, as intersecções de classe, raça e escolaridade não foram relevantes nesta pesquisa, pais pardos, das camadas populares e com baixa escolaridade, paternam seus filhos com satisfação em relatar essa relação.

4.3 A percepção do pai adolescente de sua paternagem: um caminho para equidade?

A seguir, desemaranharemos os conjuntos de funções que envolvem o adolescente paternando. Faz-se necessário destacar, mais uma vez, que a paternagem neste trabalho não se refere ao sentido de Chodorow (1999), ou seja, aquele papel de pai social que registra a criança e tem a função de prover suas necessidades materiais. Utilizamos para o pai o sentido que Chodorow atribui à maternagem para as mães, desnaturalizando as atividades do cuidado pela mulher e entendendo que essas atividades podem ser culturalmente aprendidas e que, no caso das meninas, as ações do cuidado são aprendidas por meio da educação, desde os primeiros brinquedos. Os pais adolescentes deste trabalho não seguiram o caminho da paternagem por estímulos das brincadeiras da infância, pelo contrário, todos eles brincavam de bola, como se espera em uma educação binária de gênero, apenas Leandro brincava na rua com meninas, e Marcos brincou com sua atual esposa durante a infância no prédio em que moraram, mas não eram brincadeiras demarcadas por gênero.⁴⁷ As crianças ainda são educadas nessa perspectiva binária, as mulheres são treinadas para assumirem esse papel do cuidado, e os meninos não “podem” exercer essas funções para não comprometerem suas masculinidades:

O máximo que se permitia era atender irmãos ou primos enquanto a mãe ou a tia trabalhava. A falta de oportunidade para exercitar o cuidar durante a infância se reflete na atitude negligente ou omissa dos adolescentes em cuidar de si mesmos e de outros. (FAUSTINO; HARDYII, 2007, p. 568).

Entendendo o cuidado como ação, e que as ações são classificadas pela linguagem entre masculino e feminino. Porém essa classificação varia ao longo do tempo, cada vez que os agentes cruzam as fronteiras das categorias de gênero novos modelos de comportamento vão surgindo e novas regras vão aparecendo, essas ações hoje estão mais próximas dos homens.

Nosso trabalho se preocupa com a desigualdade de gênero nas ações dos cuidados com as(os) filhas(os). Nossos adolescentes deram um passo para diminuir as desigualdades de gênero no ambiente doméstico. Uns mais, outros menos, em períodos diferentes, mas todos participaram das ações do cuidado, ou seja, todos exerceram, em certa medida, a paternagem.

⁴⁷ Exemplo: meninas brincando de casinha e boneca e meninos de bola e carrinho.

As influências para tais ações não podem ser generalizadas, pressupostos de uma renda melhor e alta escolaridade como favorável ao exercício da paternagem são desmistificados neste trabalho, visto que nossos adolescentes são de camadas populares e, dos seis pais entrevistados, apenas André possui Ensino Médio completo.

André, pelo seu histórico, sempre viu homens participando das tarefas de casa e participou ativamente destas – além da cobrança da mãe –, para ele foi extremamente natural paternar, sem irmãs – apenas com irmãos – os trabalhos da casa eram divididos para todos. Com a chegada do filho, aos quinze anos de idade, e a cobrança da família, André buscou aprender a trocar fralda, dar banho, fazer comida, e passava uma parte do dia com a criança.

Preparava o almoço pra ele com legumes que ele gosta muito, o arrozinho dele, feijãozinho. Então ele chegava, eu dava comida ele... punha ele pra ver a televisão dele, que ele gosta de assistir, ensinava os dever... eu que ensino o dever dele. E chega, mais ou menos umas duas, três horas, eu pego ele, levo, dou banho... e quando ele volta do banho, eu já deixo a mamadeira pronta, ponho ele na cama e ele tira o cochilinho dele da tarde... depois ele volta, a gente faz algum dever dele ou então eu ensino alguma coisa pra ele... escrever o nome, essas coisas e deixo o tempo dele mais livre pra poder brincar, fazer as coisas de criança mesmo: soltar um papagaio... alguma coisa assim. (ANDRÉ, 2015).

Até hoje André se encarrega dos horários da criança, mesmo que esta more com a mãe, ele paterna. A divisão provedor/cuidador entre ele e a companheira é equilibrada, e mesmo deixando o filho uma parte do dia na escola, o pai e a mãe da criança fazem questão de passar um período com ela cada um, dividindo o tempo de modo que a criança – no contraturno da escola – fique com um ou com o outro. André preocupa-se com a vida escolar de seu filho, ele é quem acompanha e cobra os deveres de casa, e se sente responsável por uma educação moral, mostrando, nesse caso, não condizer com os pressupostos de muitas instituições que apontam a gravidez na adolescência como um “problema” pela falta de responsabilidade dos pais – pai e mãe – adolescentes.

Como a namorada de André já havia cuidado do irmão mais novo, ela sabia como cuidar de um bebê e ensinou todas essas atividades para André, mas para educar da criança ele se inspira na educação que sua mãe dava a ele e aos irmãos:

A minha mãe. Ela cobra muito educação, ela cobra muito escola, ela não aceitava nota ruim. Então ela era assim, igual eu e meus irmãos tinha costume de jogar bola, cê só podia jogar bola se sua nota tivesse boa na escola. Então eu uso mais é o exemplo dela. (ANDRÉ, 2015).

Vinicius paternou por necessidade, devido ao estado de saúde de sua companheira, as enfermeiras o ensinaram a cuidar da criança. Ele também relatou o exemplo de seu irmão mais velho, que teve um filho antes dele e, como não morava com a mãe da criança, passava alguns dias paternando o filho. Hoje, o filho de Vinicius vai todos os dias à sua casa. Eles passam uma boa parte do dia juntos, também com a presença da sua companheira; nesse período ele só não faz a comida, mas as outras atividades são por sua conta, e ele aproveita também esse tempo para jogar bola com o filho – já que está desempregado, ele tem mais tempo livre para cuidar e passar momentos de lazer com a criança.

Sem muitas perspectivas, aos 20 anos começou a procurar emprego. O início de sua vida como pai levou o jovem casal a adaptar-se a essa situação na qual Vinicius faz tudo em relação aos cuidados da criança quando os três estão juntos, foi o que ele aprendeu e o que o autorizaram a participar.

O caso de José é que mais nos chama a atenção, visto que vivemos em uma sociedade ainda relativamente marcada por uma separação dos papéis de gênero, ele não aceitou ficar sem sua filha, a mãe da criança queria deixá-la com os avós maternos no interior. José não aceitou essa proposta e se beneficiou da mudança na legislação que define a guarda compartilhada como prioridade entre casais que não vivem juntos.⁴⁸ Mesmo sem estar ciente da atual legislação, José procurou o Conselho Tutelar para saber dos seus direitos com relação à guarda da filha. Recebeu as orientações e, contando com os olhos cheios de lágrimas, foi buscá-la para morar com ele. “Todos dois têm o direito... aí eu fiquei doido né?” (JOSÉ, 2015). No caso de José, é importante destacar o papel da legislação brasileira, que permitiu que a criança ficasse com o pai. Nesse caso, a legislação antecipa a cultura, como José não sabia dessas mudanças, é provável que muitos pais também não saibam e fiquem às margens das decisões tomadas em relação à vida da criança, deixando que as mães monopolizem a situação e contribuindo apenas com a pensão alimentícia e a convivência se restringe a alguns finais de semana. Essa situação remete todo o peso das responsabilidades e decisões para as mães e libera os pais desse compromisso, causando desigualdade de gênero para ambos, pois a criação de um filho é uma relação de poder, e no caso da maioria das crianças que vivem com as mães, estas possuem o monopólio desse poder, ou seja, o peso das obrigações é compensado pelo exercício do poder.

Ligamos para José marcando a entrevista para um domingo de manhã. Ele combinou de nos encontrarmos em uma pracinha perto de sua casa. Chegando lá, José estava com sua filha que acabara de completar um ano de idade, ele estava conversando com seus amigos e ela

⁴⁸ BRASIL (2014).

brincando nos canteiros da praça. José, hoje com 18 anos, escolheu ganhar um salário baixo – confessou que antes ganhava um bom dinheiro vendendo drogas – para viver com sua filha. Ele conhece apenas um exemplo do vizinho, mais velho, que teve filhos gêmeos, entretanto, a esposa faleceu no parto e foi esse vizinho quem cuidou das crianças. Na percepção de José sua paternagem se dá pelo amor que sente pela filha:

Com ela? Porque eu sempre fui apaixonado com ela desde quando ela nasceu eu sempre gostei muito da mãe dela nó, e quando ela nasceu foi peça né? Aí nó! Cê tem que ver como é essa menina dentro de casa sô, que delícia! E a mãe dela perdeu muita coisa que é difícil da mãe perder, ela começar a dar os passinhos dela começar a falar acompanhei tudo graças a deus! (...) Ah, porque gosto cê tá doido, nó! Amo ela demais se precisar d'eu roubar pra por alguma coisa dentro de casa pra ela eu vou roubar se precisar de matar alguém eu vou matar alguém, num garra não! por causa da minha filha eu faço qualquer coisa, faço qualquer coisa! (JOSÉ, 2015).

O amor pela filha fez José buscá-la na casa dos avós maternos, mas o cuidado para ele não é tão complicado de ser exercido, aprendeu essas atividades quando cuidou dos três irmãos menores.

Para Wesley, é obrigação do pai exercer os cuidados, como ele era muito novo, morador de uma vila, sem muitas perspectivas na vida, paternar foi um orgulho. Com todas as dificuldades para um adolescente de 14 anos, ele aprendeu a cuidar, deixou a escola, deixou de brincar para cuidar da criança e trabalhar. O homem participar das tarefas domésticas é natural na percepção de Wesley, declarou que hoje seu filho de 12 anos já faz algumas atividades em casa. Ele nos disse que as despesas da casa são divididas com a esposa e as tarefas domésticas também são distribuídas para ambos.

Leandro conta como paternou durante um período em que sua filha era pequena e também ainda não morava junto com sua esposa. Mas, quando foram morar juntos, as coisas mudaram, e, hoje, faz o papel apenas de provedor e sua esposa, que não trabalha fora de casa, faz as atividades do cuidado:

Pra mim foi bom demais. Ah, trocava fralda... a gente conta pra ela hoje e ela nem acredita! Porque ela já tem a idade de 6 anos e já sabe muita coisa, então ela fica assim: "ah é mentira!" falava comigo, né... "Quem trocava sua fralda era eu! Brincava de boneca". A gente aqui em Belo Horizonte, eu que passeava com ela, ela tinha dois anos e seis meses mais ou menos, dava três horas da manhã ela acordava querendo brincar e eu que brincava de boneca com ela enquanto a mãe dela dormia. A gente conta pra ela hoje muitas coisas ela duvida. (LEANDRO, 2015).

As dúvidas da filha de Leandro decorrem do fato de que hoje sua família é configurada nos moldes de uma família nuclear tradicional. No caso de Leandro, a paternagem deu-se no

momento em que sua filha era pequena, e durante um período em que estavam separados; a separação conjugal pode ser vista aqui como fator que estimula a paternagem. Hoje sua esposa é a responsável pelos afazeres domésticos. Ele revelou o desejo de sua esposa de ter um emprego. Leandro acha que o pai deve acompanhar os momentos de sua filha: “Mas é igual a gente fala: se você tem uma criança, se você não acompanhar e num curtir aquele momento, quando, igual, agora ela tem 6 anos, se eu não tiver trocado a fralda dela quando ela tinha um mês, seis meses eu não ia trocar agora porque ela não usa mais. (LEANDRO, 22 anos).

Marcos é o provedor/cuidador da família. Como ele abriu mão dos estudos em favor da esposa, cuida de todos os afazeres da casa e dos compromissos da filha de 10 anos. Ele a deixa com a avó paterna no período da manhã, à tarde é ele quem leva e busca na escola e também fica com sua filha à noite; a mãe tem presença maior na vida da filha apenas aos finais de semana, pois trabalha o dia todo e está terminando seu curso de Direito no período noturno. Após os primeiros meses da menina, a avó e a bisavó maternas deixaram o monopólio do cuidado e saíram de cena, então Marcos começou a olhar a menina pequena para sua esposa estudar à noite. Essa situação, segundo ele, durou uns três anos, até que ele comprasse um apartamento para morar com a esposa e a filha, formando então uma família nuclear.

A família materna da esposa de Marcos vigiava-o quando este estava com sua filha, mas, quando sua esposa abriu mão do papel tradicional para dedicar-se aos estudos, deixou o cuidado para Marcos e sua mãe. O período em que Leandro dedicou-se mais à paternagem foi quando ainda não estava casado com a mãe de sua filha. O estado frágil da namorada de Vinícius fez com que ele assumisse os cuidados do filho. Se não fosse pela legislação atual, a filha de José estaria morando com os avós maternos, pois a mãe da criança abdicou dos papéis tradicionais de mãe. A posição dessas mulheres também se relaciona com a ocupação no mercado de trabalho, a busca por uma profissão, ou até mesmo um emprego e a vida na cidade grande, ou então a entrada no mercado de trabalho por necessidade da família, no caso da mãe e da esposa de Wesley, que deixaram o espaço do cuidado que estes jovens assumiram. Esse espaço abriu oportunidade para esses adolescentes serem “atores no processo reprodutivo”. Nesses casos, a expansão do capitalismo, o aumento do custo de vida e o desejo feminino por consumo estimularam essas mulheres a buscarem empregos e, assim, abriram esse espaço no lar.

Percebemos dois pontos complicadores para estes rapazes paternarem: a situação de emprego é uma preocupação constante, ainda com as normatizações de um pai social incorporadas, ou seja, pai provedor, sobrando menos tempo para o cuidado. Outro problema que interfere na paternagem são as relações com as mulheres que muitas vezes não conseguem

confiar aos homens as responsabilidades com os filhos, por medo de uma suposta falta de capacidade, afinal de contas, homens e mulheres são socializados de maneira a reforçar os estereótipos de gênero.

Observamos como essas ações do cuidado podem ser aprendidas, pelo menos para os adolescentes, são meninos, socializados como meninos e aprenderam a cuidar de suas crianças. Todos disseram que, caso fosse necessário, cuidariam sozinhos de seus filhos. Com exceção de fazer comida, realizariam as demais atividades e até mesmo as responsabilidades em relação à ocupação do tempo da criança, como no caso de André, que controla todo o tempo de seu filho.

Assim como a construção do gênero é resultado de vários fatores, a paternagem, como vimos, também o é, não há regras generalizadas para que os jovens possam exercê-la, basta terem oportunidades nesse espaço que era um espaço de poder exclusivo das mulheres. A paternagem também não obedece a uma regra específica de como exercê-la, o que é importante para os cuidados básicos para um não é mencionado em outros casos. Os valores e importâncias são diferentes para cada um. Para André e Marcos, são importantes os estudos; para Leandro, é a preocupação moral com a filha, “não ouvir funk”, “não usar roupas de perigete”. Essas preocupações também estão relacionadas com a classe e escolaridade de toda a família aparecendo como variável nos nossos casos. Um dado que estes casos nos revelam é o fator gênero da criança não ter muita relevância nos valores, pois Marcos está numa rede familiar de alta escolaridade e tem essa como a principal preocupação com a filha; já Leandro, inserido em família de baixa escolaridade, preocupa-se com a moral mais tradicional e rígida.

Há também uma demarcação de classe na reação da família ao se confrontar com a gravidez na adolescência. As famílias de André e de Marcos reagiram com os princípios de autonomia para os adolescentes para o provimento da criança. Os pais que moram na vila tiveram uma resposta contrária, ambos receberam um barracão da família para morarem. Fica difícil hoje avaliar a classe econômica das famílias, então utilizaremos o critério da condição do bairro e da escolaridade dos familiares para fazer essa análise. As famílias de André e de Marcos têm melhores condições de moradia e escolaridade, ambas delegaram responsabilidades financeiras para cuidarem de seus filhos, sem lhes oferecer ajuda e também sem cobrança e incentivo para o casamento. No caso de Wesley e Leandro, as famílias não exigiram casamento, mas os ajudaram a ter uma vida conjugal por meio da oferta de casa para morarem. José e Vinicius não tiveram nenhuma cobrança e as famílias ajudam na parte econômica.

4.4 Rede de cuidados: o “paradigma da parceria”

Duas situações demonstradas em outras pesquisas também aparecem neste trabalho por ainda estarem presentes nas configurações familiares: primeiro, em todos os casos existe uma figura feminina que auxilia nos cuidados; segundo, a importância da rede familiar para a gravidez na adolescência, sobretudo para o pai adolescente, de acordo com os trabalhos de Levandowski (2001a); Meincke e Carraro (2009), entre outros. O papel das avós faz-se presente em todos os casos, inclusive para ensinar nos cuidados: “Cuidei. Só aquela coisinha pequena (risos). Ajudava, mas tinha muito medo, minha mãe que ajudou muito né, umbigo essas coisas.... Eu tinha até medo de segurar. Aí foi aprendendo, né. Pegando o jeito.” (WESLEY, 26 anos).

A entrada da mulher no mercado de trabalho demandou outras pessoas para o cuidado das crianças, exceto no caso de Leandro, todos os pais contam com ajuda da família para cuidar de seus filhos, o papel das avós está presente nos cinco casos. Como o caso de Leandro configurou-se diferente dos demais, ele não precisou desse apoio para a questão do cuidado, sua companheira sempre se dedicou exclusivamente a essas atividades.

A pré-escola nos primeiros anos de vida só foi utilizada por André, que podia pagar o maternal. José foi o único que recorreu aos serviços de uma babá para cuidar de sua filha enquanto trabalha. O Estado também tem participação importante com o programa Bolsa Família para Vinicius, que tem sua namorada como dependente e não possui outra renda.

Tomás (2013) aponta as principais causas das mudanças nas organizações familiares no Brasil: “são o aumento na participação feminina na força de trabalho, o divórcio, a coabitação e as taxas de monoparentalidade”.⁴⁹ As famílias monoparentais são, na maioria, chefiadas por mulheres, ou seja, amplia-se então o número de mulheres com dupla jornada conciliando o trabalho do cuidado e a função de provedora e quanto ao divórcio, ainda é comum as crianças morarem preferencialmente com as mães,⁵⁰ aumentando as responsabilidades desta sobre as crianças. Em caso de mães que abrem mão da guarda dos filhos para os pais, mesmo se as condições para a criança forem melhores, essa atitude é duramente julgada pela sociedade no geral.

Uma das possibilidades para as mulheres realizarem outras atividades é delegarem o cuidado a outras mulheres, sobretudo às avós, construindo uma rede de cuidados. Em vez da divisão igualitária do trabalho de casa e trabalho remunerado entre homens e mulheres, as mulheres foram se “ajeitando” com auxílio de outras para atender a essas necessidades. Além

⁴⁹ *Are the increases in female labor force participation, divorce, cohabitation, and single parenthood rates.*

⁵⁰ Mudanças na legislação propõe uma alteração dessa realidade. (Ver item 3.3.5).

das empregadas domésticas, as famílias começaram a contar com parentes para cuidarem das crianças para as mães trabalharem, isso está acontecendo em várias partes do mundo:

De acordo com Ochiai & Molony (2008) e Ochiai (2009), por exemplo, observa-se em muitos países asiáticos uma divisão de trabalho entre, por um lado, mães e avós que cuidam das crianças e, por outro, domésticas às quais são delegadas as demais tarefas, como limpeza, lavagem das roupas, compras etc. Essa mudança estaria ligada à valorização, relativamente recente nesses países, da educação das crianças. (GUIMARÃES, 2011, p. 157).

Além dessa rede de cuidados, Hirata e Kergoat (2007) apontam o “paradigma da parceria”, que foi preconizado na 4ª Conferência Mundial da ONU⁵¹ em Pequim no ano de 1995. Esse princípio altera o paradigma das relações de poder e propõe o princípio da conciliação considerando homens e mulheres como parceiros e buscando uma relação mais igualitária. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604).

Quando ocorre a gravidez na adolescência, essa rede de cuidados se torna mais importante, como apontam Levandowisk (2001b); Meincke e Carraro (2009). Elas afirmam a importância do apoio familiar no cuidado com as crianças quando ocorre a gravidez na adolescência, e esse apoio é importante tanto para a menina, quanto para o menino:

No caso do Brasil, são as redes sociais (redes familiares, associações comunitárias e de bairro, e redes mais amplas) que assumem o beneficiário do *care*. A família é o local predominante do *care* e da atenção ao idoso. O *care* é, assim, uma responsabilidade dos membros da família – especialmente das mulheres –, mas também das trabalhadoras em domicílio e das empregadas domésticas, que também são induzidas a se ocupar dos idosos nessas famílias. (GUIMARÃES; HIRATA; KURUMI; 2011, p. 165).

Há algumas pesquisas que se preocupam em investigar a participação dos homens no trabalho doméstico, como Bruschini (2013). Mas essas pesquisas apontam um número tímido acerca dessa questão:

Em 2014, 90,7% das mulheres ocupadas realizavam afazeres domésticos e de cuidados, quadro semelhante ao de 2004 (91,3%), mostrando que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não implica numa substituição de trabalho. O número de homens ocupados que realizam afazeres domésticos e cuidados na última década aumentou 29,3%, enquanto na população feminina essa variação foi de 21%. (IBGE, Notícias, 2015).⁵²

⁵¹ Organizações das Nações Unidas

⁵² Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3050>>.

A pesquisa acima mostra que, mesmo com a expansão da mulher no mercado de trabalho, em dez anos ela não deixou de se ocupar com os afazeres domésticos e o aumento da participação dos homens nestes trabalhos não causou impacto para a diminuição do número de mulheres que realizam essas atividades.

4.5 Mudanças e expectativas

A socialização liga as diferentes gerações entre si. O nascimento de uma criança modifica a vida daqueles que são responsáveis pela sua educação – e eles próprios conseqüentemente passam por novas experiências de aprendizagem. Ter filhos, normalmente, liga as atividades dos adultos às crianças para o resto da vida de ambos. (GIDDENS, 2008, p. 28).

Como aponta Giddens (2008), a socialização liga as diferentes gerações, Wesley relata ter percebido as mudanças em sua família quando a mãe entrou para o mercado de trabalho, começou, a partir daí, a dividir as atividades domésticas com seu irmão. Hoje, divide essas atividades com a esposa, ambos têm um emprego formal, então, segundo Wesley, ele delega atividades domésticas ao filho de doze anos. Mostrando também a ligação entre pai e criança, percebemos uma interação, com destaque aos pais de meninos, ligados ao futebol, todos relatam que jogar bola com os filhos faz parte de suas rotinas. Porém, os pais de meninas não demarcaram uma atividade rotineira com suas filhas. Percebemos que no Brasil há uma cultura masculina do futebol que aproxima os homens. Na nossa pesquisa, caso haja atividades rotineiras do pai com a filha, os jovens não destacaram, podemos pensar na hipótese de que a criação do pai com o filho ainda é diferenciada da criação do pai com a filha, isso sugere uma investigação mais específica ao tema.

Quanto à aprendizagem, todos os pais relataram um profundo amadurecimento com a paternidade, nenhum deles atualmente se arrepende, e afirmaram que faria tudo outra vez, avaliam positivamente a paternidade, principalmente por terem adquirido mais responsabilidades. Todos os jovens entrevistados perceberam muitas mudanças que o nascimento da criança trouxe para suas vidas.

Marcos sente falta de aproveitar a vida como um jovem, festas, viagens etc., mas ele avalia que foi melhor para si, e faria tudo outra vez, do mesmo jeito:

Porque eu viajava, pegava o carro, dirigia sem carteira, ia pra praia com meus amigos, aí acabou tudo, literalmente acabou tudo...
 Não me arrependo de nada, faria tudo de novo, com certeza, porque isso aí é que me fez crescer. Pensando no hoje né, porque se fosse antes eu não queria não misericórdia! Tinha que ter aproveitado. Vendo a longo prazo foi ótimo.
 Aprendi a ter mais atenção, fraga? Eu era muito disperso muito doido, parece que

you grow, I and she grew well before the time. But matured in the struggle, she also, she even more, she was very crazy too. We matured in the struggle! (MARCOS, 2015).

Para Vinicius, a maior dificuldade é não ter um emprego e não poder comprar um biscoito, ou algo parecido quando sai com seu filho. A grande dificuldade, para Wesley e Leandro, é a preocupação em ter uma renda fixa para manter a família, o maior sonho do primeiro é direcionado aos interesses dos filhos – o mais velho e o que estão esperando nascer –, do segundo, é uma vida na cidade do interior.

A visão de José sobre a criação de filhos é bem diferente da dos outros pais, inicialmente ele relata uma preocupação financeira, mas depois avalia que criança não carece de tantos gastos financeiros. Seu sonho profissional é trabalhar com máquinas, e, quando pergunto sobre a possibilidade de estudar um curso de mecânica, a resposta que tenho é: “isso é muito esquisito, não?”. “Esquisito” é a palavra que José, de apenas 18 anos, utiliza para a possibilidade de continuar os estudos, no momento da entrevista, ele não percebeu os estudos como uma possibilidade para a sua vida.

Na relação com a parceira, as mudanças foram significativas para a vida de Marcos, ele e a namorada começaram o relacionamento de forma invertida. Marcos relata que não tinha uma vida íntima com a companheira até a compra do apartamento, isso foi o que mais o incomodou, primeiro veio o trabalho, o sustento da filha, a paternagem e, depois de alguns anos, é que ele pôde desfrutar de uma vida íntima conjugal.

A paternidade para os rapazes entrevistados para este trabalho não apresentou uma transgressão da norma familiar, apenas André teve sua adolescência sendo vigiada pelos adultos, com cobranças e expectativas. Pela sua narrativa, aparenta ser o que mais sofreu com as transformações que a paternagem lhe trouxe:

Tudo. (risos) Eu passei a enxergar a vida de outro jeito, né? Porque, pra mim, quando eu tava... descobri que eu ia ser pai, pra mim era estudar, formar, brincar bastante porque eu tinha 14 anos, né. Literalmente era brincar e chegar nos meus 18 anos, formar, começar a faculdade de veterinária e crescer, a partir daí crescer. Ai sim procurar uma pessoa pra me relacionar e tal. Acabou que eu me relacionei, aí veio ele e tudo mais... aí a vida muda literalmente. Tive que começar a trabalhar com 15 anos, amadurecer muito mais rápido, então minha vida, foi da água pro vinho. (ANDRÉ, 2015).

As famílias dos demais autorizavam esses rapazes a tomarem conta de suas vidas, sem que lhes fossem cobradas carreiras idealizadas por seus pais, mesmo que não esperassem uma gravidez na adolescência, esta não pareceu ser uma frustração para a família dos demais e, principalmente, para os próprios jovens.

4.5.1 Festa do interior: o sonho é o êxodo urbano

Com exceção de Vinícius, todos os rapazes tiveram uma relação com cidades do interior. André morou alguns anos com sua avó numa fazenda do interior, e até hoje frequenta muito o lugar com seu filho. José estava morando no interior com seu tio, a trabalho, quando conheceu a mãe da sua filha. Marcos ainda frequenta a cidade do interior, a dos pais de sua esposa, e, antes de ter sua filha, sempre viajava para lá a passeio, para jogar bola e para “curtir as festas do interior”. Os pais de Wesley estavam se mudando para o interior quando ele teve seu filho, então deixaram a casa na cidade grande para ele morar com sua nova família. Leandro morava no interior quando conheceu sua esposa, hoje ele está construindo uma casa no terreno da família dela para mudar para essa cidade quando terminar a construção. Esses episódios nos trazem algumas indagações que sugerem hipótese para uma investigação futura: Os jovens de periferia depositam suas expectativas de uma vida melhor no interior? André, José e Leandro acreditam que sim e têm planos de se mudarem. Ao término da entrevista, José confessou que seu sonho é ir para o interior, criar sua filha em um ambiente, segundo ele, “mais tranquilo”.

Para complementar essas indagações, citaremos o caso em que a entrevista não pode fazer parte deste trabalho, por ter sido interrompida e influenciada por outras pessoas. Lucas teve seu filho com 16 anos e participa ativamente do cuidado, neto mais velho, aprendeu cuidando dos seus primos mais jovens. Na tentativa de uma nova entrevista com Lucas, esta foi impossibilitada, pois fomos informados de que ele se mudou para a área rural de uma cidade do interior e está se preparando para levar seu filho e esposa, não querendo mais voltar para a cidade.

Estes jovens de periferia que tiveram experiências em cidades do interior perceberam nelas uma vida mais tranquila do que a vida agitada de uma favela, onde há uma intensa violência, as mortes de amigos foram presentes na vida de alguns deles. Então, com poucas possibilidades de tranquilidade na vida da favela, remetem seus sonhos de futuro a uma vida tranquila e de baixo custo em uma cidade do interior.

4.6 Reconhecimento

As consequências de uma gravidez na adolescência aparecem em alguns estudos mostrando como esse evento se desdobra para a vida do pai adolescente: como a ocorrência se dá, sobretudo, nas classes baixas, o trabalho é fundamental para esse pai, fazendo-o se sentir no mundo dos adultos, como sugere a pesquisa de Faustino e Hardy (2007).

Nas falas dos entrevistados, percebeu-se que o trabalho proporcionou sentimentos de contentamento, bem como de gratidão e obrigação para com os próprios pais. Também promoveu os adolescentes à condição de adultos, pois entendiam, a partir da convivência com adultos, que ser homem significava ser responsável, sustentar a família, ajudar em casa, ter educação ou saber tratar as pessoas, e ter um trabalho remunerado. Ser trabalhador e provedor – ainda que dividindo essa responsabilidade com outra pessoa – atende às expectativas sociais da masculinidade, garantindo sua passagem para outra fase da vida: a adulta. (DE FAUSTINO; HARDY, 2007, p. 569).

Podemos verificar as mudanças de comportamento quanto aos papéis de gênero que têm ocorrido na sociedade. A disputa com os homens no mercado de trabalho e a introdução da mulher como provedora da família traz interpretações que colocam o masculino como ameaçado e em crise. Mirian Goldenberg nos mostra uma interpretação diferente:

[Crise do masculino?] Parece justamente o contrário. Um direito que era negado ao homem, o de ser afetuoso e de acompanhar o crescimento dos filhos (mesmo direito que era negado aos filhos, obrigados a verem no pai uma figura violenta ou ausente), agora não só é permitido como estimulado. (GOLDENBERG, 2011, p. 14).

Com o estímulo da participação dos pais nos cuidados apresentada, embora que timidamente, pela mídia e pela psicologia, observamos que na percepção dos nossos entrevistados, o coletivo em que vivem lhes atribuiu reconhecimento por suas paternagens. Wesley relata que as pessoas em sua volta o “olhavam estranho” ao vê-lo tão novo cuidando do filho, ele sentia que não tinha credibilidade social para ser pai, mas isso lhe deu estímulo para cuidar e prover a criança. Para ele, foi um orgulho ter a criança no colo e mostrar para as pessoas que ele conseguia fazer seu papel de provedor, mesmo que com muitas dificuldades de empregos, e foi mais além, doze anos atrás ele já paternava, o filho foi sua alternativa para ser respeitado socialmente, um desafio de se mostrar em condições de ser pai. Ser um pai proporcionou-lhe entrar no mundo masculino, no mundo dos homens de forma precoce, aos 14 anos construiu uma masculinidade segura, mesmo que não hegemônica, pois, desde o nascimento da criança, divide as tarefas e as despesas com a esposa. Passados 12 anos da experiência de uma gravidez precoce entre um casal adolescente, após a esposa conseguir estabilidade no emprego, ambos planejaram o segundo filho e estão na expectativa de sua chegada.

Ser reconhecido como uma “raridade” é o que deixa José orgulhoso, as pessoas parabenizam-lhe por cuidar de sua filha, o rapaz que antes tinha algumas atitudes “fora da

normalidade”, segundo ele, hoje é visto como um exemplo de pai. E as pessoas que o conheciam como usuário de drogas agora o respeitam:

Ele [avô paterno de sua filha] falou que, tipo assim ele não gostava de mim aí ele, depois da Sofia⁵³ ela nasceu que aconteceu isso tudo... eu corri atrás... aí ele viu que eu sou uma pessoa diferente entendeu? Porque, até então eu era só um cara que usava drogas e nem tava ligando pra filha dele não. (JOSÉ, 2015).

A legislação e os equipamentos sociais são fundamentais para estimular ou dificultar a paternagem. Quando temos uma legislação que tem como princípio a igualdade de gênero, todas as partes ganham; no nosso caso, as normas sociais estão mudando e a legislação é uma via que contribui para isso, é um momento de transição, pois não são muitos os modelos que os pais que paternam encontram para se inspirarem, assimilarem as normas e as reproduzirem, eles estão criando suas alternativas a partir das barreiras que vão sendo colocadas. Estão fazendo as adaptações necessárias às suas configurações familiares, devido à mãe abrir mão ou não poder exercer a maternagem, a condição de trabalho de suas esposas ou por já terem experiência dessa divisão equilibrada por gênero na família. Estes jovens estão contribuindo para novos modelos, e ser pai foi a alternativa que a vida lhes trouxe para serem reconhecidos.

⁵³ Nome fictício da filha de José.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este trabalho deparamos com a invisibilidade da paternidade na adolescência nas pesquisas científicas, os trabalhos de Levandowski (2001b) e Lyra (1997b) já apontavam para essa questão e ainda, depois de mais de dez anos, não avançamos muito no tema como objeto de investigação acadêmica. A imensa maioria das produções encontrados sobre gravidez na adolescência aborda as meninas adolescentes que engravidam.

Outra dificuldade bibliográfica foi com relação ao termo que queríamos utilizar para dar significado a esta pesquisa, a “paternagem”, inspirados na *mathering* de Chodorow buscávamos uma definição exata de paternagem para atender os nossos objetivos. Depois de muita procura, a encontramos em Laurent (2005), citando Jean Le Camus: “o pai deve tomar seu lugar desde o momento do nascimento, nas semanas, nos meses... que se seguem e que são ocupados pelas atividades de cuidados, o que é preciso desde então chamar de paternagem”. (LE CAMUS, apud LAURENT, 2005, p. 103).

Como os conceitos mudam ao longo das transformações nas relações culturais e com seus usos, a paternagem para nosso entendimento se explica nas questões do cuidado, os pais realizando os cuidados básicos da criança, contribuindo para a mudança da divisão sexual do trabalho. É um uso político, desse termo, na medida em que seu uso possa proporcionar desnaturalização dos cuidados feminino e na desconstrução do “mito do amor materno”.

Escolhemos os pais adolescentes pela sua invisibilidade na sociedade, nas pesquisas e nas políticas públicas. Para alguns destes jovens, os termos de adolescência que a teoria e a legislação definem não cabem nas suas vidas, a não ser pela idade. A paternidade fez com que deixassem a infância para se comportarem como adultos, com responsabilidades e obrigações, pulando a fase que se considera como uma transição da infância para a vida adulta. A maioria dos jovens aqui pesquisados não recebeu as expectativas dos pais e nem as realizou por si, das quais Lyra atribui para a classe média: “terminar os estudos, encontrar boa colocação no mercado de trabalho, casar-se (com alguém da mesma classe social), fixar nova moradia e, finalmente, ter filhos” (LYRA, 1997a, p. 56).

Tentamos explorar neste trabalho os casos de adolescentes que se interessaram pelas atividades do cuidado, acreditamos que essas experiências são exemplos positivos para relações de gênero mais equitativas. Percebemos que a divisão sexual do trabalho entre as novas gerações está ocorrendo de maneira um pouco mais equilibrada, com relação à distribuição dos papéis entre jovens das camadas populares, ainda que possa ser uma mudança tímida aos anseios feministas. Estes jovens não tiveram um modelo de pai que paterna de forma recorrente

em suas vidas, todos tiveram um pai social, modelo de pai para a época de suas infâncias. Hoje, o modelo de pai demanda uma maior participação nos cuidados, estes jovens que foram pais na adolescência estão se adaptando aos novos modelos a partir das necessidades em suas relações.

Os seres humanos vão se adaptando, e os novos desafios levam-nos a buscarem novas formas de organização dentro das possibilidades, à procura de interação social. A paternagem integrou esses adolescentes no mundo dos adultos, que foi o mundo possível para eles após a infância. Adaptaram-se, e o medo dos perigos de outras formas de vida que conheciam e o desejo de uma vida melhor colocaram-nos na situação de pais, mudando o rumo de suas vidas.

Esses relatos vão ao encontro dos trabalhos de Chacham et al. (2010), Pinho (2013) e Verona (2011) apontando que a falta de alternativas para os jovens das camadas populares contribuiu para a gravidez na adolescência. Ser pai foi uma alternativa de exercerem poder que acreditavam não ser possível em outras esferas da sociedade.

A masculinidade não foi abalada pela paternagem, o fato de possuírem filho deu-lhes a segurança para entrar no mundo dos adultos, pulando a fase da adolescência e provando que “são homens”, porém, o fato de que também eram provedores pode ser o ponto de segurança da masculinidade.

Apesar de instituições considerarem a gravidez na adolescência como um problema, a maioria desses jovens não percebeu o evento dessa maneira, e nenhum deles revelou ter se arrependido. Alguns sentiram falta de experiências de fases que não viveram, ou consolidação do projeto de vida, mas acreditam na maturidade que a paternidade lhes trouxe. Por morarem próximos a um ambiente no qual a criminalidade é comum, a paternagem foi uma alternativa possível.

Esta dissertação procurou apresentar uma discussão feminista sobre as desigualdades de gênero na divisão sexual do trabalho, sobretudo no ambiente doméstico. A partir dos exemplos, nos quais essa divisão foi se alterando, ou seja, a paternagem, procuramos entender as relações de socialização dos agentes que desnaturalizaram a feminilização do cuidado, na medida em que estes paternam e/ou paternaram suas crianças.

Nesse sentido, abordamos como nosso sujeito de pesquisa o pai adolescente que paterna, encontrando assim uma das problematizações decorrentes da desigualdade de gênero: a dificuldade de encontrarmos pai adolescente que exerça a paternagem.

Identificamos o que apontam os estudos de gênero, ou seja, a forte relação de poder que se encontra nos espaços públicos e privados. Observamos nos exemplos estudados que, nessas situações, assim como os agentes ocupam os espaços que o Estado desocupa, os homens ocupam os espaços quando as mulheres os desocupam, ou os autorizam a ocupar. A expansão

da mulher no mercado de trabalho deixou um espaço desocupado no trabalho doméstico e nas atividades do cuidado, e os adolescentes desta pesquisa se socializaram, em algum momento, em espaços onde os antigos papéis homem-provedor e mulher-cuidadora não se constituíram de forma rígida. Nesse sentido, um fator marcante e unânime entre os pesquisados foi o espaço que as mulheres deixaram de ocupar para que os homens pudessem ocupá-lo.

A naturalização do cuidado como feminino está se desconstruindo lentamente pelos jovens que observaram suas mães trabalhando fora de casa e hoje observam suas esposas trabalharem. As funções provedor-cuidador, para esses jovens, não são percebidas como tendo um sexo definido, e alguns já operam na lógica da divisão.

As normas de gênero estão um pouco mais flexíveis abrindo possibilidades de os agentes exercerem novos papéis, sendo que os cuidados da criança já não afetam tanto a masculinidade e alguns pais (homens) ensinam seus filhos (meninos) as atividades domésticas. Mas este trabalho não pode ser generalizado, e sim utilizado como um destaque de novas possibilidades para as relações de gênero, pois foi muito difícil encontrar os sujeitos com as características com as quais trabalhamos.

A paternagem foi, na visão de alguns adolescentes, uma alternativa de não entrar – ou de sair, para os já estavam – no mundo do tráfico e da criminalidade. E percebemos também que estar no mundo da criminalidade não interfere negativamente para a paternagem.

Pressupostos estereotipados de que classe e escolaridade influenciam positivamente na paternagem também não se confirmam neste trabalho. Outro estereótipo de classe desconstruído foi o de igualdade de gênero, encontramos situações que se aproximam de relações equitativas entre provedor-cuidador nas camadas populares. Isso nos confirma que as relações de gênero são *crossclasse*, tanto para reproduzir a desigualdade, quanto para relações mais igualitárias.

Este nosso estudo se enquadra no que vêm apontando os estudos acerca da gravidez na adolescência, ou seja, sua ocorrência com maior frequência entre jovens das classes pobres. Uma questão encontrada que poderia oferecer resposta para essa ocorrência foi a pouca visibilidade de alternativas de vida a serem imaginadas pelos adolescentes e suas famílias, devido à sua situação de classe/raça. A paternagem então para estes foi um caminho de obter reconhecimento social sem recorrer à criminalidade. Ao percorrermos o problema da desigualdade de gênero, encontramos um outro bastante evidente: a ausência de políticas públicas e oportunidades para jovens das classes populares sugerindo uma atenção especial de gestores com relação à ocupação do tempo e oportunidades de escolhas para jovens pobres.

Destacamos outro dado que pode ser objeto de uma investigação, especificamente para os estudos de movimento populacional, foi a relação com o interior, o êxodo urbano é um sonho inspirado no ideal de uma vida melhor e mais tranquila em pequenas cidades, e até mesmo um planejamento em andamento para alguns desses jovens.

Uma mudança nas relações de gênero observadas neste estudo foi a relação gravidez-casamento, que não se mostrou condicionada, pois uma gravidez antes do casamento, até pouco tempo atrás, era um grande motivo para a realização deste, até mesmo cobrado pelos pais, e os adolescentes pais deste estudo não sofreram influência da família para “reparar a gravidez”, como ocorria no passado, esse caso nos sugere que a relação casamento e gravidez está mais influenciada pelas condições econômicas.

Este estudo procurou encontrar algumas pistas que pudessem contribuir com a paternagem e fomentar o debate acerca do tema. Ele não se encerra, pelo contrário, no nosso percurso encontramos muitos questionamentos – teóricos e empíricos – impossíveis de serem aprofundados apenas com um estudo, tamanha a complexidade que envolve as relações de gênero.

Para finalizar, gostaríamos de sugerir alguns pontos que poderiam acrescentar na ampliação dessa investigação, mas, em decorrência do tempo e fase de aprendizagem da pesquisadora, não foram possíveis de serem abordados. Um estudo sobre o uso do tempo seria algo de grande relevância. Uma comparação com jovens que não paternam e uma comparação de classe também muito acrescentaria. Por último, mas não por fim, uma investigação com o casal poderia nos fornecer mais ingredientes para a compreensão das novas relações de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel de. Vale “**Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade**”. Lisboa: Fim de século, 1995.
- ALMEIDA, Miguel Vale. "**Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal.**" Anuário antropológico 95. Lisboa. 1996.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, v. 80, p. 71-96, 2010. Disponível em: <<http://www.algumlugar.net/flavia/politeia/hegemonia.%20degramsci%20alaclauEmouffe.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- ABRAMO, Lais. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília, OIT: 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229333.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Sonia. “**Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo**”. Brasil, v. 15, p. 121-223, 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/cairo15/Cairo15_3alvescorrea.pdf>. Acesso em: 16 de jun. de 2013. Acesso em 21 jul 2014.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. **Aparte Inclusão Social em Debate**, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/>> disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Sônia. Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo+ 10. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 20, n. 2, p. 129-156, 2013.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**; tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <[http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf)>. Acesso em 02 dez. 2015.
- BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: alguns destinos do feminismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- BARKER, Gary. et al. **Homens que Cuidam: Um estudo qualitativo multipaís sobre homens em papéis não tradicionais de cuidado**. Washington, D.C.: International Center for Research on Women (ICRW) e Rio de Janeiro: Instituto Promundo. Março 2012. Disponível em: <<http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Homens-que-Cuidam.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2016.
- BARKER, Gary. **Trabalho não é tudo, mas é quase tudo: homens, desemprego e justiça social em políticas públicas**. International Center for Research on Women. . In: MEDRADO,

Benedito et. al. (org.). Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas – Recife: Instituto PAPAI, 2010. <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/homens_masculinidades.pdf>. Acesso em: 19 ag. 2015.

BARRA Valente, Márcio; LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. "Ciência como dispositivo de produção da paternidade: análise de produções científicas brasileiras." In **Athenea digital: revista de pensamento e investigación social**, vol. 11, pp. 0057-72. 2011. <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53719732004>>. Acesso em 25 out. 2015.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Editores). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático** Vol. 1.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENGOA, Cristina Carrasco. "El cuidado como eje vertebrador de una nueva economia". **Cuadernos de relaciones laborales**, v. 31, n. 1, p. 39-56, 2013. <<http://revistas.ucm.es/index.php/CRLA/article/view/41627/39688>>. Acesso em 03 ag. 2015.

BRANDÃO, Elaine Reis; HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro. Brasil. **Cad. de Saúde Pública**, v22, n. 7, p. 1421-30, 2006. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000700007>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 agosto 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira / Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 de junho de 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 12 setembro 2015.

BRASIL. LEI Nº 13.058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. **Diário Oficial da União**. Brasília, 22 de dezembro de 2014b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm>. Acesso em: 22 abril 2015.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006. <<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/trabalho%20domestico.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Textos FCC**, v. 31, p. 74, 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/textosfcc/article/viewFile/2449/2404>>. Acesso em 23 mar. 2015.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI Arlene Martinez. "Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda." **Cadernos de pesquisa** 39, no. 136 2009. <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/276>>. Acesso em 11 mar. 2015.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual. **Cadernos Pagu**, v. 21, n. 2003, p. 45-49, 2003a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10>>. Acesso em 10 jan. 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-83332014000100249&lng=n&nrm=iso&tlng=pt>>. Acesso em 20 out. 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, Cristiane S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v19s2/a10v19s2>>. Acesso em 30 jan. 2016.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventude e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf>>. Acesso em 20 out. 2015.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; CAMARGOS, Malco Braga; MAIA, Mônica Bara. **Sexualidade, autonomia e vulnerabilidade entre mulheres jovens moradoras de uma favela em Belo Horizonte**. 30º Encontro Anual da ANPOCS 24 a 28 de outubro de 2006

CHACHAM, Alessandra; JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. **Tão perto e tão longe: gênero, juventude, território e vulnerabilidade em Belo Horizonte**. 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. ST10 – ECONOMIA E POLÍTICAS DO SIMBÓLICO Out/2010. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1425&Itemid=350>. Acesso em 21 nov. 2015.

CHODOROW, Nancy J. **“Reproduction of mothering: Psychoanalysis and the sociology of gender”**. Univ of California Press, 1999.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

COLEMAN, J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**. American Journal of Sociology, v.94, Supplement, 1988. Disponível em: <<http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/forchina/readings/coleman%201988%20social%20capital.pdf>>. Acesso em: 04 març. 2015.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade** 20(2):185-206, 1995.

CONNELL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014>. Acesso 14 ab. 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COUTO, Marcia Thereza; BARBIERI, Carolina Luisa Alves. Cuidar e (não) vacinar no contexto de famílias de alta renda e escolaridade em São Paulo, SP, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n1/1413-8123-csc-20-01-00105>>. Acesso em 03 jun. 2015.

CRISSMAN, Halley P.; ADANU, Richard M.; HARLOW, Siobán D. Women's sexual empowerment and contraceptive use in Ghana. **Studies in family planning**, v. 43, n. 3, p. 201-212, 2012.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. Observatório da juventude, 2009.

DE BARBIERI, Teresita. Sobre a categoria gênero, uma introdução teórico metodológica. **S.O.S Corpo**, Recife: 1993

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo. Fatos e mitos I**. Difusão Européia do livro, 4ª Edição, São Paulo, 1970.

DE CARVALHO, Alexandre Pinto; NÉRI, M.; DO NASCIMENTO SILVA, D. Britz. **Diferenciais de salários por raça e gênero no Brasil: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas**. Rio de Janeiro, Brazil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mimeographed document, 2006. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/30314608/abep2006_695.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1455411933&Signature=uzfeGBsTUUiXl%2F7fs6h4rM%2By4iI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDiferenciais_de_salarios_por_raca_e_gene.pdf>. Acesso em 31 jan. 2016.

DE FARIA, Carlos Aurelio Pimienta. Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia. Red **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000.

DOHERTY, William J.; KOUNESKI, Edward F.; ERICKSON, Martha F. Responsible fathering: An overview and conceptual framework. **Journal of Marriage and the Family**, p. 277-292, 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/353848?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em 08 jun. 2015.

DOUCET, Andrea. **Do men mother? Fathering, care, and domestic responsibility**. University of Toronto Press, 2006.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Edições 70, 1991.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Zahar, 1994.

FAUSTINO, Anecy de Fátima; HARDYII, Ellen. Vulnerabilidade de gênero para a paternidade em homens adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 4, p. 565-72, 2007.

Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/rsp/v41n4/5871.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

FONSECA, Cláudia. (2001). **A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea**. In Seminário “Estudos de Gênero face aos dilemas da Sociedade Brasileira”. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=A+vingan%C3%A7a+de+Capitu%3A+DNA%2C+escolha+e+destino+na+fam%C3%ADlia+brasileira+contempor%C3%A2nea&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 27 dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I; a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange**. Verso, 2003.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Revista de Saúde Pública** 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n1/6868.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Unesp, 1992.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Fund. Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2008.

GIFFIN, Karen Mary. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Cadernos de saúde pública**, v. 7, n. 2, p. 190-200, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000200005>. Acesso em: 30 nov. 2015.

GIFFIN, Karen; CAVALCANTI, Cristina. Homens e reprodução. **Estudos feministas**, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/11954/11221>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

GIFFIN, Karen A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v10n1/a05v10n1.pdf>>. Acesso em 18 out. 2015.

GOLDANI, A.M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.1, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002_vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf>. Acesso em: 01 ab. 2014.

GOLDENBERG, Mirian. **O macho em crise: Um tema em debates dentro e fora da academia**. In: GOLDENBERG, Mirian. (org.). Os novos desejos [recuso eletrônico]: das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. Recurso digital.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena; KU-RUMI, Sugira. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do *care* no Brasil, França e Japão. **Sociologia & antropologia**, v. 1, p. 151-180,

2011. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/01/8-ano1v1_artigo-nadya-guimaraes-helena-hirata-kurumi-sugita.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2015.

HARAWAY, Donna. "O humano numa paisagem pós-humanista." **Estudos Feministas** vol. 1, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16064/14593>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, vol. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

HARAWAY, Donna. Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. Vol. 22, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Editora Garamond, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza: **Homens jovens e os atropelos da heterossexualidade: contracepção e aborto**. In: MEDRADO Benedito, LYRA Jorge, AZEVEDO Mariana e BRASILINO Jullyane. Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas – Recife: Instituto PAPAI, 2010

HIRATA, Helena; ZARIFIAN Philippe. **O conceito de Trabalho**. In SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em 18 dez. 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2001. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira 2010**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em 09 set. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **“Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Brasil, 2013 vol.33, Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2013_v33_br.pdf>. Acesso em: 09 ag. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Tabela 2 Famílias. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2014/default_tab_ods.sht>. Acesso em: 09 ag. 2015.

ISLAZ, José Antonio Pérez. **Juventude: um conceito em disputa**. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUSA, Sonia M. Gomes (org.). *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiania: Editora UFG: Cãnone Editorial, 2009.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: **O Debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares . – Brasília: Ipea, 2008. Capítulo 2*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5605>. Acesso e 03 ag. 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 05 ag. 2015.

LAMB, Michael E. O papel do pai em mudança. **Análise psicológica**, v. 10, p. 19-34, 1992.

LAMB, Michael; TAMIS-LEMONDA, Catherine S. **The Role of the Father. An Introduction**. In: LAMB, Michael E. (Ed.). *The role of the father in child development*. John Wiley & Sons, 2004. Chapter 1.

LANG, Daniel W. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, 02/ 2001, pp. 460 – 482. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em 23 set. 2014.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud**. Harvard University Press, 1992.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LAURENT, E. O Nome-do-Pai entre Realismo e Nominalismo. **Opção Lacaniana**, v. 44, p. 92-105, 2005.

LEE Ann Joy ORZUT. Expectant fathers' perception of fathering. **American journal of nurse**. Nº 9, 1976.

LÉON, Oscar Dávila. **Uma revisão das categorias de adolescência e juventude**. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUSA, Sonia M. Gomes (org.). *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiania: Editora UFG: Cãnone Editorial, 2009.

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. **"Paternidade na adolescência: Expectativas, sentimentos e a interação com o bebê"**. PhD diss., Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001a. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1598>>. Acesso em 15 ag. 2013.

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. **Estudos de Psicologia**, 2001b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v6n2/7273.pdf>>. Acesso em 15 ag. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade. O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica: 2000.

LYRA DA FONSECA, Jorge L. C. **Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção**. São Paulo: 1997a. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - PUC/SP. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/pfagu/publicfiles/arquivo/51_fonseca_jorge_luiz_cardoso_lyra_da_termo.pdf> Acesso em: 19 out. 2015.

LYRA, Jorge. **Paternidade na adolescência: percorrendo a bibliografia**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1997b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jorge_Lyra/publication/228522320_Paternidade_na_adolescencia_percorrendo_a_bibliografia/links/54eb144d0cf27a6de116661d.pdf>. Acesso em 17 set. 2014.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 145, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. In: SCHUPUN, Mônica Raissa (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 35 a 78.

MAUSS, Marcel. **As técnicas corporais**. Sociologia e antropologia, v. 2, p. 209-233, 1974.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento** (1950), tradução Rosa Krausz. 1988. São Paulo, Perspectiva.

MEDRADO, B., J. L. C. LYRA-DA-FONSECA, L. RODRIGUES, A. R. OLIVEIRA, D. Oliveira, and D. FELIPE. "No contexto da gravidez na adolescência, há paternidade: Revendo olhares e práticas." **Fazendo Gênero** 8 (2008a).

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/05>>. Acesso em: 16 ag. 2013.

MEINCKE, Sonia Maria Könzgen; CARRARO, Telma Elisa. Vivência da paternidade na adolescência: sentimentos expressos pela família do pai adolescente. **Texto and Contexto Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 83, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v18n1/v18n1a10>>. Acesso em: 19 ag. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Vozes, 2002.

MORAES, Eunice Léa de. **A Política de Promoção da Igualdade de Gênero e a Relação com o Trabalho**. In: ABRAMO, Lais. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília, OIT: 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229333.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

NEIVERTH, Isete Stibbe; ALVES, Gustavo Biasoli. Gravidez na adolescência e mudança do papel social da mulher. **Paidéia**, v. 12, n. 24, p. 229-240, 2003.

NUNES BUENO, Maria Emilia et al. Paternidade na adolescência: a família como rede social de apoio. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 2, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e igualdade de gênero** 2007 Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/abc.pdf>>. Acesso em: 21 ag. 2015.

ORTNER, Sherry B. **Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?** In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 31, 1979.

PETERS, Gabriel. **Admirável senso comum? Agência e estrutura na sociologia fenomenológica.** Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 85-97, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1046/241>. Acesso em 27 fev. 2015.

PINHO, Maria Dirce et al. Juventudes, raça e vulnerabilidades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, p. 277-294, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=fchf&page=article&op=view&path%v5B%5D=5247>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PRINS, Baukje. MEIJE, Irene Costera. "Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler." **Revista estudos feministas** 10, no. 1 (2002): 155-167. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100009&script=sci_arttext>. Acesso em 27 set. 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1996, 1995.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: **Notes on the "Political Economy" of sex**. In: REITER, Rayna R. Toward an anthropology of women. New York: Monthly Review Press, 1975.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2012

SANTOS, Milton. **"Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal"**. São Paulo, Record, 2007

SARTI, Cynthia A. **A Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez; 2005.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, 1990. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43596434?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SCOTT, Russel Parry. **Homens, domesticidade e políticas públicas na saúde reprodutiva**. Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade. FAGES/UFPE. In: MEDRADO, Benedito et. al.(org.). Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas – Recife: Instituto PAPAI, 2010.

SIMÃO, Andréa Branco et al. Comparando as idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho de duas coortes de mulheres brancas e negras em Belo Horizonte: evidências quantitativas. **Rev Bras Estudos de População**, v. 23, p. 151-66, 2006.

SIMÃO, Andréa Branco, MIRANDA-RIBEIRO, Paula, CAETANO, André Junqueira; CÉSAR, Cibele Comini (2006). Comparando as idades à primeira relação sexual, à primeira união e ao nascimento do primeiro filho de duas coortes de mulheres brancas e negras em Belo Horizonte: evidências quantitativas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 23, 151-66. Disponíveis em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbepop/v23n1/v23n1a09.pdf>>. Acesso em 28 ag. 2013.

SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano Aproximações teóricas e metodológicas** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2013.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2010.

SPOSATI, A. Equidade. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDRom. Disponível em: <<file:///C:/Users/Dressa/Downloads/234412458-verbete-Equidade.pdf>>. Acesso em: 15 janeiro 2016

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 20, p. 101-119, 1991.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais Necessidade de Mães. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 303, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

SUTTER, Christina; MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher. Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. **Psicologia**, v. 39, n. 1, 2008.

THERBORN, Göran. **“Sexo e poder”**. São Paulo: Contexto, 2006.

TOMÁS, Maria. Carolina. Reviewing family studies: a brief comment on selected topics. **Revista Brasileira de Estudos de População** v. 30, p. 171-198, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000100009&script=sci_arttext>. Acesso em 15 nov. 2015.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 127-152, 2005.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha A.; PINHEIRO, V. de S. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 147-162, 2005.

UNBEHAUN, Sandra. Paternidades e masculinidades em contextos diversos. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 632-633, 2001.

VALENTE, Márcio Bruno Barra, and Benedito Orientador Medrado-Dantas. "A produção de paternidade em procurando Nemo: performatividade em redes heterogêneas.", dissertação Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8575>>. Acesso em 15 out. 2015.

VENTURA, Miriam; CORRÊA, Sonia. Adolescência, sexualidade e reprodução: construções culturais, controvérsias normativas, alternativas interpretativas. **Cad. saúde pública**, v. 22, n. 7, p. 1505-9, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Sonia_Correa4/publication/26436191_Adolescencia_sexualidade_e_reproducao_construcoes_culturais_controvrsias_normativas_alternativas_interpretativas/links/5500ba1c0cf2de950a708a42.pdf>. Acesso em: 17 set. 2014.

VERONA, Ana Paula de Andrade. Explanations for religious influence on adolescent sexual behavior in Brazil: direct and indirect effects. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 187-201, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982011000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 jun. 2013.

WEBER, Florence. Lares de cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França, hoje. **Mana**, v. 12, n. 2, p. 479-502, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000200009&script=sci_arttext&tlng=en>.. Acesso em: 03 set. 2014.

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas

1) Características sócio demográficas

- Idade atual e idade em que foi pai.
- Qual sua cor e cor da criança?
- Escolaridade / mãe / criança:
- Religião sua/mãe:
- Estado Civil seu/mãe:
- Guarda da criança:
- Renda pessoal:
- Renda da família:
- Onde nasceu e onde reside atualmente e com quem?
- Situação entre você e a mãe da criança na época da concepção:
- Se casado ou separado, quantas vezes se casou?
- Número, sexo e idade dos filhos?
- Situação entre você e a mãe da criança atualmente:

2) Histórico familiar e da parceira

- Relate sua situação familiar na infância:
- Quem criou você? Com quem você passou a maior parte da infância? Pais ou somente mãe, pai ou outro?
- E como foi a situação familiar da infância sua parceira/mãe do seu filho?
- Brinquedos: de que você brincou durante a infância? Seu filho pode brincar com qualquer brinquedo? Ex. bonecas? Por quê?

3) Histórico da vida sexual e com a parceira

- Descrever o relacionamento com a mãe do filho: Como se conheceram, em que idade (ambos), quanto tempo estavam juntos quando a gravidez aconteceu, reação (dele, dela e das famílias), o que sentiu na época, por quanto tempo ficaram juntos, como foi a separação e como foi negociada a guarda/pensão para a criança.

- Como está o relacionamento com a parceira agora. E com a família dela?
- Relatar como ocorreu a gravidez, o acompanhamento da gestação e a vida da criança até hoje:
- Gravidez: Não se preveniram por quê? Não sabiam etc.
- O que você pensa sobre Gravidez, aborto e filhos?
- Trajetória afetivo-sexual:
- Atitudes e valores sobre sexualidade:

4) **Relação com a criança / divisão de tarefas**

- Como é a rotina do cuidada com a criança, quem participa do cuidado e quais atividades de cada um/a?
- Como isso foi mudando ao longo do tempo? Como foi sua participação nos cuidados do bebê, até dois anos de idade, dos 2 aos 5 anos, etc.?
- Como é a divisão de tarefas nas atividades da sua casa atualmente? Como era quando você era criança?
- Como é a divisão de tarefas do cuidado da criança entre você e a mãe? Quem foi responsável por essa decisão? Como mudou ao longo do tempo?
- Que decisões você é responsável por tomar? E a parceira? E quais tomam juntos? (Por exemplo, sobre cuidados médicos e escola).
- Quem é/são provedor/es da criança?
- Quais atividades de cuidado uma criança necessita?
- Quanto tempo durante o dia você passa com a criança? Descreva as atividades que realiza nesse período. Isso mudou ao longo do tempo?
- Quais as dificuldades na paternidade e na paternagem? E como isso foi mudando ao longo do tempo?
- Por que você cuida da sua criança? Você não acha que isso é função da mulher?
- Quanto tempo durante o dia você passa com a criança? Descreva as atividades que realiza nesse período. Isso mudou ao longo do tempo?

5) **Mudanças e expectativas**

- Você gostaria de cuidar mais da sua criança? Em caso afirmativo, o que te impede disso?

- O que mudou na sua vida após ser pai?
- O que você faria de novo ou não faria, em relação ao seu filho/a e ao relacionamento sua parceira/ex?
- O que significa ser homem para você? E o que significa ser pai?
- Como você imagina que seria sua vida se não fosse pai?

6) **Ideal de pai e mãe**

- O que significa ser pai na adolescência?
- Existe idade certa para ser pai?
- Na sua opinião, qual é a diferença entre os cuidados de uma mãe e os cuidados de um pai?
- Na sua opinião, um pai pode substituir os cuidados de uma mãe? Por quê?
- Como e porque você aprendeu a cuidar de sua criança? Cite exemplos.
- Você se inspira em alguém para desempenhar suas atividades como pai?
- Como é um pai e uma mãe ideal para você? Você se sente esse pai e acha que a mãe da criança corresponde a esse ideal?

7) **Machismo e homofobia**

- Brinquedos das/os filhos
- E como uma mulher deve se comportar na sua opinião? E uma mãe? Tem de haver diferenças entre uma mulher que é mãe e outra que não é.
- A mulher cuida melhor dos filhos do que o homem.
- Nas decisões importantes da casa, é justo que o homem tenha a última palavra.
- Trabalhar é bom, mas o que a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos.
- O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o da mulher é cuidar da casa e da família.
- Ser dona de casa é tão gratificante quanto trabalhar fora.
- O homem deve ser o principal responsável pelas despesas da casa.
- O ideal é que a mulher pare de trabalhar quando tem filhos pequenos.
- Quem tem mais dinheiro deve ter a palavra final nas decisões da casa.
- Trabalhar fora de casa não é importante para a mulher se realizar.

- No final das contas, a vida familiar fica prejudicada quando a mulher tem. emprego de tempo integral.
- Crianças pequenas (até 5 anos) sofrem mais quando a mãe trabalha.
- Uma mãe que trabalha fora não consegue estabelecer uma relação tão carinhosa e dedicada com seus filhos quanto uma mãe que não trabalha fora.
- Evitar filhos é responsabilidade da mulher.
- Para a mulher, o amor é mais importante do que o sexo.
- Homens têm mais necessidade de sexo do que as mulheres.
- O que é masculinidade e feminilidade para você?
- Você se considera homofóbico? Por quê?

8) **Reconhecimento**

- Os equipamentos facilitam ou dificultam o convívio do pai com o filho?
- A paternidade/paternagem oferece um reconhecimento social?